

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
DEPARTAMENTO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO

GRAZIELA HELENA JACKYMAN DE OLIVEIRA

Acessibilidade informacional: as bibliotecas e as pessoas com
deficiência visual

SÃO PAULO

2010

GRAZIELA HELENA JACKYMAN DE OLIVEIRA

Acessibilidade informacional: as bibliotecas e as pessoas com
deficiência visual

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à disciplina Projeto Experimental em Biblioteconomia II (CBD 0267), do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Ivete Pieruccini.

SÃO PAULO

2010

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Oliveira, Graziela Helena Jackyman de

Acessibilidade informacional: as bibliotecas e as pessoas com deficiência visual / Graziela Helena Jackyman de Oliveira ; Orientadora Ivete Pieruccini. – São Paulo, 2010.

129 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) -- Departamento de Biblioteconomia e Documentação, Escola e Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo.

1. Acesso à informação. 2. Bibliotecas. 3. Deficiência visual. 4. Tecnologias assistivas. I. Oliveira, Graziela Helena Jackyman de. II. Pieruccini, Ivete. III. Título.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, por terem me dado a oportunidade de chegar até aqui.

Aos que me ensinaram e inspiraram a escolher esse curso: Aginaldo Marcelino, Aparecida Guimarães, Doroti Gianini, Eduardo Farsetti, Margarida Fernandes, Marina Pestana e Rejane Alves.

À professora Ivete Pieruccini, pelo acolhimento e apoio desde que a conheci.

Aos que me sensibilizaram, emocionaram e/ou compartilharam suas dicas de leitura, escrita e experiências para esse trabalho se tornar realidade: Abraão Silva, Amanda Moura, Ana Maria Barbosa, Andrezza Moreira, Beatriz Araújo, Bruna Bacalini, Carlos Campos, Celi Miranda, Cristina Barrios, Elisângela Alves, Fábila Frazão, Fábio Hasegawa, Luciana Mendes, Lygia Canelas, Regina Garcia, Rita Inácio, Viviane Sarraf, William Okubo e Wilson.

Aos funcionários das bibliotecas que visitei, que foram gentis em me receber e compartilhar informações e experiências enriquecedoras para esse trabalho.

À Fundação Dorina Nowill para Cegos, que cedeu gentilmente os folhetos em anexo.

Às pessoas que se sensibilizaram com esse assunto e compartilharam suas experiências através da literatura, com as quais aprendi muito.

A acessibilidade é o primeiro passo para que a inclusão aconteça.

Salette Cecília de Souza e Vanessa de Andrade Manoel

[...] a informação te dá acesso a tudo, em relação ao consumo, saúde, benefícios que você tem. Eu acho que falta muito ainda... porque você acaba se afastando, você não consegue se inserir, porque você fica fora... é isso que acontece, quando nos sentimos excluídos da sociedade... e quando você tem acesso à informação você se insere...

Sujeito G5

RESUMO

O trabalho apresenta conceitos, história e terminologias relacionadas ao contexto das pessoas com deficiência visual. Discute conceitos de acessibilidade e recursos informacionais acessíveis a esses usuários, bem como algumas tecnologias assistivas voltadas ao acesso à informação. Inclui três exemplos de bibliotecas públicas da cidade de São Paulo, abordadas do ponto de vista de projetos e práticas da acessibilidade informacional, conforme estudado na literatura sobre a questão. Conclui que é possível haver acessibilidade informacional em bibliotecas, desde que haja recursos que possibilitem o acesso à informação e equipes que considerem as pessoas com deficiência visual como público-alvo, sem criar barreiras atitudinais e de acesso.

Palavras-chave: Acesso à informação. Bibliotecas. Deficiência visual. Tecnologias assistivas.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABL – Academia Brasileira de Letras
- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
- ADA – *American with Disabilities Act*
- BNB – Biblioteca Nacional de Brasília
- CADV – Centro de Apoio ao Deficiente Visual
- CAP – Centros de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual
- CBB – Comissão Brasileira do Braille
- CCL – Catálogo Coletivo de Livros do Estado de São Paulo
- CCL/Braille – Catálogo Coletivo de Livros em Braille e Livros Falados
- CCSP – Centro Cultural São Paulo
- CCTV – Sistema de Circuito Fechado de Televisão
- CD – *Compact Disc*
- CODE – Comissão Permanente de Apoio aos Alunos Portadores de Deficiência
- Comut – Programa de Comutação Bibliográfica
- DAIDV – Dispositivos de Acesso à Informação voltados para o Deficiente Visual
- DAISY – *Digital Accessible Information System*
- DTB – *Digital Talking Book*
- FBN – Fundação Biblioteca Nacional
- FCLAr – Faculdade de Ciências e Letras do *campus* de Araraquara da UNESP
- FDNC – Fundação Dorina Nowill para Cegos
- FNDE – Fundo Nacional para Desenvolvimento da Educação
- GEEM – Grupo Espírita Emmanuel
- IBC – Instituto Benjamin Constant
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IBM Brasil – *International Business Machines* do Brasil
- IDRM – *International Disability Rights Monitor*
- IES – Instituições de Ensino Superior
- IFLA – Federação Internacional das Associações de Bibliotecários e Bibliotecas
- LDF – Livros Digitais Falados
- LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais
- LIDA – Livro Digital Acessível

MEC – Ministério da Educação
NADEVI – Núcleo de Apoio ao Deficiente Visual
NEDESP – Núcleo de Educação Especial
OBR – *Optical Braille Recognition*
OCR – *Optical Character Recognition* (Reconhecedor de Caracteres Ópticos)
OIT – Organização Internacional do Trabalho
OMS – Organização Mundial da Saúde
ONG – Organização Não-Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PNLD – Programa Nacional do Livro Didático
Pode – Portadores de Direitos Especiais
PPA – Programa de Promoção de Acessibilidade
PPNE – Programa de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais da UnB
PROPAE – Programa Interdisciplinar de Pesquisa e Apoio a Excepcionalidade
PROVER – Programa de Atendimento a Grupos Especiais de Usuários Deficientes Visuais
PUC-Camp – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
PUC-PR – Pontifícia Universidade Católica do Paraná
SIBI-São Carlos – Sistema Integrado de Bibliotecas do Município de São Carlos
SMIL – *Synchronized Multimedia Integration Language*
SMPED – Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência
SPLEB – Sociedade Pró-Livro Espírita em Braille
TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação
UEL – Universidade Estadual de Londrina
UEM – Universidade Estadual de Maringá
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFPA – Universidade Federal do Pará
UFPB – Universidade Federal da Paraíba
UFPel – Universidade Federal de Pelotas
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCar – Universidade Federal de São Carlos
UnB – Universidade de Brasília
UNESCO – *The United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*
UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Unicamp – Universidade Estadual de Campinas

Unisul – Universidade do Sul de Santa Catarina

UNIUBE – Universidade de Uberaba

USP – Universidade de São Paulo

W3C – *World Wide Web Consortium*

XML – *Extensible Markup Language*

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	p. 9
PARTE I – QUADRO TEÓRICO		
2	A PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL	p. 13
2.1	Deficiência e deficiência visual: conceitos	p. 13
2.2	Pessoas com deficiência: panorama social e conquista de direitos	p. 15
2.3	Pessoas com deficiência: designações	p. 20
3	PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: o acesso à informação	p. 22
3.1	A noção de acessibilidade: definição, conceitos e panorama histórico	p. 27
3.2	Acessibilidade em bibliotecas	p. 31
3.2.1	Acessibilidade e apropriação da informação	p. 37
3.2.2	Acessibilidade: bibliotecas e públicos	p. 41
3.2.2.1	Acessibilidade: bibliotecas, setores e serviços especializados	p. 45
3.3	Acessibilidade e recursos informacionais para pessoas com deficiência visual	p. 49
3.3.1	Textos com letras ampliadas	p. 50
3.3.2	Publicações em braile e integradas	p. 50
3.3.3	Livros falados	p. 57
3.3.4	Livros digitais	p. 61
3.4	Tecnologias assistivas para acesso à informação	p. 65
PARTE II – ABORDAGEM DO TERRENO		
4	A ACESSIBILIDADE À INFORMAÇÃO NA PRÁTICA	p. 73
4.1	Casos apontados na literatura	p. 73
4.2	Bibliotecas públicas da cidade de São Paulo: três exemplos	p. 78
4.2.1	Biblioteca Mário Schenberg	p. 79
4.2.2	Biblioteca Louis Braille do Centro Cultural São Paulo	p. 82
4.2.3	Biblioteca de São Paulo	p. 84
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	p. 86
6	REFERÊNCIAS	p. 90
7	BIBLIOGRAFIA	p. 106
ANEXO A		p. 126
ANEXO B		p. 127
ANEXO C		p. 128

1 INTRODUÇÃO

O tema da acessibilidade é atualmente bastante discutido na literatura e nos meios de comunicação, e geralmente pelo viés arquitetônico. Na área de Ciência da Informação há produção de literatura sobre a questão e o acesso à informação, mas muitos ainda focam a acessibilidade arquitetônica em bibliotecas, questionando, por exemplo, a presença ou ausência de rampas de acesso e sinalização podotátil para pisos¹ e se há largura ideal em espaços de movimentação de um cadeirante, entre outros aspectos.

A pessoa com deficiência visual² seria, dentre as pessoas com deficiência, a que teria maior dificuldade de acesso às informações registradas em fontes bibliográficas, uma vez que a maioria delas está disponível, em bibliotecas, em suporte livro impresso em tinta (ou “em negro”), com caracteres de tamanho comum. Para acessar a informação nessas fontes, a pessoa com deficiência visual precisaria contar com a ajuda de um leitor vidente (nome dado para a pessoa que faz a leitura, sem deficiência visual), de tecnologias assistivas (recursos tecnológicos que possibilitam transferir a informação de um suporte inacessível para um suporte acessível às pessoas com deficiência visual) ou de recursos informacionais acessíveis, como livros em braille³, eletrônicos, falados e outros.

Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), do início da década de 2000, apontavam uma população mundial de cerca de 610 milhões de pessoas com deficiência no mundo⁴ (representando estimadamente 10% do total na época⁵), prevendo-se 16 milhões no Brasil.

¹O piso podotátil é colocado em áreas internas e externas, e sinaliza duas informações, em relevo: presença de barreira à frente (portas, orelhões, finais de caçadas, paredes etc.), através de círculos, e caminho livre para seguir, através de linhas contínuas. Com o uso da bengala, a pessoa com deficiência visual consegue perceber a sinalização no piso mais facilmente. Pode ser feito de diversos materiais, como borracha, metal e PVC.

²A expressão “pessoas com deficiência” é a mais aceita atualmente e por isso a usaremos sempre, inclusive ao parafrazeamos textos que contenham outras expressões. Vale a mesma ideia para “pessoas com deficiência visual”. Citações diretas de textos e nomes de instituições, projetos ou títulos de documentos que tragam outras expressões foram mantidos no original.

³Sasaki (2003, p. 8) sugere que se adote “Braille” (com “b” maiúsculo e dois “l”) somente em referência ao nome próprio Braille, ficando grafado com “b” minúsculo e um “l” quando for adjetivo, em referência ao sistema braille (exemplos: máquina braille, biblioteca braille, escrita em braille, etc). O autor atualizou seu texto em 2010, onde continua defendendo as formas anteriores, mas adiciona uma nota acerca da recomendação da Comissão Brasileira do Braille (CBB), citada por Dutra (2005). A CBB recomenda que “braille” esteja sempre com dois “l”, segundo a forma original francesa.

⁴Dados citados na publicação “O que as empresas podem fazer pela inclusão das pessoas com deficiência” (2002, p. 13), sem referência ao ano de realização ou de publicação da pesquisa da OMS.

⁵Dados estimados, segundo Passos e Ferreira (s.d., p. 5), porque não havia na época dados oficiais que quantificassem o total da população com deficiência.

Passos (2010, p. 54) cita que, do total dessa pesquisa, 40 a 45 milhões eram pessoas cegas e 135 milhões possuíam baixa visão, sendo que 75% dessas pessoas com deficiência visual eram provenientes de regiões de baixo poder socioeconômico.

No Censo Demográfico 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgado em 2002, foi registrado que, dos 169.872.856 de brasileiros, 24.600.256 são pessoas com deficiência (14,48% do total), sendo que 16.644.842 possuem deficiência visual (9,79% em relação à população total e 67,6% em relação à população com deficiência)⁶. Desse total de pessoas com deficiência visual, quase 150 mil se declararam cegos, tendo a maioria, portanto, baixa visão⁷. Salvo (2007 apud LUNA, 2007, p. 9) cita que, da população que vive na cidade de São Paulo, cerca de 1,5 milhão de pessoas possui deficiência, e dentre essas, 687 mil têm deficiência visual.

Como esse grande número de pessoas acessa a informação em bibliotecas públicas, cuja missão é atender a todos os universos populacionais, em termos de pesquisa cada vez mais complexas e diversificadas?

Ao buscarmos na literatura a questão do acesso à informação por esses usuários, em bibliotecas diversas (universitárias, públicas etc.), nos surpreendemos com vários recursos, principalmente com a diversidade de tecnologias assistivas. Além disso, ao conhecermos algumas dessas possibilidades, nos indagamos se as bibliotecas públicas estão disponibilizando informação de modo acessível (digital e fisicamente) às pessoas com deficiência visual, incluindo-as de fato como seu público-alvo e garantindo possibilidades efetivas de acesso, uso e apropriação de informações, de forma autônoma. Algumas questões que motivaram esse estudo ⁸ foram:

⁶INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Tabela 1.4.1 - População residente, por tipo de deficiência, segundo a situação do domicílio e os grupos de idade – Brasil.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/populacao/deficiencia_Censo2000.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2010.

⁷INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **IBGE e CORDE abrem encontro internacional de estatísticas sobre pessoas com deficiência.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=438&id_pagina=1>. Acesso em: 21 ago. 2010.

⁸Questões parecidas são propostas por Pupo (2006c, p. 60), indagando se as bibliotecas estão prontas para receber pessoas com deficiências diversas, mobilidade reduzida e obesidade, como essas que se relacionam aos usuários com deficiência visual: “4 – Se a Sra. Dorina Nowill, que é cega, resolvesse conhecer sua unidade de informação, ela teria como pesquisar nos computadores via leitores de tela? Sua biblioteca tem algumas obras em Braille? Ela poderia ler o regulamento de sua biblioteca, por exemplo?” e “5 – A escritora Rose Marie Muraro, que tem baixa visão, é convidada a participar de uma banca examinadora na universidade. Se ela

- Há ausência ou presença de versões digitais, em áudio ou em braille dos documentos impressos em tinta?
- Há disponibilidade de alguma tecnologia assistiva que permita acessar de outra forma o que está disponível de forma impressa em tinta?
- Há possibilidade de empréstimo entre bibliotecas, caso haja a informação que procura disponível em um item que pertença a outra biblioteca? O empréstimo acontece com ou sem deslocamento do usuário?
- Há dependência ou não do auxílio de leitores para ter acesso à informação ou o acesso dá-se de forma autônoma?
- Como é a receptividade ao usuário com deficiência visual?
- O usuário com deficiência visual é considerado público-alvo ou é fortuito (inesperado) nesses espaços?

Conhecendo mais sobre acessibilidade à informação e compreendendo como acontece o acesso pelas pessoas com deficiência visual em bibliotecas, tanto por meio da revisão de literatura como por visitas que realizamos em três bibliotecas públicas paulistanas, tendo em vista observar como a questão se manifesta na prática (para efeito ilustrativo apenas), foi possível entender melhor esse contexto. As bibliotecas escolhidas para essa pesquisa possuem em seu acervo livros e periódicos em braille e falados, mas nem todas as bibliotecas públicas, apesar de terem por objetivo atender à coletividade, apresentam condições materiais para realizar tal atendimento, por não disporem dos recursos informacionais citados e tecnologias assistivas.

PARTE I – QUADRO TEÓRICO

2 A PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL

2.1 Deficiência e deficiência visual: conceitos

Atualmente, a expressão “pessoas com deficiência” designa aquelas “que apresentam limitações na execução de algumas atividades, como consequência de deficiência corporal” (MAZZONI; TORRES; ANDRADE, 2001, p. 121). Podemos definir “deficiência” como “alguma restrição ou perda, resultante do impedimento, para desenvolver habilidades consideradas normais para o ser humano” (O QUE..., 2002, p. 52), e a deficiência visual pode ser conceituada em dois níveis: cegueira e baixa visão.

As pessoas que possuem deficiência visual total ou cegueira apresentam “acuidade visual igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica”, segundo o “Decreto 5.296” (de 2 de dezembro de 1999 apud BRASIL, 2006, p. 27)⁹, ou seja, “perderam totalmente ou possuem uma pequena porcentagem da visão” (MASINI, 1994 apud BATISTA et al, 2008, p. 3). Passos (2010, p. 38-39) define a pessoa cega como a que tem seu campo de visão “menor que 20 graus mesmo com uso de lente de correção e quando a perda de visão, em ambos os olhos, é menor do que 0,1 grau no melhor olho”.

A cegueira pode se apresentar no nascimento da pessoa (congenita), ser adquirida por doenças ou acidentes ou ser associada à idade, por glaucoma, catarata, degeneração macular, atrofia do nervo óptico e retinopatia diabética (CARVALHO, J., 1999, p. 232). A deficiência visual pode acontecer em qualquer momento da vida de uma pessoa, assim como qualquer outra deficiência.

A baixa visão (ou visão subnormal) pode ser definida como “acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores”, segundo o “Decreto 5.296” (de 2 de dezembro de 1999 apud BRASIL, 2006, p. 27)¹⁰, ou seja, quando existe uma visão residual que permite

⁹Capítulo 2, artigo 5º, § 1º.

¹⁰Idem.

distinguir luzes ou vultos, mesmo utilizando óculos (GONZÁLEZ, 2002, p. 18-19), de impossível correção (CARVALHO, S., 2006, p. 74), permitindo ler impressos em tinta com ampliadores ou com uso de equipamentos específicos (MASINI, 1994 apud BATISTA et al, 2008, p. 3). Passos (2010, p. 38) a define como “a capacidade de visão tida por pessoa quando ela consegue ver algo a 20 pés (6,096 m) de distância, ou seja, a sua acuidade visual é situada entre 6/20 a 6/60 após a correção máxima”.

A visão subnormal pode ser consequência, em adultos, de coriorretinite macular, degeneração macular senil, retinose pigmentar, oxiplasmose, atrofia do nervo ótico, alta miopia, retinopatia diabética e glaucoma. Nas crianças as causas mais comuns são: desnutrição, coriorretinite macular, catarata congênita, glaucoma congênito e atrofia ótica (ASSOCIAÇÃO DE DEFICIENTES VISUAIS E AMIGOS, s. d.).

Os recursos ópticos auxiliares para as pessoas com baixa visão são óculos, lupas e telescópios, e os não-ópticos são:

- Controle da Iluminação: [...] permitir o aumento ou diminuição da iluminação ambiental com dispositivo de ajuste contínuo de intensidade de luz ou com lâmpada de três fases; evitar reflexo e radiação de calor; oferecer focos luminosos flexíveis para objetos, textos, etc;
- Transmissão da Luz: Auxílio de lentes absorptivas (filtrantes) ou outros suportes que diminuem o ofuscamento e aumentam o contraste;
- Controle da Reflexão: Tiposcópio, visores, oclusores laterais e lentes polarizadas, além de materiais de construção e revestimentos opacos (pisos, paredes, mesas);
- Acessórios: Caneta de ponta porosa preta, lápis de escrever 6B, papel com pautas pretas, figuras sem muitos detalhes e com traçado escurecido e nítido, aumento de contraste (por meio do uso de cores bem contrastantes: tinta preta em papel branco, giz branco em lousa preta, cores escuras em fundo luminoso, quadro branco/caneta preta);
- Ampliação: Desenhos, figuras, livros, através do Sistema de Circuito Fechado de Televisão – CCTV¹¹ ou da lupa eletrônica, úteis para pessoas que necessitam de maior aumento do que o óculos pode proporcionar;
- Apoio para Leitura. Prancheta com aproximação para suporte da folha de leitura. (CARVALHO, S., 2006, p. 74-75).

¹¹Segundo Alegre (1995) afirma que o CCTV “permite ler, com um grande leque de escolha de grau de ampliação, cor e tipo de fundo, texto manuscrito ou impresso, ver imagens, objetos ou pequenos animais, escrever e realizar tarefas minuciosas como fazer renda ou coser botões”, podendo estar equipado com uma câmara apenas para visão de perto, ou uma segunda câmara apontada para longe.

2.2 Pessoas com deficiência: panorama social e conquista de direitos

Sassaki (2004, p. 7-10) apresenta a história das pessoas com deficiência em três momentos ao longo da história. O primeiro momento foi o de “segregação social”, entre o final do século XIX e a década de 1940, caracterizado pela assistência médico-social e institucionalização com objetivos meramente caritativos. Depois, o de “reabilitação e integração social”, entre as décadas de 1950 e 1980, período que foi marcado pelo surgimento dos centros de reabilitação de abordagem tecnicista e autoritária para adequação da pessoa com deficiência à sociedade, e também por maior conscientização da sociedade, que ficou expressa na organização de associações, na criação de legislações específicas¹² e na maior participação da sociedade para solução dos problemas ligados às deficiências. O último momento é o de “inclusão social”, que vem desde a década de 1990 até a atualidade, iniciando o atendimento voltado à vida independente e à autonomia, nos contextos social e familiar, além do desenvolvimento de recursos alternativos em reabilitação e maior participação social e poder decisório das pessoas com deficiência.

Franco e Dias (2005, p. 1-6) e Lira e Schlindwein (2008) apresentam fatos e mudanças relacionadas às pessoas com deficiência ao longo do tempo, contextualizando especificamente a trajetória das pessoas com deficiência visual, tratada adiante.

Numa primeira fase, anterior ao século XVIII, denominada por Vigotski¹³ (1997 apud LIRA; SCHLINDWEIN, 2008, p. 176-177) como “etapa mística”, sobrevivem lendas, contos e provérbios que ajudam a criar imagens das pessoas com deficiência visual como indefesas e também como dotadas de visão espiritual substitutiva da que fisicamente perderam. Nas sociedades primitivas elas eram mortas ao nascer ou abandonadas quando perdiam a visão quando adultas, pois se acreditava que eram possuídas por espíritos malignos ou que a cegueira fosse um castigo dos deuses. Na Antiguidade, quem estivesse fora dos padrões aceitos como “normais” (velhos, doentes e pessoas com deficiência) era tratado ou com

¹²Para Aguilera e Amaral (2008, p. 4), o reconhecimento dos direitos humanos e sociais das pessoas com deficiência foi uma das maiores conquistas do século XX, ficando isso exposto, por exemplo, na “Declaração Universal dos Direitos Humanos” (1948), que estende a todos os homens os mesmos direitos fundamentais, como a liberdade de expressão, de pensamento, a luta pela igualdade e o respeito a todos, e na “Constituição Federal de 1988”, que declara o direito constitucional à cidadania e à igualdade a todos os brasileiros.

¹³Há no texto de Lira e Schlindwein (2008) várias citações de textos do educador bielorrusso Lev Semenovitch Vigotski (1896-1934).

tolerância e apoio, ou com menosprezo e eliminação, e durante a Idade Média a cegueira foi utilizada como castigo, ato de vingança ou pena judicial.

Posteriormente, com o fortalecimento da cultura do Cristianismo, a situação se modificou, valorizando todas as pessoas, igualmente consideradas “filhas de Deus”, deixando de ser a cegueira um estigma de culpa e indignidade para transformar-se num meio de “ganhar o céu”, tanto para as pessoas com deficiência visual quanto para os homens que delas têm piedade. Apesar da mudança, a sociedade se dividia entre considerar as pessoas com deficiência eleitas de Deus (o que seria positivo) e expiadoras de culpas (o que seria negativo), e por isso o posicionamento do clero em relação a elas também se divide: segregá-las por confinamento para atenuar o castigo, exercendo a caridade, ou castigá-las para livrar a sociedade de suas condutas indecorosas ou antissociais, sacrificando-as na Inquisição.

No período renascentista, entre os séculos XIV e XVI, houve uma revisão das crenças e práticas sociais no que diz respeito ao modo de relacionamento com as pessoas com deficiência, e a partir do século XVIII começaram os atendimentos médicos voltados para elas. Essa etapa foi denominada como “médica” por Vigotski¹⁴ (1997 apud LIRA; SCHLINDWEIN, 2008, p. 177-178).

Em 1784, o educador francês Valentin Haüy (1745-1822)¹⁵ inaugurou na França o *Institut National des Jeunes Aveugles* (Instituto Real dos Jovens Cegos de Paris), a primeira escola do mundo destinada à educação de pessoas cegas, alfabetizando-as com a estratégia de letras em relevo. Em 1824, o aluno Louis Braille (1809-1852), com 15 anos, inventou o sistema que leva seu nome, a partir do que tinha sido criado por Charles Barbier¹⁶. Apesar de publicado em 1839, esse sistema só foi aceito em 1854. Pode ser utilizado em qualquer idioma que

¹⁴Vigotski, citado ao longo do texto de Lira e Schlindwein (2008), defendia que as deficiências deveriam ser tratadas e compreendidas como consequências sociais e não como fator estritamente biológico, sendo compensadas pela linguagem e nas e pelas relações sociais.

¹⁵Esteves (1975, p. 273) cita que o educador francês tentou criar uma escrita própria para o uso de pessoas com deficiência visual. Passos (2010, p. 48) cita que essa escrita foi denominada “alfabeto vulgar”, e utilizava as letras do alfabeto em relevo, geralmente em madeira.

¹⁶Louis Braille tinha conhecimento do código de sinais militares inventado pelo oficial da cavalaria francesa Charles Barbier, que o criou para a comunicação noturna silenciosa entre oficiais nas campanhas de guerra, inacessível ao inimigo. Era formado por doze sinais representativos dos 36 sons da língua francesa, e por isso denominado “sonografia” ou “grafia sonora”. Barbier apresentou o código ao *Institut National des Jeunes Aveugles* em 1819, e Louis Braille foi estudando-o, percebendo suas limitações e revisando-o para adaptá-lo à escrita (REILY, 2004, p. 141-143). Para conhecer mais sobre o braille e sua história, consultar: Abreu et al (2008), Reily (2004) e Lemos e Cerqueira (1996); sobre a produção editorial nesse código no Brasil, confira também Lemos e Cerqueira (1996) e Halewell (2005, p. 749-751).

utilize o alfabeto latino, e é baseado em um conjunto de seis pontos táteis, que, dispostos em duas filas verticais com três pontos cada uma, formam a cela ou célula braille¹⁷. Variando de acordo com o número de pontos em relevo e a posição que ocupam, esses seis pontos geram sessenta e três símbolos, suficientes para todo o alfabeto, números, símbolos matemáticos, químicos, físicos e notas musicais.

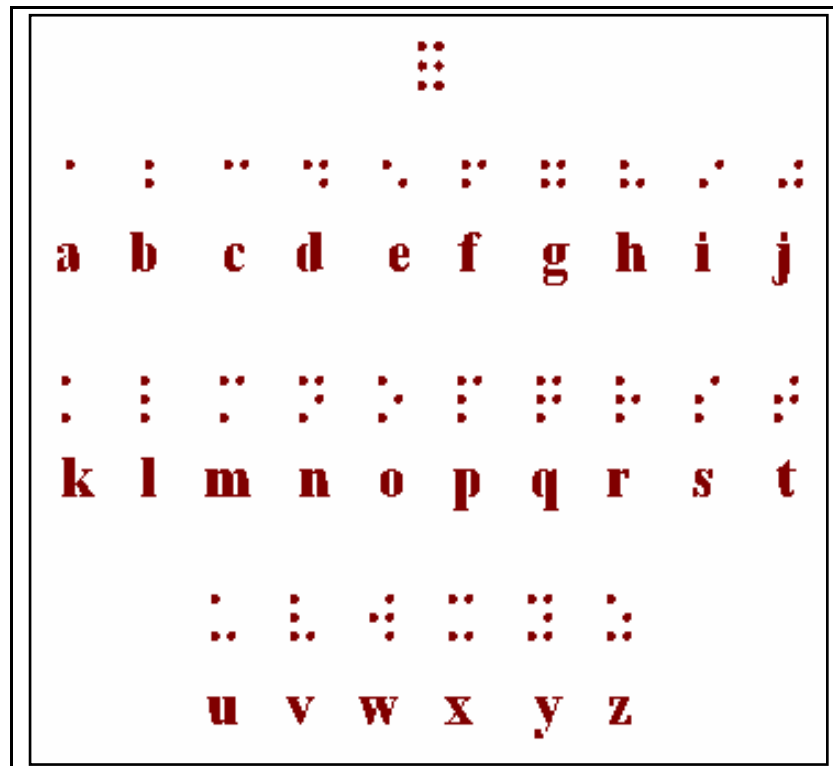


Ilustração 1 – Sistema braille: cela braille (1ª linha) e representações de cada letra do alfabeto.

Fonte: ALEGRE (1995).

Do final do século XVIII até o início do século XIX foram fundadas escolas para pessoas cegas em outros países europeus e nas Américas, destacando a estadunidense *Ohio School for the Blind*, a primeira inteiramente subsidiada pelo governo, despertando a sociedade para uma reflexão em relação à obrigação do Estado para com a educação dessas pessoas. Em 1878, num congresso internacional realizado em Paris, ficou estabelecido que o sistema braille deveria ser adotado, de forma padronizada, como método universal de ensino para pessoas cegas.

¹⁷Cada cela braille possui 2 milímetros de largura e 6 milímetros de altura (DEFICIÊNCIA..., 2000, p. 43).

O século XX é o início da terceira etapa, denominada como “científica ou sociopsicológica” por Vigotski. É nesse período que a escola segregada se expande e consolida como modelo de atendimento à pessoa cega, mas na segunda metade desse mesmo século, depois da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e com a “Declaração universal dos direitos humanos” (1948), passou-se a pensar na reintegração dos mutilados de guerra à sociedade, reabilitando-os, e a considerar a possibilidade de educação da pessoa cega na escola regular, iniciando a fase de “reabilitação e integração social” definida por Sasaki (2004).

Principalmente na segunda metade do século XX surgem programas, leis, decretos e outros documentos (declarações, convenções e recomendações, por exemplo) destinados a atender os direitos das pessoas com deficiência (MAZZONI; TORRES; ANDRADE, 2001, p. 121; PUPO; CARVALHO; OLIVEIRA, 2008, p. 261). Do final da década de 1960 até o final da seguinte, estruturaram-se leis e programas de atendimento educacional que favoreceram a integração da pessoa cega na escola regular e no mercado de trabalho, e na década de 1980 consolida-se a integração das pessoas com deficiência, abrindo espaço para uma maior conscientização da sociedade.

A Organização das Nações Unidas (ONU) instituiu 1981 como o ano internacional das pessoas com deficiência, e 1980 como a década dessas pessoas. A partir de 1990, ano de realização da “Conferência mundial de educação para todos”, começa a fase de inclusão citada por Sasaki (2004). Além do direito da pessoa com deficiência à integração social, ressalta-se o dever de a sociedade adaptar-se às diferenças individuais, e não da pessoa com deficiência adaptar-se à sociedade, como era na fase anterior. Essa revisão da estrutura vigente demonstra que a sociedade é que deve se organizar para atender aos interesses de todos, indiscriminadamente, denunciando as desigualdades e não menosprezando ou desrespeitando as diferenças individuais. Em 2004, o Brasil foi eleito pela organização não-governamental *International Disability Rights Monitor* (IDRM) como um dos cinco países mais inclusivos das Américas. Um dos seis requisitos para essa condição era a existência de um arcabouço legal que garantisse a adequada proteção dos direitos das pessoas com deficiência (COSTA; MAIOR; LIMA, 2005, p. 4).

Como destaques da legislação universal, Mazzoni, Torres e Andrade (2001, p. 121) citam a “Recomendação n° 99” (1955) e a “Convenção n° 159” (1983), ambas da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que tratam da reabilitação profissional dessas pessoas, além

da “Declaração dos direitos das pessoas deficientes” (1975) e da “Declaração de Salamanca” (1994), ambas da ONU. Aguilera e Amaral (2008, p. 6-7) citam a “Constituição da República Federativa do Brasil”, promulgada em 5 de outubro de 1988 (ainda vigente), que estabelece, entre outros, a igualdade de todos os residentes no país e o direito à educação (vista como dever estatal) e à informação, para que as pessoas possam exercer sua cidadania e qualificar-se para o trabalho. Entre as garantias citadas estão a igualdade de condições de acesso e permanência, o atendimento especializado na rede regular de ensino e o acesso aos níveis mais elevados de escolaridade, de acordo com a capacidade individual.

Ao final do século XX, os principais resultados da legislação para as pessoas com deficiência se traduzem em ações voltadas à vida independente e autonomia, como na implementação de projetos de equiparação de oportunidades, de redes de informação e gradualmente das leis de cotas para contratação de pessoas com deficiência. Destaca-se também nesse período o avanço tecnológico, evidenciado no desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), que ampliam as possibilidades de acesso de pessoas com deficiência ao conhecimento:

As TIC's [*sic*] modificam os cenários das empresas públicas e privadas, alterando as rotinas de trabalho; os acervos digitalizados e a transmissão eletrônica de documentos passam a integrar as unidades de informação do século XXI, transformando tanto o cotidiano de ensino e aprendizagem nas escolas quanto a organização e recuperação da informação nas bibliotecas. (PUPO, 2006a, p. 11).

Acrescentamos aos destaques anteriores dois decretos brasileiros. O “Decreto 3.298”, de 20 de dezembro de 1999, apresentando os objetivos da “Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiências”, como acesso, ingresso e permanência da pessoa com deficiência em todos os serviços oferecidos à comunidade, além da integração das ações dos órgãos e das entidades públicos e privados em áreas como educação, cultura e lazer, “visando à prevenção das deficiências, à eliminação de suas múltiplas causas e à inclusão social”, entre outros (BRASIL, 2006, p. 7-8). O “Decreto 5.296”, de 2 de dezembro de 2004, regulamenta as leis 10.048 (de 8 de novembro de 2000, que estabelece o atendimento prioritário, inclusive às pessoas com deficiência) e 10.098 (de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas e critérios para a promoção da acessibilidade para as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida).

Para Jacinto (2008, p. 90-91), o preconceito e o descumprimento das leis que protegem os direitos das pessoas com deficiência ainda dificultam suas vidas, deixando-as marginalizadas em uma sociedade que não consegue conviver plenamente com as diferenças, o que é visível nos dados apresentados pela autora, relativos aos campos educativo e socioeconômico: as pessoas com deficiência têm níveis mais baixos de educação, de salários e de inclusão na sociedade e no mercado de trabalho.

2.3 Pessoas com deficiência: designações

As mudanças terminológicas também evidenciam a mudança histórica em relação às pessoas com deficiência, como fica exposto nos textos de Sasaki (2003; 2009; 2010¹⁸).

Anteriormente à década de 1980 eram usadas frequentemente expressões como “aleijados”, “inválidos”, “defeituosos”, “incapazes” e “incapacitados” para citar as pessoas com deficiência, em contraposição às pessoas referenciadas até então como “normais” (sem deficiência).

Durante a década de 1980, começa-se a usar “pessoas deficientes”, que, apesar de acrescentar “pessoas” à referência (igualando-as às sem deficiência), sugere que a pessoa como um todo é deficiente. Entre 1986 e 1996 usa-se bastante “pessoas portadoras de deficiência”, e sua redução “portadores de deficiência”: portar uma deficiência passou a significar um detalhe da pessoa.

Em meados da década de 1990 entra em uso a expressão “portadores de necessidades especiais” e depois outra, “pessoas com necessidades especiais” (substituindo “deficiência” por “necessidades especiais”), que acaba reduzida para “pessoas especiais” (SASSAKI, 2009). Em 1994 começa-se a usar “pessoas com deficiência” (em oposição à “pessoas sem deficiência”), preferida até hoje, que reconhece a condição de determinado indivíduo sem desqualificá-lo (MÍDIA E DEFICIÊNCIA, 2003, p. 38).

¹⁸O texto de 2010 é uma revisão do texto de 2003.

Em 2002, Frei Betto sugere o uso de “PORTADORES de Direitos Especiais”, que seria reduzida na sigla PODE, alegando que o uso de “deficientes” sugere falha ou imperfeição, ao contrário de PODE, que exprime capacidade (SASSAKI, 2009).

Sasaki critica as expressões anteriormente citadas por vários motivos: as expressões que trazem a palavra “portadores” são questionáveis por aludirem a “carregadores”, ou seja, pessoas que “portam” (levam) uma deficiência¹⁹; o uso de “direitos especiais” é contraditório, porque as pessoas com deficiência exigem equiparação de direitos, e não privilégios; “especiais” tem significado amplo, podendo se aplicar a qualquer pessoa (desde que se defina no contexto em que se aplica o que é ser “especial”), independentemente dela possuir ou não deficiência, sem agregar valor; a sigla “PODE” não poderia ser grafada em caixa alta por conter mais de três letras, tendo que, portando, ser grafada “Pode”, e seu uso poderia gerar confusões, como fica evidente no exemplo citado pelo autor: “A sugestão de José Maurício, que é um Pode, pode ser aprovada hoje...” (SASSAKI, 2009, grifos nossos).

A Portaria da Secretaria de Direitos Humanos nº 2.344/2010, de 03 de novembro de 2010, em seu artigo 2º, cita que se deve usar “pessoas com deficiência” onde anteriormente usava-se “pessoas portadoras de deficiência” (BRASIL, 2010, p. 1).

Em relação às expressões e palavras usadas para referenciar as pessoas com deficiência visual, Sasaki (2010, p. 2, item 6) comenta o uso pejorativo da palavra “ceguinho”, que revela que “o cego não é tido como uma pessoa completa”, aponta “cego”, “pessoa cega” e “pessoa com deficiência visual” como as expressões mais corretas.

¹⁹Sasaki (2003, p. 7-8) cita que essas pessoas não “portam” deficiência: “a deficiência que elas têm não é como coisas que às vezes portamos e às vezes não portamos (por exemplo, um documento de identidade, um guarda-chuva)”.

3 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: o acesso à informação

Na civilização ocidental, segundo Souza (s. d., p. 1), o “conhecer” se faz com o “ver”, mostrando-se o segundo condição para o primeiro. Ter deficiência visual, nessa cultura, seria fator limitador para conhecer e distinguir objetos, cores, formas, tamanhos e lugares, entre outras coisas que fazemos utilizando a visão.

Dallabrida e Lunardi (2008, p. 199) citam a apresentação do escritor moçambicano Mia Couto da palavra “ler”. Oriunda da latina *legere*, que originalmente significava “escolher” (verbo que hoje é relacionado a “eleger”), “ler” é “escolher”, ou seja, reflete as escolhas que fazemos ao decidir o que será ou não apreendido e interiorizado na leitura. Relacionando essa ideia ao acesso à leitura por pessoas com deficiência visual, podemos considerar que nem sempre há oportunidades de encontrar a informação ou obra já em formato acessível, sem ser em tinta, seja por falta de recursos informacionais acessíveis para elas, indisponibilidade de tecnologias assistivas ou mesmo de leitores que possam fazer a leitura do que está impresso em tinta.

Fernandes (2005 apud SCHWEITZER, 2007, p. 281) cita que as pessoas com deficiência visual não tinham praticamente acesso à informação e à cultura escrita, o que é confirmado por Reily (2004, p. 95-96). Anteriormente ao século XX, o acesso aos textos por pessoas com deficiência visual era “por meio de alguém que emprestasse a voz na leitura”, além da pena, para que registrassem por escrito o que quisessem, ou seja, dependiam de videntes para ler e escrever. Passos (2010, p. 39-40) cita que na sociedade ágrafa (sem nenhuma forma de escrita), a pessoa com deficiência visual não enfrentava nenhuma barreira de acesso ao conhecimento. O conhecimento, antes transmitido oralmente, passou a ser registrado, com a invenção da escrita²⁰, de forma mais duradoura, acessível e autônoma pelos videntes, através de um signo (alfabeto), e isso criou uma barreira de acesso à informação para as pessoas com deficiência visual, pois se tornaram dependentes dos leitores. O panorama é complementado

²⁰A escrita cuneiforme foi inventada por volta de 3.500 a.C. (ONG, 2002, p. 82-83), mas McGarry (1999 apud PASSOS, 2010, p. 46) data a escrita semita tradicional como a mais antiga, de 1.700 a.C., na Palestina e na Síria, contendo 22 consoantes. Essa foi usada como base pelos gregos (complementando-a com vogais em 900 a.C.) e, cem anos depois, pelos etruscos, e dela se extraiu o antigo alfabeto romano, que originou os alfabetos ocidentais.

pela invenção da imprensa pelo alemão Johannes Gutenberg (1398-1468), por volta de 1450²¹.

Isso foi modificado com o surgimento do sistema braille, que causou uma revolução na vida das pessoas com deficiência visual, proporcionando-lhes independência tanto para ler como para escrever, e, por esse motivo, Alencar e Galdino (2007, p. 1-2) justificam que esse é o primeiro sistema de acessibilidade.

Apesar de também não extinguir a exclusão, pois poucos que enxergavam conseguiam ler ou escrever em braille, nesse sistema os conhecimentos podiam ser registrados, guardados e acessados por gerações posteriores que lessem braille, não mais dependendo exclusivamente da disponibilidade de um leitor para passar informações, permitindo o contato direto com a informação registrada em qualquer momento (PASSOS; VIEIRA; SAHEKI, 2008, p. 4). Apesar de ainda existir a necessidade de leitores (REILY, 2004, p. 96), esse sistema possibilitou autonomia e independência para essas pessoas em relação ao acesso à informação, ainda no século XIX, e ganhou maior projeção quando o primeiro livro em braille foi impresso em 1893, com a possibilidade de produção em massa nesse sistema, cerca de 450 anos após a produção em massa do livro em tinta (PASSOS, 2010, p. 50).

Vieira (2006 apud PASSOS, 2010, p. 45) cita que até hoje a inserção social da pessoa com deficiência visual se realiza graças à linguagem, na forma de leitura compartilhada com um vidente, através de conversas e permutas verbais.

Passos (2008 apud PASSOS, 2010, p. 52) apresenta um quadro comparativo do acesso à informação ao longo do tempo, mostrando a distância temporal entre as formas de acesso à memória coletiva por videntes e por pessoas com deficiência visual:

²¹Passos (2010, p. 49) cita que a escrita impressa criou um choque com a estrutura jurídica existente, devido aos registros de plágio já naquela época. Novas leis de controle e supressão da livre circulação de ideias surgiram, mudando padrões, tanto de organização como de recuperação da informação e do conhecimento registrado.

SUJEITOS	ACESSO À MEMÓRIA COLETIVA			
	Oral	Escrita	Impressa	Digital
Videntes (sujeito 1)	Desde os primórdios da humanidade	1.700 a.C. (McGARRY)	1.450 d.C.: surgimento da imprensa de Gutenberg (McGARRY)	1981 d.C.: surgimento do computador pessoal (LE COADIC)
Pessoas com deficiência visual (sujeito 2)	Desde os primórdios da humanidade	1.824 d.C.: surgimento do sistema braille	1.893 d.C.: surgimento da impressora braille (BROWN)	1983 d.C.: surgimento da primeira tecnologia assistiva (WALLING)
Diferença de anos na possibilidade de acesso aos registros entre os sujeitos 1 e 2	Não há	Cerca de 3.500 anos	Cerca de 440 anos	Cerca de 2 anos

Tabela 1 – Diferença temporal do acesso à memória coletiva por videntes e pessoas com deficiência visual. Fonte: Adaptação nossa a partir da tabela apresentada por Passos (2008 apud PASSOS, 2010, p. 52).

Acessar a informação, para Passos e Ferreira (s.d., p. 12), é fundamental para o bom desempenho educacional, social e cultural das pessoas com deficiência, e em especial daquelas com deficiência visual, porque, sabendo e podendo utilizar as ferramentas potencializadas pelas tecnologias assistivas disponíveis, podem por si mesmas desenvolver-se e, conseqüentemente, incluir-se socialmente. Para Mazzoni et al (2001, p. 29-30), quando qualquer pessoa assume ser agente ativo do próprio conhecimento isso constitui diferença qualitativa em sua vida, e, em relação às linguagens simbólicas para comunicação (como o braille), revela que “a qualidade da informação e, conseqüentemente, a produção e a disseminação do conhecimento estão relacionadas também com a acessibilidade”.

Pensando na leitura por pessoas com deficiência visual e nos acervos presentes nas bibliotecas tradicionais (não virtuais e nem digitais), contextualizadas dentro de uma cultura visual de maioria vidente, podemos concluir que a escolha é feita e mediada pelo leitor vidente (DALLABRIDA; LUNARDI, 2008, p. 199), já que a grande parte da informação nelas registrada ainda está disponível somente em livros impressos em tinta, sem versão digital ou falada. Nessa perspectiva podemos considerar que há grande desvantagem de acesso à informação pelas pessoas com deficiência visual nesses espaços, ficando dependentes de leitores ou de alguma transposição da informação presente no livro impresso em tinta para outro suporte, sem autonomia e independência para acesso à informação.

Para Borges (s.d.), o acesso à educação e à cultura é muito diferente para pessoas com deficiência visual no Brasil em comparação com os países desenvolvidos. Produzir um livro em braille é muito mais caro e difícil do que um impresso em tinta, mas diversas tecnologias podem diminuir essa desvantagem, como o computador e os gravadores digitais, que estão melhorando o acesso à informação. Segundo o autor, o computador “amplia até um limite inimaginável as oportunidades do cego”, e os gravadores permitem que se registre e reproduza textos a custo baixo, criando livros falados, por exemplo.

Atualmente, outras tecnologias auxiliam no acesso à informação, como os livros digitais acessíveis e os falados, os recursos de informática e alguns equipamentos, mas nem sempre há preparo ou formação para usá-los ou mesmo condições financeiras para tê-los, pois nem todos são gratuitos ou economicamente viáveis. De acordo com Passos e Ferreira (s.d., p. 2-3), baseadas em Campbell (2001), desde a invenção da escrita nada teve tanto impacto nos programas de educação, reabilitação e emprego quanto o recente desenvolvimento da informática para as pessoas com deficiência visual. A escrita digital, segundo as autoras, trouxe a possibilidade dessas pessoas compartilharem o mesmo sistema de escrita utilizado pelos videntes nos processos de comunicação, sendo considerada uma evolução da forma de escrever, e digitalizar a informação é o grande desafio da pós-modernidade, redesenhando as competências e habilidades demandadas pela sociedade do conhecimento.

A disseminação do uso das tecnologias associadas a sistemas de computação digital impulsionaram mais a luta pelo direito de acesso à informação e à comunicação no século XX, segundo Torres, Mazzoni e Mello (2007, p. 372). Para esses autores, “já não se pode

separar o acesso à comunicação do acesso à informação”, pois essa é matéria-prima para o processo de comunicação. Consideram que atualmente o maior obstáculo enfrentado pelas pessoas com deficiência é o acesso à informação, e isso afeta outros aspectos importantes de suas vidas, como educação, trabalho e lazer. *Sites inacessíveis*²², falta de sensibilização da sociedade e falta de recursos tecnológicos são algumas das barreiras citadas pelos autores.

De Paula (2009, p. 52) afirma que só com a eliminação das barreiras de comunicação as pessoas estarão incluídas na Sociedade da Informação. Na perspectiva de Morigi e Pavan (2004), essa é uma sociedade que se utiliza das TIC em diversos aspectos da vida social, criando e recriando novas formas de interação, identidades e hábitos sociais, e gerando novas formas de sociabilidade, independentes de espaço e tempo definidos. Nela evidenciam-se três frentes gerais: “uma economia baseada no conhecimento, um novo papel das finanças e uma sociabilidade em rede, que se expressa tanto na esfera do consumo quanto na circulação de produtos em escala mundial, ultrapassando as fronteiras territoriais”. Em consequência formam-se redes virtuais, que constituem estratos, perfis e hábitos sociais semelhantes nos mais diversos lugares (EISENBERG; CEPIK, 2002 apud MORIGI; PAVAN, 2004, p. 117). Essa sociedade traz novas responsabilidades aos atores sociais nela inseridos, como o dever de provisão de um fluxo constante de informação que possibilite a geração de novos conhecimentos e tomada de decisão nas várias instâncias da sociedade. A informação gera conhecimento (e este, por sua vez, gera mais informação), e é vista como recurso fundamental para o desenvolvimento da sociedade (FERREIRA, R., 2003).

Perrotti (2008, p. 5) complementa que se trata de um momento de grande abundância e velocidade de informação, mas também de falta, em alguns contextos. Por razões diversas, como por desigualdades sociais e econômicas, a falta gera impossibilidade de acesso aos bens simbólicos e circuitos culturais diversificados em vários países, ou a exposição em excesso a um meio de veiculação ou formato e a ausência de outro (como a que está disponível em formato audiovisual em contraste com a que está no escrito; a informação midiaticizada em posição à científica etc.). Relacionando essa exposição de Perrotti ao nosso contexto de trabalho, o grande volume de informação registrada em livros impressos em tinta nos acervos das bibliotecas tradicionais pode parecer exorbitante para os videntes, mas também se revela o

²²O site Acessibilidade Brasil disponibiliza o software “Da Silva”, que realiza *on-line* uma avaliação de acessibilidade de qualquer site, apontando as falhas e indicando as correções possíveis a fim de tornar a página mais acessível. Disponível em: <<http://www.dasilva.org.br>>.

contrário para pessoas com deficiência visual, já que o livro impresso em tinta não é passível de leitura por elas sem auxílio de leitores ou tecnologias assistivas.

Na maioria das vezes, essas pessoas dependem de instituições que disponibilizam livros em Braille para leitura ou de leitores (PEREIRA, 1996, p. 28 apud SILVA; TURATTO; MACHADO, 2002, p. 11), e principalmente de bibliotecas, que têm por missão disponibilizar informação. Entre as barreiras que atingem os alunos universitários com deficiência visual, estão as faltas de: professores com preparo adequado, material bibliográfico em braille nas bibliotecas, equipamentos adequados e colaboração e preparo dos colegas (SILVA; TURATTO; MACHADO, 2002, p. 15). Schweitzer (2007, p. 275) defende a implantação de uma política de inclusão para promover a interação efetiva ao acesso à informação de todos, considerando suas especificidades, concedendo “as mesmas oportunidades de participação e inclusão social, de acordo com suas necessidades e condições, sem discriminações, contribuindo, assim, para a sua formação intelectual”.

3.1 A noção de acessibilidade: definição, conceitos e panorama histórico

Oriunda das palavras latinas *accessibilitas* e *accessibilitatis*, de significados “livre acesso” e “possibilidade de aproximação”, a acessibilidade tem como significado atual “qualidade ou caráter do que é acessível” e “facilidade na aproximação, no tratamento ou na aquisição” (HOUAISS, 2001)²³.

Torres, Mazzoni e Mello (2007, p. 380-381) e Costa, Maior e Lima (2005, p. 1) afirmam que a legislação nacional²⁴ passou a tratar da acessibilidade de forma mais ampla a partir das leis nº 10.048 e nº 10.098 (regulamentadas pelo “Decreto 5.296”²⁵). Pelo “Decreto nº 5.296”²⁶, podemos entender acessibilidade como

²³HOUAISS, Antônio. **Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001. 1 CD-ROM.

²⁴Na legislação brasileira temos diversas leis, decretos e portarias relacionados à acessibilidade, que foram reunidos em Brasil (2006).

²⁵Para mais detalhes sobre a criação do Decreto citado, consultar Costa, Maior e Lima (2005, p. 2-3).

²⁶Capítulo 3, artigo 8º.

condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2006, p. 29).

O que impede a acessibilidade são barreiras de ordem arquitetônica (nos espaços urbanos, nas edificações e nos transportes) e de comunicação ou informação, sendo essas últimas explicadas no Decreto como:

qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos dispositivos, meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa, bem como aqueles que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação. (BRASIL, 2006, p. 29).

O conceito de “acessibilidade” surge no início das décadas de 1950 e 1960 nos Estados Unidos e na Europa, em projetos arquitetônicos livres de barreiras, que visavam planejar ambientes que não dificultassem a mobilidade das pessoas em cadeiras de rodas, reabilitadas ao mercado de trabalho nessa época (GONZÁLEZ, 2002, p. 18; SASSAKI, s.d.). A partir deste conceito chegou-se ao “desenho universal” (*designing for all* ou desenho para todos), que é uma forma de conceber produtos, meios de comunicação e ambientes para serem utilizados por todas as pessoas, de todas as idades e capacidades, o maior tempo possível, sem a necessidade de adaptação e, sobretudo, revelando a responsabilidade social de quem os cria ao incorporar características que, além de permitir a sua utilização por pessoas com deficiência, tornam o seu uso muito mais fácil e confortável para todos os usuários (MAZZONI et al, 2001, p. 30). Seu significado veio se ampliando ao longo do tempo, contemplando desde ambientes físicos²⁷ até digitais ou virtuais²⁸, contando com recursos diversos nas duas esferas, com equipamentos e *softwares* projetados com essa finalidade.

Fatores econômicos, sociais e culturais limitam os indivíduos, de forma geral, quanto ao acesso à informação, e especialmente as pessoas com deficiência (SOUTO, 2003, p. 3), mas essa amplitude pode revelar-se numa sociedade acessível pela presença da seis quesitos de acessibilidade, definidos por Sasaki (2003, p. 25): atitudinal e os que são permeados pela

²⁷Para saber mais sobre as condições de acessibilidade para o espaço físico de uma biblioteca, levando em conta arquitetura, sinalização e outros aspectos, consulte PÉREZ FERRÉS (2006, p. 21-32).

²⁸A acessibilidade virtual possui recomendações próprias para construção de *sites* e documentos eletrônicos acessíveis, levando em conta também a usabilidade (MAZZONI et al, 2001, p. 32), sendo que essa última “é avaliada e mensurada em função da eficiência, eficácia e satisfação com a qual os usuários podem alcançar seus objetivos, em ambientes específicos, quando utilizam determinado produto ou serviço” (MAZZONI; TORRES, 2005, p. 10).

tecnologia (arquitetônico, metodológico, instrumental, programático e comunicacional, sendo que esse último se dá quando não há barreiras na comunicação interpessoal, escrita e virtual).

Mazzoni et al (2001, p. 30-31; 34) afirmam que a acessibilidade está associada ao desenvolvimento tecnológico, e principalmente ao da sociedade, quando essa se preocupa em garantir a participação das pessoas com deficiência na produção e disseminação do conhecimento, em todos os setores da sociedade. Somente em uma sociedade colaborativa será possível maior independência, onde todos conhecerão melhor as habilidades e possibilidades de contribuição que cada um pode oferecer, e, para alcançar objetivos comuns, não se sentirá sua deficiência ou mesmo dará motivos para que outros a sintam (ESTABEL; MORO, 2006, p. 212-213).

A evolução do conceito, em perspectiva histórica, pode assim ser resumida:

Partindo-se, portanto, do movimento do projeto livre de barreiras, no espaço físico (edificações, espaços urbanos, transportes, saúde, lazer), chegou-se ao que é hoje conhecido como desenho para todos [...], movimento que engloba tanto aspectos do mundo físico como do mundo digital (redes de computadores e sistemas de comunicações). [...] É dentro desta perspectiva, do desenho para todos, que se considera hoje a acessibilidade, lembrando-se sempre que a proposta não é criar espaços e ambientes separados, para uso exclusivo das pessoas portadoras de deficiências, o que seria uma outra forma de discriminação, e sim, desde o projeto, pensar em sistemas e ambientes que possam ser utilizados por todos. (MAZZONI et al, 2001, p. 30).

Propostas que proporcionem qualidade de vida para todos que nela vivem são fundamentais, pois, assim, “pessoas com habilidades, necessidades e interesses variados, sejam ou não em decorrência de envelhecimento ou de deficiências, poderão ser beneficiadas por propostas de ambientes, produtos e serviços acessíveis, que não as discriminem” (MELO, 2006, p. 17). O ideal é pensar na acessibilidade já no processo de planejamento de qualquer projeto, seja de um produto ou de um espaço, evitando adaptações posteriores, muito mais difíceis, custosas e nem sempre completamente adequadas.

No contexto específico da Ciência da Informação, Miranda (2005) define a “acessibilidade documentária”, ou seja, a capacidade que as bibliotecas têm de organizar serviços de busca de documentos e informações em outros repertórios para o atendimento de seus usuários, diferente da “disponibilidade documentária”, que é a capacidade de selecionar, adquirir,

organizar e prestar serviços a partir de uma coleção física de documentos. Para haver acessibilidade é imprescindível disponibilidade, segundo o autor.

Dallabrida e Lunardi (2008, p. 197) afirmam que, independentemente das formas [e suportes] de apropriação do conteúdo escrito, é importante ressaltar que o que foi apropriado só o foi por estar publicado e disponível, e que, independente da forma como as pessoas irão usufruir, deve estar acessível para todos. Nesse contexto, revela-se fundamental o papel da biblioteca e do bibliotecário, para que a informação seja organizada e encontrada por quem a procura, acessível de diversas formas, a todas as pessoas. O profissional bibliotecário, mediador entre a leitura, a informação e o leitor, preserva e organiza o material bibliográfico, facilitando o acesso ao conhecimento, além de orientar na busca da informação (ESTABEL; MORO, 2006, p. 210; CASTRO, 2000 apud DE PAULA, 2009, p. 69-70). Documentar a informação “estocada”, tornando-a disponível para uso (somente quando registrada é passível de ampla socialização), sem limites de tempo e espaço, é missão social dos profissionais que atuam em instituições de cultura (SMIT, 2000).

A “Declaração dos direitos da pessoa usuária dos serviços prestados por profissionais da informação”, de 29 de março de 1999, publicada pela Federação Internacional das Associações de Bibliotecários e Bibliotecas (IFLA), estabelece que esse profissional deve garantir e facilitar o acesso a todas as manifestações do conhecimento e da atividade intelectual, além de adquirir, preservar e tornar acessível “a mais ampla variedade de materiais que reflitam a pluralidade e a diversidade da sociedade” (PUPO, 2006a, p. 10). Outra declaração, a “Declaração da IFLA sobre as bibliotecas e a liberdade intelectual”, de 25 de março de 1999, possui dois pontos que destacam a responsabilidade das bibliotecas nesse contexto:

As bibliotecas têm a responsabilidade de garantir e de facilitar o acesso às manifestações do conhecimento e da atividade intelectual. Com este fim, as bibliotecas devem adquirir, preservar e tornar acessível a mais ampla variedade de materiais, que reflitam a pluralidade e a diversidade da sociedade. [...] tornarão acessíveis, a todos os usuários, todos os materiais e os serviços. Não haverá discriminação por razão de raça, religião, sexo, idade ou por qualquer outro motivo. (IFLA, 1999 apud DE PAULA, 2009, p. 73).

Torres, Mazzoni e Mello (2007, p. 379) sugerem formas de contribuição individual à acessibilidade informacional, como:

evitar a divulgação de informações manuscritas (tendo em vista que os *softwares* mais usualmente utilizados para o reconhecimento ótico dos caracteres apresentam muitas falhas com esses documentos); preparar e distribuir apontamentos contendo o resumo de suas idéias sempre que for falar em público (pois esses textos permitem a captação e facilitam a compreensão das idéias expostas); usar a palavra sempre de forma individual e em um ambiente em que haja iluminação para o orador (porque tanto os sistemas de gravação de som e imagem bem como as pessoas com deficiência auditiva necessitam focar o orador); e manter uma postura corporal que favoreça aos interlocutores, ao público e aos sistemas de gravação (já que os deslocamentos em cena e os movimentos da cabeça prejudicam a captação da informação). (TORRES; MAZZONI; MELLO, 2007, p. 379).

3.2 Acessibilidade em bibliotecas

O termo “biblioteca”, que antes designava uma instituição que visava preservar acervos, ou mesmo dar nome a um prédio com essa finalidade, passou a representar “todo e qualquer conjunto de acervos tangíveis ou virtuais”. Seu correspondente em inglês, *library*, significa “um coletivo de arquivos ou coleções de obras ou de dados disponíveis, dependendo da tecnologia ao alcance do público” (MIRANDA; LEITE; SUAIDEN, 2008, p. 18). Trata-se de um espaço democrático, um ambiente de aprendizagem e inclusão pela informação (ESTABEL; MORO, 2006, p. 201), e, enquanto tal, é responsável por garantir e facilitar o acesso às diversas expressões do conhecimento e adquirir, reunir, organizar e dar acesso aos diversos documentos que reflitam a universalidade da sociedade (PUPO, 2006b, p. 40). Desde 1996 fala-se em “biblioteca híbrida” (*hybrid library*), que agrega diferentes tecnologias e fontes informacionais tanto em ambientes físicos (tradicionais) como digitais, unindo numa mesma biblioteca o melhor dos dois ambientes (GARCEZ; RADOS, 2002, p. 47 apud MIRANDA; LEITE; SUAIDEN, 2008, p. 20-21), possibilitando o processo de ensino e aprendizagem a distância e ampliando o acesso a fontes de informação de forma desterritorializada. Relacionando acessibilidade e biblioteca, devemos apresentar o que a literatura oferece como sugestões para tornar uma biblioteca acessível, considerando que esse espaço deve ser inclusivo, por pretender atender a todos.

Para Pérez Ferrés (2006, p. 21) uma biblioteca acessível permite a presença e proveito de todos, estando preparada para acolher a maior variedade de público possível para as suas atividades, “com instalações adequadas às diferentes necessidades e em conformidade com as

diferenças físicas, antropométricas e sensoriais da população”. E é preciso também mudar as barreiras atitudinais, tornando as pessoas acessíveis e inclusivas, fazendo uma revisão de suas atitudes, já que todos têm direitos e deveres em uma sociedade democrática, e ninguém deve ser excluído por qualquer razão que seja (BAPTISTA, 2006, p. 14).

Quando pensamos em bibliotecas que atendam a todos, devemos considerar as necessidades e formas de acesso à informação de pessoas com e sem deficiência. González (2002, p. 63-64) afirma que no momento de criação de novos serviços e de sua avaliação deve-se respeitar o direito de ir e vir, o direito à informação e de acesso a bens e serviços: a inclusão só existe quando a sociedade se torna adequada para receber a todos e respeita os serviços especiais. A biblioteca mais adequada, independente de ser pública ou acadêmica, deveria fazer com que seus serviços fossem acessíveis ou tivessem uma forma alternativa que garantisse o acesso igualitário à informação, pois muitas bibliotecas e serviços de informação não fazem distinção entre os usuários ou oferecem serviços que não mudam as condições de acesso à informação (aumentando os prazos de empréstimo, por exemplo).

Pupo (2006c, p. 51) afirma que, seja em pré ou em pós-ocupação, o planejamento e a instalação de bibliotecas requerem ideal de acesso democrático e abrangente a todos (desenho para todos), não importando saber quantas e quem são as pessoas com deficiência, mas sim se o local em questão tem a possibilidade de atender e acolher as diferenças que podem comparecer a qualquer momento, prevendo:

- Conhecimento da instituição na qual a biblioteca se insere;
- Ajustes à missão, objetivos e metas institucionais;
- Conhecimento do planejamento estratégico institucional;
- Envolvimento das pessoas diretamente interessadas;
- Noções e fundamentos de Desenho Universal;
- Embasamento legal para as justificativas;
- Consultas aos portais da temática referencial;
- Respaldo de consultas a órgãos governamentais pertinentes;
- Resultados de consultas a grupos e associações específicas;
- Pesquisas e ou visitas técnicas a outras instituições congêneres;
- Consultorias técnicas e entrevistas a outros profissionais que tenham desenvolvido boas práticas. (PUPO, 2006c, p. 51).

Mazzoni et al (2001, p. 34) e Jacinto (2008, p. 100-102) levantam vários aspectos que devem ser considerados para as bibliotecas se tornarem acessíveis. Em relação ao espaço físico externo, a biblioteca deve estar em local de acesso fácil, próximo de paradas de ônibus, contando com rampas no entorno e semáforos para facilitar a travessia de ruas. No espaço

interno, deve possuir pisos não-eskorregadios e sinalizar mudanças nas transições de ambientes pelo seu piso (melhorando a visualização das mesmas pelas pessoas com baixa visão). Deve possuir balcões de atendimento e/ou informações rebaixados para atender cadeirantes (pessoas em cadeiras de rodas)²⁹, rampas de acesso e corrimões para facilitar a locomoção, sistemas de sinalização que possam ser acessíveis à diversidade de pessoas com deficiências, telefones públicos mais baixos e adaptados, banheiros acessíveis e sala com recursos de acessibilidade para estudo e pesquisa dos usuários com deficiência (tanto em termos de mobiliário como de *software* e *hardware*).

Os autores destacam também que pessoas com deficiência devem fazer parte da equipe das bibliotecas, para melhor compreender e mais fácil solucionar dificuldades que esses espaços podem apresentar. É fundamental também, segundo Pupo (2006c, p. 54-55), que a equipe esteja preparada e consciente que o comprometimento com acessibilidade e inclusão é responsabilidade de todos os profissionais que na biblioteca podem atuar, em todos os níveis de hierarquia, sensibilizando-os e integrando-os para que estejam de fato comprometidos com esses ideais:

- Conscientização de todos os colegas de trabalho sobre as questões humanas e legais;
- Desmistificação da questão da deficiência na prática diária: nem mito, nem preconceito, ou seja, não são heróis tampouco coitadinhos;
- Treinamento quanto ao uso das Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC's [*sic*];
[...]
- Envolvimento de pessoas com deficiência na supervisão dos treinamentos, sempre que possível;
- Identificação de funcionários potenciais de outros setores que tenham perfil adequado às atividades propostas;
- Criatividade na busca de possíveis soluções aos problemas que surgem. (PUPO, 2006c, p. 54-55).

²⁹Pupo (2006c, p. 53) considera o balcão de atendimento o cartão de visitas das bibliotecas e sugere algumas ações para o atendimento nesse espaço: sinalizar a prioridade no atendimento às pessoas com deficiência, como direito e não privilégio; os funcionários devem “acolher as diferenças de forma natural e sensível”, permitindo, por exemplo, o ingresso e a permanência de cães-guia no local (garantidos por lei); oferecer, com naturalidade, ajuda e acompanhamento às pessoas com deficiência visual, se assim o desejarem (na primeira visita essa atitude auxilia que se apropriem com mais facilidade do espaço), e aceitar a recusa também com naturalidade; disponibilizar as normas da biblioteca em braille e à tinta com caracteres ampliados; presença de um intérprete de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para surdos, se possível e quando necessário; e presença de balcão rebaixado para atendimento de cadeirantes (recomendação da norma técnica “NBR 9050”, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT).

Ressalta-se a importância da comissão de usuários da biblioteca ou do conselho adequado pressionarem e cobrarem a participação institucional no que se refere ao orçamento para investimentos em tecnologias adequadas nas bibliotecas, como acontece nos países desenvolvidos, onde são tratadas com seriedade e respeito tanto as pessoas como as leis (PUPO, 2006c, p. 54).

Disponibilizar contato por *e-mail* e telefone (JACINTO, 2008), além de serviços *on-line* para evitar deslocamentos desnecessários (CORTES; LOPES 2008) e comutação bibliográfica com versões ou obras digitais de outras bibliotecas³⁰, inclusive incentivando que trabalhos de pós-graduação recebidos pela biblioteca estejam em versão digital (MAZZONI et al, 2001), são atitudes que revelam a atitude inclusiva de uma biblioteca.

Além da disponibilidade de serviços *on-line*, o ambiente eletrônico traz outras vantagens como armazenar maior diversidade e quantidade de informação, em diversos formatos, e oferecer acesso a qualquer momento e lugar. Pode, inclusive, ser um espaço para divulgação dos produtos e serviços da biblioteca (promovendo a melhoria da imagem da instituição e possibilitando reduzir custos de comunicação), mudando o foco da biblioteca: da preservação dos acervos físicos para a disseminação da informação em formatos impresso e digital (CORTES; LOPES, 2008, p. 117-118). Torres, Mazzoni e Alves (2002, p. 87-88) citam que os usuários podem chegar ao espaço digital da biblioteca de duas maneiras: remotamente (acessando os serviços e acervo *on-line*) ou presencialmente (comparecendo à biblioteca para acessar o acervo). Da primeira forma, se forem encontrados problemas de acessibilidade, esses são de responsabilidade da biblioteca, no que diz respeito à interação com os elementos da interface (menus de seleção, botões lógicos, sistemas de validação etc.) e ao acesso aos conteúdos que são disponibilizados nos terminais (sejam informação financeira, lúdica, geral, vídeos, imagens, áudio etc.)³¹. A partir da própria biblioteca, podem surgir também obstáculos relacionados à utilização dos equipamentos disponibilizados, que devem utilizar as ajudas técnicas adequadas, de acordo com a necessidade do usuário³².

³⁰Para Miranda, Leite e Suaiden (2008, p. 20-21), os consórcios de bibliotecas, além de promover a aquisição cooperativa de acervos, a catalogação compartilhada e o empréstimo entre bibliotecas, garantem, em escala crescente, o envio de cópias escaneadas de seus estoques informacionais aos participantes.

³¹De acordo com Torres, Mazzoni e Alves (2002, p. 87-88), esses são os segundo e terceiro degraus na interação com o espaço digital definidos por Romañach (2002).

³²O primeiro degrau de Romañach (2002), segundo Torres, Mazzoni e Alves (2002, p. 87-88).

Passos e Ferreira (s.d., p. 16) ressaltam a importância de um catálogo acessível para consulta ao acervo, pois se esse não for acessível constituirá uma barreira antes mesmo de se chegar à informação, presencial ou virtualmente. Estudando a acessibilidade de catálogos eletrônicos presentes nos *sites* de algumas bibliotecas universitárias paulistas, as autoras perceberam que a primeira barreira já se revela na busca em catálogos eletrônicos:

os *sites* pesquisados apresentam barreiras de acessibilidade que impossibilitam que o deficiente visual, em especial, estudante do ensino superior, acesse as informações indispensáveis para as suas necessidades, identifique material bibliográfico relevante a sua pesquisa e, mesmo, obtenha os textos completos de artigos de revistas ou teses disponíveis nas bibliotecas universitárias de São Paulo.

Evidenciamos que, da forma como estão construídos os sistemas estudados, o deficiente visual não tem condições de fazer nenhum tipo de busca, seja ela busca simples, onde apenas se inclua os termos de busca, ou a busca avançada, quando se utiliza os filtros e tabelas de relacionamento. (PASSOS; FERREIRA, s.d., p. 16).

Ler a localização do material na biblioteca pelo catálogo eletrônico, segundo as autoras, apresenta-se geralmente uma dificuldade, além dos níveis de exigência cognitiva e habilidades técnicas para uso das ferramentas tecnológicas serem altos, e a *internet*, segundo Souto (2003, p. 6), também segrega os públicos em os que conseguem e os que não conseguem ter acesso à informação, pois nem sempre os *sites* consideram os recursos de acessibilidade digital. Grifar o texto para remeter a links de outros *sites*, por exemplo, acaba tornando-se uma barreira, dificultando a navegação e a leitura da página pelos leitores de tela (MÍDIA E DEFICIÊNCIA, 2003, p. 112). A tecnologia muitas vezes pode aumentar a desigualdade de acesso, como nesses casos, e por isso devemos estar sempre atentos, “para que possamos proporcionar a todo ser humano a oportunidade do aprendizado ao longo da vida da forma mais autônoma possível” (PASSOS; FERREIRA, s. d., p. 17).

Rodrigues (1996 apud TORRES; MAZZONI; ALVES, 2002, p. 91) analisa que os documentos digitais têm sido pouco mais do que réplicas (versões ampliadas e melhoradas) dos livros e outros documentos tradicionais em papel, mas a edição eletrônica e os suportes digitais devem provocar uma mudança de paradigma, com o aparecimento de novos tipos de documentos, que em rede podem possibilitar o surgimento de outros novos produtos e serviços. Torres, Mazzoni e Alves (2002, p. 91) citam que o espaço digital passou a ser a via mais transitável por todas as pessoas, um espaço mais socialmente inclusivo (caso ofereça acessibilidade a todos, respeitando suas capacidades e limitações), e o acesso aos livros em

formato material deve ser substituído pela possibilidade do acesso à informação de qualquer lugar, ou seja, “teremos um acesso a *bits* (de informação), e não a átomos (de materiais)” (FAQUETI; OHIRA, 1999 apud MAZZONI et al, 2001, p. 29).

Entre as sugestões das 83 pessoas com deficiência visual que participaram da pesquisa proposta por Sá (2003, p. 7-8), em relação ao acesso à leitura, escrita e à informação em geral, a acessibilidade informacional poderia ser viabilizada por meio de investimentos e ações tais como:

- a) ampliação e otimização das bibliotecas e serviços especializados existentes;
- b) incentivos e subsídios financeiros que possibilitem o acesso às tecnologias disponíveis no mercado;
- c) provisão de equipamentos e de programas com interfaces específicos [*sic*] como ampliadores de tela, sintetizadores de voz, impressoras e conversores braille, dentre outras possibilidades, em escolas, bibliotecas e demais espaços educativos;
- d) atualização do acervo bibliográfico das universidades, produção de livros em disquetes ou CD-ROM, maior circulação de livros digitalizados em formato alternativo;
- e) estabelecimento de normas e regras de acessibilidade para a criação e manutenção de *sites* que possibilitem a navegação, utilização de serviços, acesso às informações e às interfaces gráficas na *internet*;
- f) produção simultânea, por parte das editoras, de formatos alternativos às edições em papel;
- g) criação de bibliotecas virtuais com acervo diversificado e acessível aos leitores com necessidades especiais;
- h) conversão de jornais, revistas e livros em vários idiomas para edição sonora ou eletrônica. (SÁ, 2003, p. 7-8).

Pupo, Carvalho e Bonilha (2005, p. 7) acrescentam que, com os dados apresentados por Sá (2003), pode-se chegar às seguintes conclusões: a biblioteca está relacionada diretamente a 62,5 % dos itens citados, e indiretamente aos 37,5% restantes, o que revela que as pessoas com deficiência visual são usuárias potenciais das TIC, e que elas deveriam ser consultadas antes da implantação de projetos, para que suas necessidades e prioridades sejam consideradas, o que evitaria erros e gastos inúteis.

3.2.1 Acessibilidade e apropriação da informação

A informação pode ser entendida como prática social de um sujeito que desenvolve ações de atribuição e comunicação de sentido, podendo provocar transformações nas estruturas individuais e sociais e gerar novos estados de conhecimento, sendo constantemente reconstruída pelo sujeito (ARAÚJO, 2002, p. 19). Vista também como matéria-prima e produto do processo de produção do conhecimento, tem esse duplo caráter por ser utilizada em todos os momentos do processo de produção e disseminação do conhecimento (ARAÚJO, 1992 apud SCHWEITZER, 2007, p. 280).

Baranauskas (2006, p. 8) cita que a informação e o acesso a ela compõem a “substância primeira das bibliotecas”, pois a primeira é um bem socialmente compartilhável e, quando comunicada, continuamos a tê-la e a poder fazer uso dela, assim como o outro que a compartilha conosco. A autora apresenta que o escritor italiano Umberto Eco considera que o texto tem “efeito poético”, por continuar a gerar diferentes leituras, sem esgotar-se, permanecendo nele a riqueza do conhecimento, que é conservada pelas bibliotecas para as gerações posteriores. Para ele, o bem de um livro repousa em ele poder ser lido, constituindo-se de signos que falam de outros signos, que falam de coisas; quando não há como lê-lo, torna-se “mudo”, não produzindo conceitos. O texto, antes somente impresso, hoje ganha outras formas, códigos e canais de comunicação, com uso facilitado pelas tecnologias assistivas, pois, numa sociedade que se pretende inclusiva, “o acesso ao conhecimento se faz ao construir canais que possibilitem ao livro ‘falar’ na diversidade de línguas, ouvidos e olhos que temos” (BARANAUSKAS, 2006, p. 8).

Passos e Ferreira (s.d., p. 2-3) e Passos (2010, p. 39-40) citam Le Coadic (2004) e McGarry (1999) para definir “informação”. Le Coadic a define como “um conhecimento inscrito (registrado) em forma escrita (impressa ou digital), oral ou audiovisual, em um suporte”, e seu objetivo é o conhecimento (apreensão de sentidos ou seres em sua significação): quando há um problema a ser resolvido, pela insuficiência ou inadequação de conhecimento, existe a necessidade de informação. McGarry diz que a informação é captada através dos 5 sentidos (visão, audição, tato, gustação e olfato), permutando-se com o mundo exterior, o que possibilita fazer escolhas e modificar o próprio conhecimento: ter contato com o mundo ou informar-se significa usar plenamente os cinco sentidos. Relacionando os dois autores, as

autoras afirmam que se um indivíduo tem problemas em um dos seus sentidos, então deve haver algum problema de recepção à informação, e isso pode revelar um problema de imagem do mundo ou um problema de acesso ao conhecimento.

Almeida Júnior (2004, p. 77) defende que a informação só pode ser considerada como tal no momento da leitura, sendo esse contato condição para que se realize a apropriação. O processo de mediação, para o autor, vai desde a comunicação da informação pelos documentos que a veiculam e o contato do usuário com ela durante a leitura (tornando-a real) até a possibilidade de apropriação por parte dele, quando acontece a transformação de seu conhecimento (ação de produção, e não de consumo)³³.

González (2002, p. 63) afirma que se o acesso físico e virtual forem resolvidos, pode-se chegar a uma terceira etapa de acesso: a intelectual. Pensando na informação que não está acessível, Telford e Saury (apud SOUZA, s.d., p. 2) apontam que as pessoas com deficiência visual são privadas de importantes pistas sociais e, entre as dificuldades encontradas por elas durante o processo escolar, está o “impedimento direto à palavra impressa”, ou seja, a dificuldade de acesso ao material didático no mesmo momento dos colegas videntes durante a escolarização.

Passos (2010) cita, ao longo de sua tese, pelos depoimentos dos que participaram de sua pesquisa e por considerações suas, que a dificuldade de acesso às fontes de informação fica exposta também no processo de busca da informação, que a autora define como a primeira barreira de acessibilidade informacional. Por causa dessas barreiras, as pessoas com deficiência visual acabam precisando contar com o auxílio de colegas videntes ou dos profissionais bibliotecários para pesquisar e selecionar quais fontes de informação têm os conteúdos que lhes servirão (por leitura de sumários, por exemplo). Muitas vezes os próprios usuários fazem a digitalização em casa, ou mesmo o bibliotecário (quando a biblioteca dispõe de recursos como escâneres, por exemplo).

Relacionando as ideias citadas, podemos concluir que a informação só será real se essas pessoas puderem acessar a informação de forma simultânea a uma pessoa vidente. Quando não há sequer acesso à informação, não pode haver apropriação e geração de conhecimento,

³³O autor cita a informação como “proto-informação”, pois sugere que é uma informação em potencial, já que só se torna informação quando o leitor em contato com ela está (ALMEIDA JÚNIOR, 2007, p. 34).

definido por Perrotti (2008, p. 2) como “produção, construção, elaboração, ação cognitiva complexa dos sujeitos sobre as informações que nos chegam sob diferentes formas e conteúdos” e condição da existência humana, fora do qual não há possibilidade de cultura, de sobrevivência individual ou coletiva. Para Pieruccini (2008, p. 47-48), a informação é um índice que poderá tornar-se conhecimento se nos apropriarmos dela, estabelecendo relações entre as informações, se aproximando, analisando, julgando e colocando-as em perspectiva. A apropriação é definida como o processo pelo qual o sujeito toma posse do que é comum, transformando “o que não pertence a ninguém ou a toda gente”, em bem individual, próprio e único, “constituído no jogo de relações entre o particular e o universal, o subjetivo e o objetivo”.

O acesso à informação é condição essencial para o conhecimento, apesar de não ser “garantia de apropriação e, muito menos, de transformação das informações em novos conhecimentos” (PERROTTI, 2008, p. 8), e quando não há barreiras que o impeçam, dá-se de forma autônoma e independente. Morigi e Pavan (2004, p. 121) citam que no momento atual ainda convivem os registros das informações em papel e as práticas tradicionais dos bibliotecários com as práticas “modernas”, alicerçadas no uso das TIC, mas esse contexto mesclado já favorece a autonomia, pois possibilita rápido acesso e uso simultâneo de um mesmo documento. Complementa que:

cada vez mais, serão utilizadas as tecnologias de informação e comunicação em todas as áreas da vida social. Nas bibliotecas e centros de informação, não será diferente. Conforme aponta Lancaster (1994), o uso dos computadores nas bibliotecas permitiu que várias operações internas fossem automatizadas, tornando o acesso às fontes da informação em formato eletrônico, mais acessível aos usuários. Segundo o autor, isso leva a um novo conceito de biblioteca. O sistema eletrônico trouxe consigo vantagens como acessibilidade, seletividade e rapidez na disseminação da informação [...]. (MORIGI; PAVAN, 2004, p. 121).

Quando houver acesso e apropriação de forma autônoma, podemos considerar que esse público está incluso de fato. Para definir o que seria autonomia no contexto da nossa pesquisa, dialogaremos com a teoria de Sasaki (2003, p. 10-11).

O autor revela que o grau de autonomia resulta da relação entre o nível de prontidão físicossocial da pessoa com deficiência e a realidade de um determinado ambiente físicossocial (no nosso caso as bibliotecas), mostrando a ausência ou não da necessidade de ajuda de outra

pessoa para realizar uma ação ou transpor algum obstáculo do ambiente físico (representados pelos leitores e tecnologias assistivas em nossa pesquisa), sendo que tanto a prontidão como o ambiente podem ser modificados e desenvolvidos.

Relacionando autonomia e independência, o autor cita que as duas podem coexistir ou não numa mesma pessoa, variando conforme o domínio do ambiente e dos obstáculos que ele oferece (autonomia) e da tomada de decisão por si mesmo em relação às situações que aparecerem (independência):

Autonomia é a condição de domínio no ambiente físico e social, preservando ao máximo a privacidade e a dignidade da pessoa que a exerce. [...] Ter maior ou menor autonomia significa que a pessoa com deficiência têm maior ou menor controle nos vários ambientes físicos e sociais que ela queira e/ou necessite frequentar para atingir seus objetivos.

[...]

Independência é a faculdade de decidir sem depender de outra pessoa [...]. Uma pessoa com deficiência pode ser mais independente ou menos independente, em decorrência não só da quantidade e qualidade de informações que lhe estiverem disponíveis para tomar a melhor decisão, mas também da sua autodeterminação e/ou prontidão para tomar decisões numa determinada situação. Esta situação pode ser pessoal (quando envolve a pessoa na privacidade), social (quando ocorre junto a outras pessoas) e econômica (quando se refere às finanças dessa pessoa), daí advindo por exemplo a expressão ‘independência pessoal, social ou econômica’. (SASSAKI, 1997, p. 36; 37).

O acesso e apropriação da informação por uma pessoa com deficiência visual numa biblioteca podem ser autônomos e independentes, segundo os conceitos já apresentados, quando esse usuário encontra a informação disponibilizada de forma acessível (o que segundo Sasaki seria “com autonomia”, pois não precisa transpor um obstáculo como a informação disponível de forma inacessível), sem também contar com um leitor (“com independência”). Se o encontro for com uma informação inacessível, sem nenhuma alternativa de transposição da informação para outro suporte ou uso de tecnologia assistiva que ajudasse a realizar a leitura (“sem autonomia”), precisará pedir ajuda de um leitor presente na biblioteca ou de seu convívio social, como um membro da família (“sem independência”), para ter acesso ao conteúdo informacional.

3.2.2 Acessibilidade: bibliotecas e públicos

A biblioteca pública tem como um de seus deveres contribuir para a garantia dos direitos à cultura e à socialização das pessoas com deficiência (JACINTO, 2008, p. 90), sendo uma instituição social (“tanto pela amplitude de seu campo de ação como pela diversificação de seus usuários”) e um centro de educação permanente, e se mostrará mais democrática quanto mais estender seus serviços a todos seus potenciais usuários (SUAIDEN, 1995, p. 19-20).

A UNESCO (*The United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*), em seu “Manifesto da UNESCO sobre bibliotecas públicas”, de 1972, cita que esse tipo de biblioteca é o principal meio de dar a todos livre acesso ao conhecimento, pois sua missão é renovar o espírito do homem, “suprindo-o de livros para sua distração e recreio”, ofertando a última informação técnica, científica e sociológica.

A biblioteca pública há de estar fundada em virtude de textos legais, precisos, concebidos de maneira que todos os habitantes de um país possam desfrutar de seus serviços. É indispensável que as bibliotecas procurem uma cooperação entre si para que a totalidade dos recursos nacionais possa ser utilizada plenamente e posta a serviço de qualquer leitor. [...] Para lograr completamente seus objetivos, a biblioteca pública tem de ser de fácil acesso e suas portas devem estar abertas para que a utilizem livremente e em igualdade de condições todos os membros da comunidade, sem distinção de raças, cor, nacionalidade, idade, sexo, religião, língua, situação social e nível de instrução. (UNESCO, 1972 apud SUAIDEN, 1995, p. 21-22).

Dez anos depois do Manifesto, a “Declaração de Caracas sobre a biblioteca pública” aponta que, entre os vários deveres das bibliotecas públicas, está o de assegurar a toda a população o livre acesso à informação, em suas diferentes formas de apresentação (SUAIDEN, 1995, p. 22), devendo ser ampla, atualizada e representativa do pensamento humano, para que tanto o indivíduo como a comunidade possam se situar em seu meio histórico, socioeconômico, político e cultural.

Em 1994, um novo manifesto da UNESCO, intitulado “Manifesto da UNESCO 1994 para bibliotecas públicas” (UNESCO, 1994 apud MACEDO; SEMEGHINI-SIQUEIRA, 2000, p. 51-53), proclama a biblioteca pública como agente essencial para promoção da paz e do bem-estar espiritual da humanidade, além de força viva para educação, cultura e informação, baseando seus serviços na igualdade de acesso para todos, independente de qualquer característica, considerando suas necessidades especiais:

Serviços e materiais específicos devem ser fornecidos para usuários inaptos, por alguma razão, a usar os serviços e materiais regulares, por exemplo, minorias lingüísticas, pessoas deficientes ou pessoas em hospitais ou prisões. [...]

Os serviços devem ser fisicamente acessíveis a todos os membros da comunidade. Isso requer que o prédio da biblioteca esteja bem localizado, com instalações corretas para leitura e estudo, assim como tecnologias adequadas e horário de funcionamento conveniente aos usuários. Isso explica também a extensão dos serviços aos usuários impossibilitados de frequentar a biblioteca. [...]

Coleções e serviços devem incluir todos os tipos de suporte apropriados e tecnologia moderna, bem como materiais convencionais. (UNESCO, 1994 apud MACEDO; SEMEGHINI-SIQUEIRA, 2000, p. 51-53).

Diagnosticar as necessidades de informação da comunidade e aumentar a interação dela com a biblioteca pode ser de grande importância para o desenvolvimento da comunidade e para a melhora da imagem da biblioteca, em todos os aspectos, inclusive na sua relação com as autoridades, o que pode resultar em um aumento dos recursos necessários ao seu desenvolvimento. A biblioteca, assim, pode tornar-se um organismo vivo, da e para a comunidade (pública de fato, de caráter democrático em todos os níveis), indispensável nos planos de desenvolvimento social, cultural e educacional de um país. Sintonizadas as duas partes, o acervo passa a responder às necessidades da comunidade, e realizada essa identificação, pode-se planejar, facilitar a fixação de objetivos e estabelecer prioridades (SUAIDEN, 1995).

A Fundação Biblioteca Nacional (FBN) (2000, p. 93) também defende que esse espaço é um lugar de encontro da comunidade com seus valores, tradições, história etc., que oferta oportunidades regulares e constantes de ler e conviver com livros, o que amplia as possibilidades de acesso à informação e de geração e transmissão do conhecimento. A leitura é vista como meio para aquisição e transmissão de conhecimento, além de fonte de lazer e prazer, devendo fazer parte do cotidiano de todos, inclusive dos profissionais que atuam nas bibliotecas, para que possam melhor desempenhar seu papel de mediadores da leitura.

Tojal (2005, p. 3) afirma que o museu, enquanto instituição pública, “deve ter como objetivo não somente a preservação do patrimônio cultural nele abrigado, como também o importante papel de promover ações culturais enfocando o seu potencial educacional e de inclusão social”, sendo “agente de conhecimento e fruição do patrimônio histórico, auto-reconhecimento e afirmação da identidade cultural de todos os cidadãos, independentemente

de suas diversidades”. Relacionando as considerações anteriores com as bibliotecas, especialmente as públicas, também promotoras do acesso ao conhecimento que preservam (como os museus), devem considerar seus diversos públicos, mesmo que para atendê-los seja necessário fazer adaptações físicas e sensoriais (acessibilidade para arquitetura e acervo, no caso da biblioteca), pois assim revelam sua responsabilidade social e necessidade de ações interdisciplinares, envolvendo todas as áreas e agentes (comunidade e profissionais da instituição).

Jacinto (2008) afirma que, apesar da biblioteca pública dever atender a todos, independente de possuírem ou não deficiência, ela não está preparada para atender pessoas com deficiência:

A falta de serviços voltados para essas pessoas é resultado da inexistência de uma política formal que trate desse assunto. Sem o mínimo de planejamento (um cadastro seria o começo), não há condições de se prever o que pode ser feito no sentido de melhorar o acesso dos deficientes à informação. Os recursos tecnológicos que favorecessem a consulta do deficiente ao acervo são raros ou inexistentes. (JACINTO, 2008, p. 102).

González (2002, p. 63) afirma que “as pessoas com deficiência são, comumente, esquecidas” enquanto público, em instituições e espaços com finalidades diversas que não levam em conta a heterogeneidade de seus clientes, assim como em bibliotecas. Começar a pensar nessas pessoas como consumidores, estudantes e usuários é “o primeiro passo para que os serviços passem a ser acessíveis”. Janik (1997 apud TORRES; MAZZONI; ALVES, 2002, p. 89) opina que as bibliotecas, especialmente as públicas, devem “colocar à disposição de todas as pessoas, sem distinção de nível escolar ou intelectual, os documentos de que elas necessitam, levando em consideração as suas capacidades pessoais e o ritmo conveniente a elas”, e considera que entre os serviços principais a serem oferecidos está a “acolhida” ao público. Mazzoni et al (2001, p. 33) revelam que se são oferecidas condições de acessibilidade às pessoas com deficiência, elas estarão do nosso lado, nas salas de aula e nas bibliotecas.

Silveira (2006, p. 2) afirma que, em bibliotecas universitárias, ainda prevalecem as barreiras arquitetônicas, e os recursos informacionais estão em suportes que geralmente visam “ao atendimento daquela comunidade de usuários julgada fisicamente ‘normal’, resultando daí a inacessibilidade parcial e, na maioria das vezes, total à informação disponibilizada pela biblioteca”. Raramente as bibliotecas possuem profissionais e estrutura adequados para prestar atendimento às pessoas com deficiência, alegando que é pequeno o número de pessoas com

deficiência nas instituições de ensino superior, mas isso não é condizente com um elevado índice para público universitário potencial, o que constata que “há demanda reprimida e que, provavelmente, se houvesse condição favorável à sua inclusão no meio acadêmico, maior número de pessoas deficientes procuraria pelas universidades”.

O Ministério da Educação (MEC), através do “Aviso circular nº 277”, de 08 de maio de 1996, sugere algumas diretrizes para adequação estrutural e criação de condições que visem facilitar o acesso dos usuários com deficiência (eliminando barreiras arquitetônicas e suprindo o acervo com publicações em braille e audiolivros, por exemplo), mas não menciona possibilidade de destinação de recursos específicos para essa finalidade, segundo Silveira (2006, p. 2).

Por serem espaços públicos de informação, percebemos que há um descompasso entre a realidade e o objetivo de atender a todos: atinge-se somente um público parcial e a maioria das informações está disposta em suportes inacessíveis para pessoas com deficiência visual, o que revela a exclusão, pois

A disseminação da informação pressupõe um público-alvo. Quando registrada num veículo, num suporte, ela o é para um público-alvo definido. É para ele que a informação é dirigida. Isso faz com que a elaboração da forma de divulgação da informação tenha esse público como base, e isso influencia seu formato, linguagem, conteúdo, etc. (...) O público é, assim, o grande diferenciador da informação, levando-se em conta a análise que fazemos aqui, ou seja, a definição ou a delimitação da informação pública. (...) Informação pública, então, é aquela direcionada para um grande público. O público-alvo da informação pública deve ser entendido como o total da sociedade. (ALMEIDA JÚNIOR, 2004, p. 77).

Relacionando o tema desse trabalho às leis propostas pelo indiano Shiyali Ramamrita Ranganathan em sua obra “As cinco leis da Biblioteconomia”, de 1931³⁴ – os livros existem para serem usados por todos; para cada leitor o seu livro; para cada livro o seu leitor; poupe o tempo do leitor e a biblioteca é um organismo vivo em constante crescimento –, podemos perceber que nelas fica evidente que o leitor é prioridade, então seu acesso à informação também deve ser. Se os livros foram feitos para seus leitores e devem ser usados por todos, podemos concluir que todos são igualmente leitores e deveriam ter as mesmas oportunidades de acesso às informações neles contidas. Quanto a poupar o tempo do leitor, podemos

³⁴Edição mais recente em português: RANGANATHAN, Shiyali Ramamrita. **As cinco leis da Biblioteconomia**. Tradução Tarcisio Zandonade. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2009.

relacionar essa lei ao que seria ideal para qualquer leitor: encontrar a informação que precisa disponível no formato acessível de acordo com sua necessidade, no momento em que a procura. Quando o usuário encontra a informação que precisa disponível em material não acessível para ele, precisa contar com outras pessoas ou outros recursos que a transportem para outro suporte. Essa situação é como “querer ler e não ter o livro”, aprisionando-se em condições materiais desfavoráveis, limitadoras dos processos formativos, como sugerem Dallabrida e Lunardi (2008, p. 206).

Para Neri (2003, p. 96-97 apud JACINTO, 2008, p. 96-97), o grande desafio é enxergar as pessoas como um todo, até porque muitos dos impedimentos que as pessoas com deficiência têm de enfrentar são causados pela própria sociedade. Um exemplo citado é a ausência de rampas de acesso nos locais públicos, o que dificulta ou impossibilita o acesso de pessoas com dificuldade de locomoção ou com deficiência visual. Assim, a partir da remoção das barreiras arquitetônicas, de transporte e atitudinais, essas pessoas poderiam circular e acessar mais facilmente esses espaços.

3.2.2.1 Acessibilidade: bibliotecas, setores e serviços especializados

Entre os serviços que a biblioteca pública pode oferecer, segundo a Fundação Biblioteca Nacional (2000, p. 95-97), estão incluídos os “Serviços especiais”, dirigidos aos segmentos que criam demandas diferenciadas, de acordo com suas necessidades específicas, como crianças, jovens, homens, mulheres, idosos, analfabetos e pessoas com deficiência visual.

Para o público com deficiência visual, segundo a FBN, deve-se criar setores ou seções braille, visando seu desenvolvimento e formação, com acervo especial (composto por livros falados, periódicos e livros em braille, inclusive infantis, com ilustrações em relevo), e recursos como gravadores, fones de ouvido, lupas, jogos adaptados (xadrez, dama, baralho e de computador), máquinas de datilografia braille, sorobãs³⁵, regletes e punções³⁶, além de computadores

³⁵Sorobã é um aparelho de cálculo usado por pessoas com deficiência visual, parecido com o ábaco, que é apresentado por Esperança (s.d.) dessa forma: “[...] está dividido em dois retângulos: um largo com 4 rodinhas em cada eixo e, outro estreito com apenas 1 rodinha. Serve de separação entre os retângulos uma tabuinha chamada régua, que tem, de 3 em 3 eixos um ponto em relevo, tendo seis ao todo. É junto da régua que se

equipados com sintetizador de voz. Esse espaço, além de possibilitar o acesso à informação, deve estimular a inclusão e a participação, sempre que possível, desse público em todas as atividades culturais da biblioteca.

Negrão (2002) analisa alguns aspectos das bibliotecas e seções braille brasileiras entre os anos de 1995 e 2001, a partir da comparação entre questionários enviados para as mesmas nos anos de 1995 e 2000, revelando quais serviços e equipamentos ofereciam para atender o público a que se destinam na época citada. Revela que não houve grande mudança ao longo dos 6 anos estudados, e que muitos aspectos dos questionários mudaram, o que dificultou o estabelecimento de uma relação comparativa entre os dois momentos. Apesar das dificuldades apontadas pela autora, percebe-se que muitas sobrevivem por contarem com os esforços das suas equipes e das entidades que as apoiam.

Cerquinho (1993, p. 8-12) situa as bibliotecas braille historicamente a partir da literatura relacionada e, a partir de dados de Nagahama (1986), constata que na época havia 35 bibliotecas braille no Brasil, além das duas imprensas braille: a da Fundação Dorina Nowill para Cegos (FDNC)³⁷ e a do Instituto Benjamin Constant (IBC). Wood (1992) e Craddock

escreve e que se lê os algarismos. Para se calcular com o sorobã, coloca-se o mesmo sobre uma mesa de modo que o retângulo largo fique mais próximo de quem vai calcular”.

³⁶Há várias formas para se escrever em braille, segundo definições de Abreu et al (2008, p. 23-24) e Reily (2004, p. 151-152): manualmente, usando reglete e punção; digitando na máquina de datilografia braille (permite escrita mais rápida e leitura simultânea, pois os pontos são impressos de uma só vez e na posição de leitura); ou imprimindo com impressora braille um texto criado ou editado em software criador de texto em braille (como os apresentados no item 3.4 Tecnologias assistivas para acesso à informação). A reglete é uma peça de alumínio ou plástico, composta de duas partes (de 4 cm de altura e 21 cm de largura cada uma), unidas por uma dobradiça, sendo que a debaixo fica apoiada em uma prancheta de madeira, presa por um fixador de metal. O punção é composto por uma base de apoio de madeira ou de plástico e uma ponta de metal arredondada, que marca os pontos na cela braille. A reglete possui a parte superior vasada, onde estão de 80 a 112 orifícios do tamanho de uma cela braille, dispostos em quatro linhas horizontais (20 a 28 celas em cada linha), e a debaixo serve de apoio para a escrita, contendo todos os pontos das celas. Coloca-se o papel entre as duas partes da reglete e se escreve em braille ao marcar cada ponto no papel com o punção, em sentido inverso ao que se lê (o outro lado da folha é que será lido, pois terá as marcações em relevo). Para conhecer os instrumentos citados, aconselhamos a visita ao site da empresa Bengala Branca (<<http://www.bengalabranca.com.br>>) ou da Tecnologia Assistiva (<<http://www.tecnologia-assistiva.org.br>>), que vendem produtos para pessoas com deficiência visual, ilustrando-os com as imagens dos mesmos.

³⁷No site da FDNC consta que sua imprensa braille é a que mais produz na América Latina, e também é uma das referências mundiais, produzindo livros didático-pedagógicos, paradidáticos, literários em braille, em áudio e no formato digital acessível, que são distribuídos gratuitamente para pessoas com deficiência visual, além de escolas, bibliotecas e organizações de todo o Brasil (FUNDAÇÃO DORINA NOWILL PARA CEGOSa). Em março de 2010 seu catálogo já possuía 928 títulos de livros para impressão em braille, 1.410 de livros falados e 700 de livros digitais acessíveis. Fonte: FUNDAÇÃO DORINA NOWILL PARA CEGOS. **Dia Nacional do Livro: Dia Nacional do Livro e os livros na Fundação.** São Paulo: Fundação Dorina Nowill para Cegos, [atual.] mar. 2010. Texto enviado em anexo na mensagem: BIBLIOTECA CIRCULANTE DO LIVRO FALADO. **Informação** (mensagem pessoal). Mensagem recebida por <grazielajackyman@yahoo.com.br> em 10 nov. 2010. Texto completo disponível no Anexo C.

(1985), citados por Cerquinho (1993, p. 9), defendem que as bibliotecas públicas devem atender a esse público, não cabendo seu atendimento somente pelas instituições especializadas, apesar da pesquisa de Craddock revelar que os funcionários de bibliotecas públicas do Reino Unido, entre 1983 e 1984, pensavam o contrário.

Para Marques (1984, p. 40), há dois tipos de serviços para pessoas com deficiência visual: as bibliotecas braille propriamente ditas, que estão nas escolas especiais (como o IBC), que contam com leitores voluntários e acervos volumosos; e os serviços ou seções braille inseridos nas bibliotecas públicas, que objetivam integrar culturalmente esse público.

As bibliotecas públicas com seus serviços especiais desempenham um papel social de grande significado quando promovem os cursos Braille – elas estão divulgando e popularizando o Braille. Quando ampliam e preservam a coleção estão dando segurança e dignidade ao usuário cego. Quando criam serviços alternativos, com leitores em voz alta ou com o livro falado, estão criando saídas para fazer chegar mais rápido a informação e assim contribuir para o melhor desempenho da pessoa cega em todos os campos. Quando fazem realizar as suas programações culturais, sem ignorar o usuário cego, estão contribuindo decisivamente, pelo ato de interação deste com os demais, para a sua Emancipação Social [*sic*]. (MARQUES, 1984, p. 42).

Para Dallabrida e Lunardi (2008, p. 205-206), as características do acervo e da seção braille diferem totalmente das das bibliotecas tradicionais: o acervo não é representativo dos livros convencionais que circulam nas bibliotecas; sua materialidade e seus dispositivos diferem dos do livro impresso em tinta (os dispositivos de circulação e catalogação são diferentes das outras obras da biblioteca, com regras diferenciadas, tornando-se “um lugar à parte”); e os suportes requeridos para a leitura “determinam o local de seu uso e suas práticas e, conseqüentemente, interferem na apropriação que o leitor faz do texto”. Concluem que os limites para a experiência formativa da pessoa com deficiência visual estão postos e interferem necessariamente no repertório cultural que lhes é possível construir a partir dos bens simbólicos que lhes são disponibilizados. Resolver o acesso, garantir a livre circulação, não cercear os títulos a serem transcritos, lutar para a incorporação nas bibliotecas públicas de programas para acesso à *internet* destinados a esse público são alguns dos desafios citados pelas autoras. Marques (1984, p. 41) cita que há paternalismo e até autoritarismo quando se seleciona as obras que compõem o acervo em braille, pois a maioria das obras escolhidas não reflete o interesse dos usuários e, ainda, a produção é insuficiente para atender às demandas. Essa carência é suprida, segundo o autor, por serviços alternativos, como a transcrição de

livros em tinta para o braille, a leitura dos mesmos por leitores e a produção dos livros falados.

A Universidade de São Paulo (USP), em parceria com a Prefeitura da Cidade de São Paulo, disponibiliza desde 1994 o “Disque Braille”³⁸, serviço de consulta ao Catálogo Coletivo de Livros em Braille e Livros Falados (CCL/Braille)³⁹, segmento do Catálogo Coletivo Regional de Livros do Estado de São Paulo (CCL). Criado em 1954, funciona no Serviço de Biblioteca e Documentação da Faculdade de Educação da USP e seu catálogo eletrônico está disponível na *internet* desde 2001. Sua missão é “facilitar o acesso às coleções de livros e outros materiais existentes nas bibliotecas públicas e privadas do Estado”, e o atendimento é feito por telefone, correspondência ou pessoalmente, indicando a biblioteca depositária da obra que ela deseja e as informações relativas às condições de acesso ao documento (COUTTO, 2001; FLEXA, 1998). Só agrega bibliotecas externas à USP.

No *site* do Sistema Municipal de Bibliotecas, há uma página dedicada aos acervos de livros em braille e áudio das bibliotecas públicas paulistanas⁴⁰, que são fruto da parceria entre a Prefeitura paulistana e a FDNC. Constam nessa página informações sobre a Biblioteca Louis Braille, que contém exclusivamente acervo de livros e periódicos em braille e falados, e das bibliotecas de bairro que possuem também esses recursos (além do acervo geral), distribuídas por toda a cidade: as bibliotecas Álvares de Azevedo (Vila Maria – Zona Norte), Mário Schenberg (Lapa – Zona Oeste), Padre José de Anchieta (Perus – Zona Norte), Paulo Setúbal (Vila Formosa – Zona Leste), Pedro da Silva Nava (Mandaqui – Zona Norte) e Prefeito Prestes Maia (Santo Amaro – Zona Sul). Todo o acervo em braille está disponível para consulta no catálogo eletrônico do Sistema⁴¹.

³⁸DISQUE BRAILLE. Disponível em: <<http://www.usp.br/sibi/produtos/braille.htm>>. Acesso em: 06 nov. 2010.

³⁹CATÁLOGO COLETIVO DE LIVROS EM BRAILLE E LIVROS FALADOS – CCL/Braille. Disponível em: <<http://dedalus.usp.br:4500/ALEPH/por/BRL/BRL/BRAILLE>>. Acesso em: 06 nov. 2010. Esse endereço eletrônico está indicado na página do Disque Braille, mas estava fora do ar no dia do nosso acesso.

⁴⁰SISTEMA MUNICIPAL DE BIBLIOTECAS (São Paulo). **Acervos Especiais – Braille**. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bibliotecas/acervos_especiais/braille/index.php?p=230>. Acesso em: 18 out. 2010.

⁴¹O Sistema Municipal de Bibliotecas disponibiliza, em seu catálogo geral *on-line*, a consulta aos registros que representam as obras presentes em seus acervos. Para consultar quais obras fazem parte do acervo braille, deve-se escolher “Busca por palavras” e digitar no campo “Título” a palavra “braille”. Referência: SISTEMA MUNICIPAL DE BIBLIOTECAS (São Paulo). **Catálogo geral on-line**. Disponível em: <<http://bibliotecas.prefeitura.sp.gov.br/>>. Acesso em: 15 out. 2010.

O projeto Biblioteca Acessível⁴², da organização da sociedade civil de interesse público Acessibilidade Brasil, está adequando bibliotecas aos princípios da acessibilidade, equipando-as com os instrumentos necessários, tornando seus *sites* acessíveis e capacitando seus funcionários a atender pessoas com deficiência. Entre as bibliotecas que já se adequaram, estão a Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro, 2008, com recursos da Fundação Biblioteca Nacional), a Biblioteca de São Paulo (São Paulo, 2009, com recursos da Aliança Brasil), Biblioteca do Ministério da Saúde (Brasília, 2009/2010, com recursos do Fundo Nacional de Saúde), Biblioteca do Instituto Nacional de Tecnologia (Rio de Janeiro, 2009, com recursos da Ministério da Ciência e Tecnologia), Biblioteca do Tribunal Regional Federal – 1ª região (Brasília, 2009, com recursos do Tribunal Regional) e Biblioteca do Instituto Benjamin Constant (Rio de Janeiro, 2009, com recursos do Fundo Nacional para Desenvolvimento da Educação – FNDE, do MEC). Seus objetivos são:

[...] democratizar o acesso à informação, inclusive a pessoas com deficiências além da visual; a possibilidade de impressão em Braille, pela utilização de impressoras eletrônicas; ampliação de fontes, para acesso de pessoas com baixa visão, possibilidade de soletrar palavras ou frases para a certificação ortográfica, além das possibilidades de consulta a dicionários eletrônicos, durante a leitura, e conversão em formato áudio, viabilizando assim ser ouvido por meio de qualquer equipamento reproduzidor de áudio.
(BIBLIOTECA ACESSÍVEL)

3.3 Acessibilidade e recursos informacionais para pessoas com deficiência visual

Suaiden (1995, p. 65-67) cita que as bibliotecas públicas priorizam o livro como fonte de informação e conhecimento, deixando de atender a quem precisa de informação oral ou de natureza popular, que na maioria dos casos não se encontra registrada em forma impressa, ampliando as possibilidades. Isso revela que outros formatos de livros, ou mesmo de recursos informacionais, são pouco comuns nas bibliotecas públicas, reforçando a exclusão da pessoa com deficiência visual enquanto público-alvo.

⁴² BIBLIOTECA ACESSÍVEL. Disponível em: <<http://www.acesobrasil.org.br/CMS08/seo-principal-71.htm>>. Acesso em: 10 out. 2010.

Passos, Vieira e Saheki (2008, p. 2-3) apresentam três formatos acessíveis para o público com deficiência visual⁴³, além dos impressos em braille, que trouxeram novas perspectivas de inclusão para esses usuários, aumentando a variedade de recursos informacionais acessíveis: textos com letras ampliadas, falados e no formato digital acessível.

3.3.1 Textos com letras ampliadas

Ler com letras ampliadas demanda leitura em frente ao monitor do computador (utilizando tecnologias assistivas, como as que citaremos no item 3.4) ou impresso em tinta em papel. Diversos aspectos interferem nesse contexto: desde as diversas gradações de visão residual pelo leitor até detalhes que interferem na visualização do texto, tais como tamanhos e tipos das letras, proximidade entre elas e espaçamento entre linhas. Para a ampliação de um texto, realizam-se vários procedimentos para melhorar sua visualização: fazer fotocópia com ampliação; edição do texto retirando o excesso de detalhes; aumento do espaço entre as letras e entre as linhas; utilização de negrito, com traços mais espessos; substituição do tipo de fonte por outro mais nítido, como a Arial⁴⁴ (REILY, 2004).

O tamanho padronizado das fontes para os materiais didáticos impressos em tinta é geralmente pequeno para uma boa visualização das pessoas com baixa visão, exigindo ampliação (REILY, 2004, p. 106). Imprimir com letras ampliadas exige que o volume de papel varie conforme o tamanho das fontes que serão utilizadas (PASSOS; VIEIRA; SAHEKI, 2008, p. 3).

3.3.2 Publicações em braille e integradas

O sistema braille possibilita às pessoas com deficiência visual “não só o acesso à informação escrita como também produzi-la de maneira independente e eficiente” (PASSOS; VIEIRA;

⁴³E segundo a “Lei 9.610”, de 19 de fevereiro de 1998, é permitida a reprodução de obras literárias, artísticas ou científicas em qualquer formato que possa ser utilizado por pessoas com deficiência visual, já não exigindo que seja somente em braille, como era na “Lei 9.045”, de 18 de maio de 1995.

⁴⁴Além da Arial, Passos, Ferreira e Saheki (2008, p. 3) citam os tipos Helvética e Arial Black.

SAHEKI, 2008, p. 4), e isso fica expresso na citação da escritora estadunidense Hellen Keller (1880-1968), surdocega⁴⁵, que dizia que Louis Braille representava para as pessoas cegas o mesmo que Gutenberg representava para as pessoas videntes (OLIVEIRA; CERQUEIRA, 2006, p. 2).

No Brasil sua história foi significativa, segundo Oliveira e Cerqueira (2006, p. 1-2), com acontecimentos como seu pioneirismo na implantação na região latino-americana e pela primeira publicação de origem estrangeira do Instituto dos Jovens Cegos de Paris ser uma obra brasileira (uma gramática de Língua Portuguesa). Os autores citam que o jovem José Álvares de Azevedo⁴⁶, que ficou cego na infância, foi estudar em Paris, onde aprendeu o braille. Ao retornar ao Brasil, ele convenceu o imperador Dom Pedro II sobre a importância da criação, no país, de uma escola para cegos. Em 1854, em decorrência disso, foi fundado o Imperial Instituto dos Meninos Cegos (desde 1891 Instituto Benjamin Constant – IBC⁴⁷), na cidade do Rio de Janeiro, que iniciou a produção de textos em braille ainda no século XIX⁴⁸.

Muitos anos depois, em 1946, foi criada na cidade de São Paulo a Fundação para o Livro do Cego no Brasil (desde 1991 Fundação Dorina Nowill para Cegos – FDNC), que até hoje atua também como imprensa braille. Suas primeiras edições foram “A história de minha vida”, de Hellen Keller, e “Pequeno dicionário da Língua Portuguesa”, no início da década de 1950⁴⁹.

Três ações do governo federal brasileiro são relacionadas às publicações em braille: em 1998, a implantação do “Projeto CAP”, que criou os Centros de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual (CAP), destinados principalmente a

⁴⁵A pessoa com surdocegueira possui deficiência visual e auditiva. Por apresentar mais de uma deficiência, é considerada pessoa com deficiência múltipla.

⁴⁶José Álvares de Azevedo (1834-1854) não deve ser confundido com o poeta romântico Manuel Álvares de Azevedo (1831-1952), mais conhecido por somente Álvares de Azevedo. Não conseguimos descobrir se há parentesco entre os dois, apesar da coincidência de sobrenomes e de serem contemporâneos no século XIX na cidade do Rio de Janeiro.

⁴⁷O IBC, segundo Ferreira, Oliveira e Pinto (2006), possui Biblioteca Infantil (com 2467 livros catalogados, além de brinquedos e instrumentos musicais), Acervo Bibliográfico Especializado (com acervo de 1300 documentos, entre livros e monografias, além de folhetos, apostilas, revistas, vídeos e alguns CDs, voltados à Educação Especial e à pesquisa) e a Biblioteca Louis Braille (com mil títulos de livros em braille e treze mil em tinta, além de 142 livros falados e uma CDteca de 110 títulos, além de obras raras). Essa última é considerada referência nacional na área de deficiência visual, segundo Alencar; Galdino (2007, p. 1).

⁴⁸Segundo Oliveira e Cerqueira (2006, p. 2), a impressão em braille pelo IBC iniciou-se ainda no século XIX.

⁴⁹FUNDAÇÃO DORINA NOWILL PARA CEGOS. **Dia Nacional do Livro: Dia Nacional do Livro e os livros na Fundação.** São Paulo: Fundação Dorina Nowill para Cegos, [atual.] mar. 2010. Texto enviado na mensagem: BIBLIOTECA CIRCULANTE DO LIVRO FALADO. **Informação** (mensagem pessoal). Mensagem recebida por <grazielajackyman@yahoo.com.br> em 10 nov. 2010. Texto completo disponível no Anexo C.

umentar a oferta de textos didáticos para alunos cegos ou com baixa visão das diferentes regiões do Brasil; em 1999, a criação da Comissão Brasileira do Braille (CBB)⁵⁰, responsável por todas as ações relacionadas ao uso e à aplicação do sistema braille de leitura e escrita nacionalmente; e, em 2000, o início da produção em braille das obras didáticas para alunos do Ensino Fundamental, dentro do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)⁵¹.

A “Lei 9.045”, de 18 de maio de 1995, revogada pela que “Lei nº 9.610”, de 19 de fevereiro de 1998 (acerca dos direitos autorais⁵²), pretendia a reprodução em regime de proporcionalidade das obras produzidas no país e a permissão de reprodução em braille para pessoas com deficiência visual, sem finalidade lucrativa:

Autoriza o Ministério da Educação e do Desporto e o Ministério da Cultura a disciplinarem a obrigatoriedade de reprodução, pelas editoras de todo o País, em regime de proporcionalidade, de obras em caracteres braille, e a permitir a reprodução, sem finalidade lucrativa, de obras já divulgadas, para uso exclusivo de cegos.

[...]

Art. 2º As editoras deverão permitir a reprodução de obras e demais publicações, por elas editadas, sem qualquer remuneração, desde que haja concordância dos autores, que a reprodução seja feita por Imprensa Braille ou Centros de Produção de Braille, credenciados pelo Ministério da Educação e do Desporto e pelo Ministério da Cultura, e o material transcrito se destine, sem finalidade lucrativa, à leitura de pessoas cegas. (BRASIL, 1995)

A “Lei nº 9.610” retoma somente a questão relacionada à liberdade de reprodução de obras literárias, artísticas ou científicas para pessoas com deficiência visual, em braille ou outro formato, sem falar de produção nesses formatos por parte das editoras:

Art. 46. Não constitui ofensa aos direitos autorais:
I - a reprodução:

⁵⁰Criada pela Portaria Ministerial MEC Nº 319, de 26/2/1999, publicada no Diário Oficial da União de 2 de março de 1999, e depois com seu regulamento interno aprovado pela “Portaria Ministerial MEC nº 554”, de 26 de abril de 2000, publicada no Diário Oficial da União de 27 de abril de 2000.

⁵¹Segundo Dallabrida e Lunardi (2008, p. 194), vinte títulos didáticos foram repassados para os CAP para serem utilizados no ensino fundamental em escolas públicas ou escolas especializadas sem fins lucrativos. Os livros transcritos, segundo as autoras, muitas vezes não correspondiam aos títulos utilizados pelos videntes, e se ficassem as editoras responsáveis pela proporcionalidade das obras, conforme sugeria a lei revogada, a ampliação do acervo dos livros em braille extrapolaria os muros escolares. Também foram transcritas obras paradidáticas, segundo a publicação “O que as empresas podem fazer pela inclusão das pessoas com deficiência” (2002, p. 13): 120 títulos no ano de 2002, o que é considerado pela publicação um número abaixo do necessário.

⁵²Oberdá (1998) cita a proposta de os livros impressos em tinta por editoras comerciais apresentarem um selo ou marca impressa que simbolizaria a autorização, por parte das editoras, da autorização da transcrição em braille da obra.

d) de obras literárias, artísticas ou científicas, para uso exclusivo de deficientes visuais, sempre que a reprodução, sem fins comerciais, seja feita mediante o sistema Braille ou outro procedimento em qualquer suporte para esses destinatários. (BRASIL, 1998)

Alguns *sites* surgem como alternativas para suprir a falta de acesso aos materiais bibliográficos, mas não fazem o devido controle de acesso e acabam favorecendo, além de pessoas com deficiência visual, pessoas que se aproveitam desse descontrole para baixar e até vender os conteúdos disponibilizados (PASSOS, 2010, p. 132), sem pagar pelos direitos autorais. Sampaio (2005) cita que é importante que se respeite esse direito das pessoas com deficiência visual, mas que também os autores das obras em questão não sejam lesados por outros públicos com essa medida:

Portanto, somente no uso pessoal de obras em braille, ou se for também para uso pessoal, é permitida utilização de métodos eletrônicos, como os de leitura pelo computador. Tal disposição legal deve ser interpretada de forma bastante restritiva, principalmente em se tratando da hipótese do uso nos equipamentos eletrônicos e de *internet*, em que o controle é bastante difícil e as formas de burlar a Lei são múltiplas. (SAMPAIO, 2005)

Para se imprimir uma obra em braille (denominada “escrita branca” por Reily em seu texto de 2004), é necessário que se negocie com os editores o envio do arquivo da obra original (caso a obra não seja de domínio público) ou que se faça a transcrição para o braille: por leitores videntes ditando e pessoas que sabem braille escrevendo na máquina de datilografia braille, ou através de escaneamento da obra em tinta. Essa última possibilidade se faz com um escâner e um *software* reconhecedor de caracteres para o reconhecimento do texto, e outro *software* que transcreva o conteúdo para o braille⁵³ (deve-se revisar o texto gerado, para conferir se não houve erro de transcrição no reconhecimento ótico). Depois imprimi-se com a impressora braille, que pode realizar impressão interpontada – em frente e verso –, contribuindo para que se produzam obras com menor volume, diminuindo também o peso do material, além do tempo de impressão. Ao final deve haver uma revisão por leitor de braille também. (PASSOS; VIEIRA; SAHEKI, 2008, p. 3; PASSOS, 2010, p. 132).

⁵³Segundo os autores, o transcritor braille é um software que traduz o alfabeto comum em escrita braille. Mais informações no item 3.4 Tecnologias assistivas para acesso à informação.

O custo de uma publicação em braille é maior⁵⁴, por ser produzida por profissionais especializados, seguindo normas específicas⁵⁵, e necessita ser impressa em papel de gramatura mais elevada⁵⁶, o que dificulta uma produção igualitária em número de títulos e tempo em relação a de obras impressas em tinta pelo mercado editorial tradicional. A publicação em braille fica geralmente com um número de páginas equivalente ao triplo do da obra original impressa em tinta em tamanho de fonte 14 (REILY, 2004, p. 159), dividindo-se em vários volumes grampeados, ocupando em média um espaço dez vezes maior que as impressas em tinta (VIEIRA, 2005, p. 11). Esse grande volume é um dificultador, já que para portar uma obra completa em braille é preciso carregar vários volumes consigo (PASSOS, 2010, p. 133).

Gonçalves (2009) reforça as dificuldades do contexto da publicação e difusão das publicações em braille, apesar de ser uma forma que garante a autonomia e a fixação e/ou revisão constante da ortografia, pelo leitor com deficiência visual:

Podemos ainda encontrar outros fatores que limitam a utilização ampla do sistema Braille: a transcrição do livro em tinta necessita de pessoas especializadas, mas não são encontrados cursos sistemáticos para capacitação de interessados, sendo as ações, quase sempre, isoladas e descontínuas. E, para agravar o quadro, são poucas as iniciativas de edição de livros em Braille porque o preço final inviabiliza sua comercialização. Quando ocorre uma edição em Braille é de forma subsidiada e, em sua maioria, priorizando o livro didático ou livros que abordem questões relativas aos cegos. A verdade é que não existe uma editora no mercado que se arrisque a lançar publicações para a vendagem destes livros. [...] Este quadro deixa claro que estamos ainda engatinhando no processo inclusivo e que muitas ações precisam ser desenvolvidas a fim de ampliar o acervo de livros em Braille para o atendimento da pessoa que gosta de ler, mas não possui a visão. É importante ressaltar que este sistema é o meio mais adequado para a adaptação de livros, já que permite tanto a leitura sem a

⁵⁴Marques (1984, p. 40) cita que as obras em braille ficam com o triplo de volumes de uma impressa em tinta, e Luna (2007, p. 47) que cada folha impressa em tinta gera o equivalente a quatro em braille. Vieira (2005, p. 11) cita que o custo da impressão em braille era de R\$ 1,06 a folha na Fundação Dorina Nowill para Cegos, em 2005. Uma impressora braille custa cerca de 4 vezes o valor de uma impressora que realize impressão em jato de tinta (GONÇALVES, 2009). Para ilustrar, citamos o exemplo do romance brasileiro “O tempo e o vento”, do escritor gaúcho Érico Veríssimo, composto de 6 partes que ficam divididas em 6 volumes em tinta e mais de 65 volumes em braille.

⁵⁵BRASIL. Ministério da Educação. **Normas técnicas para a produção de textos em Braille**. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12671%3Anormas-tecnicas-para-a-producao-de-textos-em-braille&catid=192%3Aasesp-esducao-especial&Itemid=860>. Acesso em: 21 ago. 2010.

⁵⁶Indica-se o papel de gramatura 120 (120g/m²), mais grosso, para permitir melhor impressão e durabilidade, mas, segundo Schweitzer (2007, p. 281), mesmo assim o tempo de vida útil não é longo. Os pontos impressos em braille ficam mais baixos com o uso, tornando-se menos legíveis. Utiliza-se para impressão em braille também o de gramatura 90 (90g/m²), mais barato e menos durável, por ser mais fino e não fixar por tanto tempo o relevo, sendo geralmente usado para rascunhos (REILY, 2004, p. 159). Para estabelecer um paralelo, a folha do papel sulfite utilizado para impressão em tinta é de gramatura 75 (75g/m²).

interferência de terceiros quanto o contato direto com a grafia correta das palavras.

[...] é importante citar um dos grandes impasses com relação à aquisição do livro em formato [legível no programa] Word: as editoras têm se recusado a fazer a venda do produto digitalizado, apesar de alguns movimentos promovidos, especialmente na França, [...]. Manter a reserva de mercado parece ser mais importante do que a disseminação do livro para os nossos poderosos editores. (GONÇALVES, 2009)

Outras tecnologias possibilitam que essa carência seja suprida, mas não devem ser vistas como substitutas do sistema braille, e sim como complementares. Livros em braille contêm a representação dos símbolos de Matemática, Química, Física e outras ciências, adaptações em relevo de tabelas, gráficos, mapas, figuras geométricas e outras ilustrações, o que fornece aos alunos com deficiência visual as mesmas informações oferecidas aos alunos videntes, além de lhes propiciar a oportunidade de fixar a ortografia da Língua Portuguesa e de outros idiomas, vantagem que a leitura sonora não proporciona, o que faz o uso do braille ainda tão importante para as pessoas com deficiência visual (OLIVEIRA; CERQUEIRA, 2006, p. 2).

A materialidade do impresso em braille também é importante, pois é prazeroso utilizar os outros sentidos para perceber um livro, como olfato e tato (OLIVEIRA; CERQUEIRA, 2006, p. 2), e ter um contato sem intermediários com a obra, indo e voltando nas páginas para reviver as situações nela contidas (ABREU et al, 2008, p. 49).

O depoimento de uma estudante universitária atesta a importância do braille:

[...] minha mãe batia tudo na máquina braille. Praticamente tinha que copiar os livros. Alguns textos ela lia pra mim, ou gravava a leitura, mas eu nunca gostei de estudar com gravação. Se não tiver jeito, eu ouço, mas prefiro ler em braille, concentro-me mais em braille. Sempre preferi ler os livros impressos, se fosse possível. Neste ano, quando eu ainda não tinha a impressora, minha mãe gravou alguns textos na faculdade, textos de antropologia bastante densos e complicados de se entender e foi difícil estudar com a gravação, pois eram textos que se precisava ficar voltando para entender os conceitos que o autor estava trabalhando. Se eu tivesse lido em braille, aprenderia os conceitos muito mais facilmente. O nosso nível de apreensão e nossa rapidez de leitura equivalem à rapidez de apreensão que um vidente tem em leitura à tinta. Até um vidente se concentra muito mais ao ler um livro do que ouvir uma pessoa falar o texto. Mas, o problema da impressão em braille é o volume do material, fica enorme. Também dificulta muito se o professor adota um texto que já é cópia. Ao escanear perde-se a qualidade, tem-se que corrigir muita coisa, então, é melhor digitar o texto antes de imprimir. (CAIADO, 2003, p. 93-94)

Hoje existe também o livro integrado ou adaptado, definido como um livro impresso em tinta e braille, que possui adaptação das ilustrações em tinta em relevo⁵⁷, sendo acessível para pessoas com e sem deficiência visual (REILY, 2004, p. 95). Na página de propaganda do primeiro livro impresso em tinta com caracteres ampliados e braille pela FDNC⁵⁸, intitulado “Dudu da Breka” (infantil de autoria de Claudia Kotes, à venda por 25 reais), divulga-se também como esse formato é acessível para videntes e pessoas com deficiência visual:

O uso de letras ampliadas, do texto em braille, de imagens divertidas e também reproduzidas em relevo, possibilita que crianças cegas, com baixa visão e as que enxergam possam ler o mesmo livro. De forma inclusiva compartilham uma leitura interessante e prazerosa, com ilustrações acessíveis, importantes para a compreensão de pessoas com e sem deficiência visual. (DUDU DA BREKA)

Apesar de ser uma ferramenta poderosa de inclusão, o braille apresenta limitações de uso, pois seus impressos estão disponíveis em poucas cidades do Brasil e nem todos os cegos sabem ou gostam de ler em braille, seja por não encontrarem professores especializados que possam ensiná-los (FONTANA; VERGARA NUNES, 2006, p. 2-3), ou por ficarem cegos depois de adultos e possuírem dificuldade tátil para aprendê-lo⁵⁹, ou mesmo por preferirem outra forma de leitura:

Para usá-lo, faz-se necessário, preliminarmente, que a pessoa seja alfabetizada, contudo, são muitas as pessoas que satisfazem a esse requisito e conhecem o código, porém não o utilizam, por uma questão de impossibilidade, seja porque não conseguiram desenvolver a habilidade tátil que é necessária para essa forma de leitura ou porque perderam parte dessa habilidade tátil (situação que ocorre, por exemplo, quando a irrigação sanguínea nas extremidades dos dedos é inadequada). (TORRES; MAZZONI; MELLO, 2007, p. 378).

⁵⁷Os gráficos táteis hoje podem ser feitos e impressos em grande quantidade pelo programa Monet, criado pela equipe Acessibilidade Brasil. Possibilita que se imprimam, em impressoras braille eletrônicas, fórmulas matemáticas, figuras geométricas, desenhos e imagens, além de gráficos que podem auxiliar a compreensão de mapas, tabelas, quadros e plantas-baixas, entre outros. Fonte: BIBLIOTECA ACESSÍVEL. Disponível em: <<http://www.acessobrasil.org.br/CMS08/seo-principal-71.htm>>. Acesso em: 10 out. 2010.

⁵⁸DUDU DA BREKA. Disponível em: <http://www.fundacaodorina.org.br/FDNC/email_mkt/dudu/dudu.html>. Acesso em: 06 nov. 2010.

⁵⁹Matthews (1981, p. 272-273 apud CERQUINHO, 1993, p. 37) cita o total de 20% de pessoas com deficiência visual como leitores do código braille e Smith (2002, apud VIEIRA, 2005, p. 28), quase vinte anos depois, cita apenas 10%.

3.3.3 Livros falados

O livro falado (também conhecido como *talking book* ou audiolivro) é definido como “aquele cujo conteúdo está inserido num formato de áudio apenas, como cassete e CD” (VIEIRA, 2005, p. 11-12). É geralmente produzido em estúdios comerciais (costumam ser leituras dramatizadas, realizadas por profissionais de artes ciências e/ou locução, e comercializadas em livrarias) ou de instituições voltadas para público com deficiência visual (como na FDNC), que contam com leitores voluntários para fazer a leitura sem dramatização ou interpretação em seus estúdios. Esse tipo de leitura é conhecido como “leitura branca” por visar neutralidade⁶⁰.

Esse recurso proporciona que o acesso ao livro didático e paradidático no ensino fundamental, no médio e no superior seja mais rápido (ABREU et al, 2008, p. 30), e entre suas vantagens estão: “baixo custo, portabilidade, facilidade de manuseio e aplicações em mídias diferentes, como *sites*, Cds, *pendrives*, etc.”, segundo o *site* da FDNC⁶¹. O custo do livro falado, quando são feitas mais de 200 unidades de uma mesma obra, varia em torno de 15 reais, por unidade, na FDNC⁶².

A partir dos anos 1960, com o advento dos equipamentos de gravação acessíveis à classe média brasileira, tornou-se possível produzir e socializar gravações magnéticas no Brasil, primeiramente em rolos e depois em fitas cassete em bibliotecas públicas ou especializadas para pessoas com deficiência visual, contando com leitores voluntários para fazê-las (REILY, 2004, p. 96). Gonçalves (2009) apresenta a história do livro falado no Brasil, iniciada há mais de quarenta anos, iniciativa que nasceu

do professor Beno Arno Marquardt, já falecido, que após as aulas ministradas no Instituto Benjamin Constant, levava seus alunos para a sua residência e lia diversos livros, a fim que eles pudessem entrar em contato com a literatura. Assim, nasceu o Clube da Boa Leitura⁶³, audioteca existente até os dias de hoje no Rio de Janeiro. (GONÇALVES, 2009).

⁶⁰Cunha (2004, p. 2-3) defende que a “leitura branca” deve ser simples e clara, sem entonações ou ênfases desnecessárias.

⁶¹FUNDAÇÃO Dorina Nowill para Cegos. **Serviços**. Disponível em: <<http://www.fundacaodorina.org.br/FDNC/servicos.html>>. Acesso em: 06 nov. 2010.

⁶²BIBLIOTECA CIRCULANTE DO LIVRO FALADO. **Informação** (mensagem pessoal). Mensagem recebida por <grazielajackyman@yahoo.com.br> em 10 nov. 2010.

⁶³O Clube da Boa Leitura também foi citado por Andrade (1995).

Em 1972, a FDNC começa a produzir livros falados. A primeira obra gravada é “O coronel e o lobisomem”, do escritor brasileiro José Cândido de Carvalho, lida pelo ator Stênio Garcia. Em 1989, começa a distribuição da primeira audiorrevista, a “Veja falada”⁶⁴.

As fitas enroscavam nos gravadores, apresentavam ruídos no áudio e seu tempo de gravação não era longo, sendo necessárias várias unidades para gravar uma obra completa e bastante espaço para armazená-las. Em meados da década de 1990, começa-se a difundir o som digital, gravado em CD, que se revelou um recurso de melhor qualidade e com maior capacidade para armazenar informação, e atualmente o formato mais utilizado é o MP3, o que permite maior tempo de gravação em uma mesma mídia⁶⁵.

Gonçalves (2009) apresenta a questão da qualidade das gravações, realizada em sua maioria por leitores voluntários de forma caseira, não contando com recursos de qualidade para tal: gravadores de fitas cassete são os mais utilizados, e cerca de 90% dos acervos das audiotecas é composto por elas. Isso revela a necessidade de se ter o aparelho já considerado obsoleto, também para a reprodução das mesmas (a mudança para MP3 implica tanto condições financeiras para adquirir os equipamentos como mudança comportamental, para se habituarem a usar os novos gravadores e reprodutores do som nesse formato).

Apesar deste solidário gesto inicial o quadro é de escassez de recursos para a realização de uma gravação de boa qualidade, tanto no que tange aquele que grava através do aperfeiçoamento do seu instrumento vocal quanto no que tange o próprio sistema de gravação, predominantemente realizado através do uso de fitas cassetes, material com pouco tempo de vida útil e com baixa possibilidade de edição. [...] A mudança deste quadro exige trabalho, consciência social e respeito à cidadania. Entretanto, pequenas ações advindas da população comprometida em atuar na melhoria da vida dos cidadãos, podem auxiliar este processo. No caso específico da gravação de

⁶⁴FUNDAÇÃO DORINA NOWILL PARA CEGOS. **Dia Nacional do Livro:** Dia Nacional do Livro e os livros na Fundação. São Paulo: Fundação Dorina Nowill para Cegos, [atual.] mar. 2010. Texto enviado na mensagem: BIBLIOTECA CIRCULANTE DO LIVRO FALADO. **Informação** (mensagem pessoal). Mensagem recebida por <grazielajackyman@yahoo.com.br> em 10 nov. 2010. Texto completo disponível no Anexo C.

⁶⁵Halewell (2005) cita que o livro em cassete foi introduzido no Brasil somente em maio de 1986, utilizando 4 fitas de 90 minutos para cada obra gravada. Um CD comum comporta 80 minutos de gravação em formato áudio, exigindo várias unidades para gravar os vários capítulos de uma obra, mas em formato mp3 comporta muito mais tempo de gravação. Para ilustrar citamos o audiolivro *As memórias do livro*: romance sobre o manuscrito de Sarajevo, de Geraldine Brooks, comparando-o com sua versão em tinta de 384 páginas (volume único). Narrado pela atriz Cristiana Oliveira, o audiolivro tem 14 horas de gravação dispostas em 65 faixas em formato MP3, reunidas em apenas um CD (produzido pela Editora Plugme). Para complementar as informações, Cerquinho (1993, p. 38) cita que um CD pode conter o equivalente a 900 folhas em braille.

livros falados, destaco que ao leitor voluntário deve ser dada a oportunidade de trabalhar a sua voz e sua leitura. Ele deve também aprender a manipular o programa de gravação em computador [*Audacity*], que aperfeiçoa a edição e facilita a cópiagem do arquivo para CD. (GONÇALVES, 2009).

O acesso à informação gravada em voz, assim como o uso de computadores para leitura de arquivos (com programas leitores de tela), é uma alternativa interessante e mais barata que a da produção em braille, e está ganhando adeptos tanto entre leitores com deficiência como entre os videntes⁶⁶, pois as informações que registram podem ser compartilhadas por ambos. Além disso, o computador pode substituir o leitor humano por um leitor mecânico (PASSOS; VIEIRA; SAHEKI, 2008, p. 3-5). Reily (2004, p. 97) apresenta o sucesso do livro falado nos países de Primeiro Mundo:

Em países do Primeiro Mundo, qualquer consumidor pode optar entre as várias modalidades de publicação de livros: capa dura, capa mole, impressão ampliada ou livro gravado. As editoras descobriram que não eram apenas cegos e idosos que queriam os livros falados, mas havia um enorme mercado também entre motoristas sem tempo para ler em casa, que gostavam de se manter atualizados com as publicações recentes ouvindo gravações de romances ou outros gêneros no percurso entre residência e local de trabalho. Se o livro impresso é para todos, o livro falado também pode ser, por que não? (REILY, 2004, p. 97).

O significado do livro falado na vida profissional de uma pessoa cega foi registrado no depoimento de um professor de literatura, que reproduzimos parcialmente:

Quem dá este depoimento é um deficiente visual que depende dramaticamente do livro falado. Melhor ainda, do livro falado portátil. [...] Minha fonte de informação fundamental é o livro falado em fitas cassete, pois, com o auxílio de um pequeno gravador, leio nos deslocamentos, à noite etc. Em qualquer lugar posso receber muita informação e com muita independência. Para tanto certamente a [Audioteca] Sal e Luz contribui decisivamente [...]. Nenhum indivíduo por seus próprios meios e recursos teria condições de produzir gravações na velocidade e na qualidade necessária. Imagine o caso de um estudante cego desesperado por formação e capacitação profissional no contexto de um país de terceiro mundo. Os livros são caros, o estudante é pobre, há dificuldade de acesso aos centros facilitadores onde há possibilidade de ajuda [...]. Ainda falando em termos pessoais, posso lhe dizer que o contato mais efetivo com a Sal e Luz possibilitou-me uma mudança radical na minha qualificação profissional. Não li menos que 100 títulos [...]. O livro para mim tem muitas aplicações e definições. Posso dizer que ajuda-me na preparação e complementação de minhas aulas, fornece-me técnicas e sugestões que facilitam meu trabalho, amplia meu campo de conhecimento, de maneira que posso informar mais e

⁶⁶Halewell cita que essa alternativa pode interessar igualmente ao público com e sem deficiência visual (2005, p. 751).

melhor meus alunos. Sem contar que, além dos conhecimentos profissionais o livro para mim é verdadeiramente um prazer, não importando necessariamente se é um livro técnico ou de entretenimento etc. (FERREIRA, 2007, p. 1 apud DALLABRIDA; LUNARDI, 2008, p. 198).

Três iniciativas estão tornando ainda mais fácil o acesso e a disseminação do livro falado: o Projeto Livro Falado, a Biblioteca Digital e Sonora e a Biblioteca Circulante de Livro Falado da Fundação Dorina Nowill para Cegos.

O Projeto Livro Falado⁶⁷, coordenado por Ana Lúcia Palma Gonçalves (AnaLu Palma) e realizado em parceria com a Academia Brasileira de Letras (ABL), visa atender às pessoas com deficiência visual de oito países de Língua Portuguesa: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste. Disponibiliza livros produzidos por leitores participantes da Oficina de Capacitação de Leitores em página acessível na *internet*. Em seu texto de 2009, Gonçalves cita que utiliza diretrizes básicas para a realização das gravações, tais como informar sobre a autorização de gravação da obra em áudio sem pagamento do direito autoral (conforme a “Lei 9.610”); criação de faixas de no máximo 15 minutos, contendo as partes da obra e as informações indicativas (capa, orelha, sumário – sempre disponível na faixa 3 – etc.); descrição apenas de imagens essenciais para compreensão da obra; ausência de efeitos de sonoplastia; gravação por somente uma pessoa; indicação do número de cada página lida na versão em tinta (para poder fazer referência bibliográfica conforme a edição impressa original); e soletração de palavras e nomes estrangeiros.

A Biblioteca Digital e Sonora⁶⁸, parceria da Biblioteca Central da Universidade de Brasília (UnB) com o Programa de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais (PPNE) da UnB, disponibiliza para pessoas com deficiência visual textos adaptados, em formato digital e sonoro, por meio do acesso *on-line* e do empréstimo de CDs, contando com leitores voluntários e a equipe técnica da UnB para tal.

⁶⁷PROJETO LIVRO FALADO. Disponível em: <<http://www.livrofalado.pro.br/index.php/>>. Acesso em: 25 ago. 2010.

⁶⁸BIBLIOTECA DIGITAL E SONORA. Disponível em: <<http://bds.bce.unb.br/>>. Acesso em: 10 out. 2010.

A Biblioteca Circulante de Livro Falado da Fundação Dorina Nowill para Cegos (FUNDAÇÃO DORINA NOWILL PARA CEGOS⁶⁹), existente desde abril de 1947⁷⁰, possui um acervo com mais de 1.500 títulos⁷¹ em áudio de obras de diversos autores, desde clássicos da literatura brasileira aos mais variados *best-sellers* internacionais, e as revistas faladas “Veja” e “Cláudia”, além de obras específicas sob demanda. Todas são produzidas na FDNC e emprestadas aos usuários cadastrados na biblioteca pelo prazo de 60 dias (3 obras de cada vez), podendo ser retiradas pessoalmente ou recebidas em domicílio (envio pelo cecograma)⁷².

3.3.4 Livros digitais

A finalidade principal da criação de livros digitais é ampliar o acesso a livros e materiais impressos em geral para as pessoas com dificuldades de acessar informações impressas, seja por deficiência visual e/ou limitações de mobilidade (manuseio de páginas, por exemplo). As bibliotecas virtuais reúnem livros e outros materiais em formato digital com acesso pela *web* e algumas das bibliotecas tradicionais possuem em seus acervos livros em formatos digitais e em braille, além dos impressos em tinta, como revelam Paraguay, Spelta e Simofusa (2005, p. 2). As autoras reuniram as expressões que denominam os tipos de livros digitais: falado, digital, digitalizado, fonado, virtual, eletrônico, Livros Digitais Falados (LDF) ou *Digital Talking Book* (DTB)⁷³, *e-book*, *open-book*, *digital braille*, *digital audio* e outros, e relacionaram os tipos encontrados nas bibliotecas virtuais que pesquisaram, definindo-os e explicando como podem ser lidos (programas e recursos necessários):

- TXT ou outro tipo de arquivo de texto: abre-se o arquivo em editor de texto ou navegador *Web* e pode ser lido com leitor de tela⁷⁴ [...].

⁶⁹FUNDAÇÃO DORINA NOWILL PARA CEGOS. **Serviços**. Disponível em: <<http://www.fundacaodorina.org.br/FDNC/servicos.html>>. Acesso em: 06 nov. 2010.

⁷⁰BIBLIOTECA CIRCULANTE DO LIVRO FALADO. **Informação** (mensagem pessoal). Mensagem recebida por <grazielajackyman@yahoo.com.br> em 10 nov. 2010.

⁷¹FUNDAÇÃO DORINA NOWILL PARA CEGOS. **Fundação Dorina Nowill para Cegos**. São Paulo: Fundação Dorina Nowill para Cegos, s. d.. 1 fôlder. Folheto disponível no Anexo B.

⁷²FUNDAÇÃO DORINA NOWILL PARA CEGOS. Biblioteca Circulante do Livro Falado. **Regulamento**. São Paulo: Fundação Dorina Nowill para Cegos, jan. 2010.

⁷³Livro DTB (ou LDF) é uma representação multimídia da publicação impressa, que permite a navegação dentro da própria obra, segundo Paraguay, Spelta e Simofusa (2005, p. 3).

⁷⁴Apresentaremos os leitores de tela em 3.4 Tecnologias assistivas para acesso à informação.

- PDF: abre-se o arquivo no *Adobe Acrobat Reader* e pode ser lido com leitor de tela.
- HTML: abre-se o arquivo no navegador e pode ser lido com leitor de tela [...].
- PCR, PDB, RB, TCR, LRF: são arquivos para serem abertos em PDA (*Personal Digital Assistant*).
- MP3, AAC, WAV: arquivos áudios. Abre-se o arquivo em um programa para áudio.
- BRF: arquivo de formato braile americano, para ser lido através de dispositivo braile americano.
- DAISY: conjunto de arquivos multimídia, baseados no padrão DAISY. Abre-se o arquivo em um DAISY *player* (programa para ler livros produzidos em formato DAISY), dos vários disponíveis sob licença ou de livre acesso. (PARAGUAY; SPELTA; SIMOFUSA, 2005, p. 3).

Vieira (2005, p. 21) afirma que o objetivo do livro eletrônico é disponibilizar o conteúdo integral de uma obra na rede mundial de computadores ou ser vendido junto com acessórios que possibilitem a leitura. Considera que essa é uma opção acessível para pessoas com deficiência visual, pois estão disponíveis em formatos de extensões PDF⁷⁵ e TXT, legíveis por leitores de tela⁷⁶. Os livros nesse formato custam geralmente um décimo do valor do livro em tinta, segundo Vieira (2005, p. 22)⁷⁷, e muitas das obras de domínio público foram transpostas para esse formato, o que contribui para que pelo menos essas obras estejam disponíveis e possam ser lidas por todas as pessoas.

O Projeto Biblioteca Acessível reforça as vantagens desse formato: “fácil manuseio, transporte e armazenamento” e “menor custo em sua elaboração e produção, uma vez que não há necessidade de maquinário gráfico e tinta”, podendo ser utilizado, inclusive, por pessoas com Mal de Parkinson e Dislexia, pois “elimina a necessidade de manusear suas páginas impressas ou correr os olhos linha a linha, ações substituídas pelo leitor de tela” (BIBLIOTECA ACESSÍVEL).

Caso não haja a obra que se quer em domínio público, levando-se em conta a “Lei 9.610”, uma alternativa é a produção dentro do próprio ambiente da biblioteca:

⁷⁵Segundo Passos (2010, p. 64; 130), das tecnologias citadas em sua pesquisa, somente os *softwares Jaws* e NVDA lêem arquivos de extensão PDF, quando desprotegido. Quando são protegidos, os arquivos em PDF são reconhecidos como imagens pelo computador, então não podem ser lidos por leitores de telas, ficando inacessíveis. O número de arquivos em PDF na *internet* corresponde a 71,07% do total de arquivos nela presentes, segundo Prado (2008 apud PASSOS, 2010, p. 63).

⁷⁶Conferir “Leitores de tela” em 3.4 Tecnologias assistivas para acesso à informação.

⁷⁷Concluimos que Vieira está citando como livro eletrônico o que é mais conhecido atualmente como *e-book*.

Existem dois métodos para se converter um livro comum em formato digital: a digitação e a digitalização. O primeiro consiste na leitura e reprodução do livro em um processador de texto como o Bloco de Notas ou Word. O segundo consiste em utilizar um conjunto de tecnologias que proporcionam rapidez na conversão do formato físico para digital. Este conjunto é formado por um escâner, um programa OCR [...] e um computador. O escâner e o computador direcionados para este trabalho são absolutamente normais, podendo ser adquiridos em qualquer loja. O programa OCR geralmente vem no pacote de programa do escâner comum, porém não apresenta a eficiência e um sistema de reconhecimento tão amplo quanto programas específicos para deficientes visuais como, por exemplo, o OPENBOOK. Apesar da necessidade de vários recursos diferentes para o processo de digitalização, a rapidez na conversão dos suportes e satisfação do usuário são notórias. (PASSOS; VIEIRA; SAHEKI, 2008, p. 9).

Quanto ao livro digital acessível, Amorim, Nassif e Alves (2009, p. 30) o definem como “uma representação multimídia da publicação impressa, que permite a navegação dentro da própria obra”, e consideram que esse recurso é o mais indicado para estudantes universitários e profissionais liberais com deficiência visual.

Paraguay, Spelta e Simofusa (2005, p. 1-2) citam que em 1994 as principais bibliotecas mundiais de produção em braille acordaram em começar a trabalhar conjuntamente e estabelecer uma norma internacional para a produção de livros digitais acessíveis, denominando-os como *Digital Accessible Information System* (DAISY).

A FDNC produz o LIDA⁷⁸, tipo de livro baseado em DAISY (atualmente em formato DAISY 3), que permite acesso amplo, rápido e estruturado à literatura destinada ao estudo e à pesquisa, tendo em seu catálogo obras nas áreas de Direito, Filosofia, Pedagogia e Psicologia, além de obras de referência e dicionários, como Michaelis e Aurélio, visando atender principalmente o público universitário. Em 2006, foi criado o primeiro LIDA, contendo a obra “Elementos da Teoria Geral do Estado”, do jurista brasileiro Dalmo Dallari. O catálogo contemplava inicialmente obras da área de Direito, mas a partir de 2007 foi ampliado para outras áreas⁷⁹.

Algumas das funcionalidades do LIDA estão citadas a seguir:

⁷⁸Consta na página do LIDA que ele “foi baseado nas normas internacionais estabelecidas para o DAISY, com a contribuição de funcionalidades sugeridas por deficientes visuais”. Fonte: LIVRO DIGITAL ACESSÍVEL – LIDA. **Nossa política**. Disponível em: <http://www.lida.org.br/nossa_politica.asp>. Acesso em: 22 ago. 2010.

⁷⁹BIBLIOTECA CIRCULANTE DO LIVRO FALADO. **LIDA** (mensagem pessoal). Mensagem recebida por <grazielajackyman@yahoo.com.br> em 10 nov. 2010.

Além do texto em áudio, o usuário com visão subnormal pode visualizar o conteúdo em até 5 níveis de ampliação de tela. A ferramenta possui tutorial e mecanismos de busca por palavras ou frase, notas de rodapé opcional, marcadores de texto, soletração, leitura integral de abreviaturas e sinais, além da pronúncia correta de palavras estrangeiras, entre outras funcionalidades. (LIDA).

Paraguay, Spelta e Simofusa (2005) citam que o formato DAISY é baseado em DTB e permite leitura visual ou sonora, contendo arquivos de áudio, texto e imagens, podendo ser definido como “um padrão internacional para a produção de livros digitais que facilitam a navegação do leitor (por palavras, frases, parágrafos, páginas e capítulos) da mesma forma que nós folheamos e lemos um livro escrito em papel” (BIBLIOTECA ACESSÍVEL). Segue recomendações do *World Wide Web Consortium* (W3C) e de linguagens como *Extensible Markup Language* (XML) e *Synchronized Multimedia Integration Language* (SMIL), internacionalmente reconhecidas e aceitas. É uma iniciativa do Consórcio DAISY, criado em 1996 na Suécia e formado por diversas organizações de mais de trinta países, como Japão, Espanha, Reino Unido, Suíça, Holanda e Suécia. Sobre o Consórcio, as autoras acrescentam sua visão, missão e metas:

- Visão: ‘Que toda informação publicada seja disponibilizada a pessoas com dificuldades de acessar a informação impressa, de forma instantânea e com baixos custos, num formato acessível, navegável e rico de potencialidades’;
- Missão: ‘Desenvolver um padrão internacional e estratégias de implementação comuns, de produção, troca e uso de DTB, em países desenvolvidos e em desenvolvimento, com especial atenção à integração com as principais tecnologias, a fim de garantir o acesso a informação para todas as pessoas com dificuldades de acessar informação impressa’;
- Metas:
 - Criar e promover um padrão internacional em favor da navegação e estrutura de DTB;
 - Estimular e promover o estabelecimento e o desenvolvimento de bibliotecas digitais baseadas em DTB, em países desenvolvidos e em desenvolvimento;
 - Maximizar a acessibilidade e utilização de livros eletrônicos e de documentos multimídia para pessoas com dificuldades de acessar informação impressa;
 - Obter reconhecimento e adoção do padrão DAISY entre os principais produtores e editoras de livros;
 - Estimular e promover o estabelecimento e o desenvolvimento de uma biblioteca digital global, que transcenda os limites geográficos, as diferenças de língua e que abrigue a diversidade cultural. (PARAGUAY; SPELTA; SIMOFUSA, 2005, p. 3-4).

Suas vantagens são poder: navegar no texto, indo e voltando ou saltando páginas, consultando seções, capítulos e parágrafos específicos (equivalente ao manuseio do livro tradicional impresso), sincronizando ou não áudio e texto, com maior velocidade e eficiência de leitura; ampliar caracteres e alterar cores do texto e do fundo, conforme necessidades individuais de leitura; acessar os equivalentes textuais das imagens; marcar locais para consulta posterior (*bookmark*); realçar partes do texto que estão sendo lidas e/ou faladas (*highlight*); ler não apenas no computador, mas também em dispositivos portáteis de áudio, em qualquer local.

Os livros DAISY contam com ferramentas próprias: os DAISY *players* para reproduzi-los em equipamentos portáteis de áudio ou computadores com os programas específicos para sua produção, conversão de formato analógico para DAISY e validação (verificam a conformidade com os padrões do formato). Dois exemplos de DAISY *players*: *software* Dirce, desenvolvido pela equipe Acessibilidade Brasil, para reprodução de livros no formato Daisy 2 e 3 e produção dos de formato Daisy 3 (BIBLIOTECA ACESSÍVEL); e o *Dorina DAISY Reader (DDReader)*, desenvolvido pela FDNC⁸⁰, somente para reprodução.

3.4 Tecnologias assistivas para acesso à informação

Também conhecidas como “ajudas técnicas”, “tecnologias adaptativas” ou “recursos tiflológicos”, as tecnologias assistivas podem ser definidas como “os produtos, instrumentos, equipamentos ou tecnologias adaptados ou especialmente projetados para melhorar a funcionalidade da pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida, favorecendo a autonomia pessoal, total ou assistida”, segundo o “Decreto 5.296” (de 2 de dezembro de 2004 apud BRASIL, 2006, p. 44)⁸¹. O termo foi criado no Brasil em 1988, a partir do conjunto de leis estadunidenses conhecido como *American with Disabilities Act* (ADA), que regula os direitos dos cidadãos com deficiência nos Estados Unidos e provê a base legal dos fundos públicos para a compra de recursos de que necessitam (PASSOS, 2010, p. 59).

⁸⁰DORINA DAISY READER. Disponível em: <<http://www.fundacaodorina.org.br/ddreader>>. Acesso em: 06 nov. 2010. Na página há dois *links* para *download*: um para o programa e outro para um exemplo de livro digital acessível: “O alienista”, de Machado de Assis.

⁸¹Capítulo 7, artigo 61.

Para Sasaki, as tecnologias assistivas podem significar a diferença entre a autonomia e não-autonomia em determinadas situações (2003, p. 4), e para González (2002, p. 26-27), objetivam proporcionar independência, qualidade de vida e inclusão social através da ampliação de sua comunicação, mobilidade, controle de seu ambiente, habilidades de seu aprendizado, competição, trabalho e integração com a família, amigos e sociedade.

As tecnologias assistivas para pessoas com deficiência visual, podem ser diversas, de acordo com o grau de visão. Smith (2002 apud VIEIRA, 2005, p. 16) cita como tecnologias básicas os ampliadores de telas, impressão a tinta com caracteres ampliados (para pessoas com baixa visão) e o braille (para cegos), além de considerar como a mais moderna tecnologia o computador equipado com sintetizador de voz. Os *softwares* de voz e o sistema operacional DOSVOX surgem na década de 1990, segundo Estabel e Moro (2004, p. 2).

Walling (1993 apud VIEIRA, 2005, p. 16) apresenta-as levando em conta o tipo de deficiência visual de seus usuários: os com cegueira podem utilizar máquina de datilografia e impressora braille, e os com baixa visão “marcadores de linhas de páginas de livros, régua e delimitadores de textos, ampliadores (iluminados ou não, com lentes, telas de TV), lâmpadas de diversas intensidades de luminosidade e até câmeras especiais (usados para a escrita)”.

Uma taxonomia foi proposta para esses recursos com base nos sentidos. Denominada “Dispositivos de Acesso à Informação voltados para o Deficiente Visual” (DAIDV), divide-se assim: “geradores de informação visual ampliada”, para pessoas com baixa visão (ampliadores de tela, sistemas de circuito fechado de televisão e lentes); “geradores de informação auditiva”, para pessoas com baixa visão e cegas (Braille falado⁸², gravadores de fita cassete e sintetizadores de voz); “geradores de informação tátil”, para pessoas com baixa visão e cegas (impressoras e máquinas de datilografia braille, regletes, terminais de acesso em braille para computadores e copiadoras em alto relevo); “geradores de informação olfativa e gustativa” (categorias ainda vazias) e “transcritores”, para pessoas com baixa visão e cegas (leitores de tela de computador, sistemas de reconhecimento de caracteres ópticos (*Optical Character Recognition* – OCR), reconhecedores de voz, transcritores braille e sistemas de reconhecimento de braille ópticos (*Optical Braille Recognition* – OBR) (CARVALHO, J., 2003).

⁸²Aparelho eletrônico portátil que funciona como agenda eletrônica, editor de textos e cronômetro, segundo Carvalho (2003, p. 2).

A informática, para Alencar e Galdino (2007, p. 1-2), possibilita às pessoas com deficiência visual certa independência em algumas de suas atividades, como ler, escrever, fazer cálculos, enviar *e-mails* e navegar pela *internet*, apesar de considerarem um erro pensar que a democratização da informática irá levar à completa democratização da informação, pois a primeira é uma contribuição para a segunda, o que se constitui um processo mais amplo e envolve toda a informação produzida na sociedade, presente em vários suportes, não somente a que está na *internet*, como nos é apresentado abaixo:

A democratização da informática é, portanto, um meio para um fim maior, dado que os recursos computacionais e telemáticos são apenas ferramentas que podem potencializar a disseminação da informação, ao eliminar velhas barreiras espaciais e temporais que limitavam o fluxo informacional entre sociedades até a segunda metade do século XX. (FERREIRA, R., 2003, p. 39).

Espaços voltados para o acesso à informação em meio digital seriam como portas para a integração e inclusão de pessoas com deficiência a um mundo para muitos deles desconhecido, mundo esse que, ao tornar-se conhecido, permite que se tornem efetivamente cidadãos, com novas expectativas e sonhos, e sintam-se verdadeiramente inseridos na Sociedade da Informação (SOUTO, 2003, p. 13).

Elencaremos e apresentaremos resumidamente as principais tecnologias assistivas proporcionadas pela informática, com base nas informações presentes nos textos de Alencar e Galdino (2007, p. 1-2), Amorim, Nassif e Alves (2009, p. 30-31), Borges (1995; 1997), Grandi e Noronha (2010, p. 9-32) e Vieira (2005, p. 17-20), além do site LIVRE ACESSO e das visitas que fizemos. Citaremos, em ordem alfabética, cada tipo de recurso conforme sua funcionalidade:

- Ampliadores de tela (amplificadores de tela ou videoampliadores): *softwares* que proporcionam a ampliação de tudo que estiver exposto na tela de um monitor do computador, em vários níveis de aumento, contrastes e mudanças de cores. Há dois tipos: os que utilizam toda a tela do computador e os que usam apenas uma porção retangular da tela (janela) para agir como lente de aumento. Podem ser utilizados por pessoas capazes de ler, pelo menos, fontes com altura de 5 centímetros. Exemplos: *MAGic (Magic Screen Magnification)*, *In Large 2.0*, *Lunar 95*, *LP DOS Deluxe*, *Visibility*, *IBM Screen*

Magnifier/2, Big-W, Dolphin, LentePro, ZoomText Windows e acessório “Lente de aumento” do sistema operacional *Windows*.

- Escâneres: aparelhos que fazem a cópia de textos impressos em tinta para o computador ou para si mesmos (*Poet Compact*), digitalizando-os e com possibilidade de gravá-los para futuras audições, ou mesmo externalizar as informações pela linha braille. Alguns permitem a leitura imediata do texto por voz sintetizada, com controle de volume e velocidade de leitura. Oferecem também a possibilidade de ampliação do texto na tela, com controle de fontes e contraste. Exemplos: *Poet Compact* e *OpticBook 3600 PLUSTEK*.
- Impressoras braille: impressoras que realizam a impressão de textos em braille, dos dois lados da folha (interpontada) ou de um lado apenas (não-interpontada), e algumas imprimem também desenhos e gráficos em relevo. Não existe fabricação nacional desse tipo de impressora. Exemplos: *Julliet PRO 60, Romeo 25, Romeo Pro-50, Basic D, Basic S, Tiger Pro/ Max/ Cub, Index 4x4 PRO, Impacto Texto Braille* e *Braille Express 150*.
- Leitores de tela (ou sistemas de saída de voz): conjuntos formados por sintetizadores de voz (placa de som interna ou dispositivo externo), alto-falante e *softwares* diversos, como navegadores (*browsers*) e editores de textos. Esses conjuntos permitem reproduzir em áudio, por uma voz artificial, os textos que estiverem sendo exibidos na tela do monitor, simulando a presença de um leitor. Exemplos: *Virtual Vision, DOSVOX*⁸³, *Jaws*⁸⁴, *Slimware Window Bridge, Window-Eyes, Orca Linux, NVDA, CPQD, Letra e Sinal*.
- Linhas braille (ou *Displays braille*): aparelhos de captura de informação que traduzem para o braille as informações exibidas na tela de um computador (funcionando em conjunto com o *software Jaws*, que anuncia por áudio o conteúdo das páginas) ou em um escâner, quando conectado a um dos dois. A informação é transmitida por meio de pequenos pontos

⁸³Gonçalves (2009) cita que o DOSVOX usa critérios básicos do MSDOS, e foi produzido antes mesmo do lançamento do Windows. Seu comando é acionado a partir do teclado do computador, e combina fonemas que formam palavras e frases, permitindo leitura e escrita por essa tecnologia. Possui quatro velocidades de leitura, “escolhidas mediante a intimidade que o usuário possuiu com o programa e sua acuidade auditiva”. A cada versão são disponibilizados mais recursos e melhor qualidade de voz. Borges (s.d.) apresenta as vantagens e possibilidades de aplicação do DOSVOX para modificar o acesso à informação pelas pessoas com deficiência visual em diversos contextos: educativo, profissional e inclusive em bibliotecas, entre outros. Sendo seu custo baixo e oferecendo diversos programas e o recurso de leitura de tela, torna mais facilmente possível o acesso à informação por essas pessoas em diversos ambientes e situações, segundo o autor.

⁸⁴Segundo Passos (2010, p. 64) esse *software* custa US\$ 895,00 (895 dólares). Há versões em português e inglês.

táteis que se movimentam para cima e para baixo, formando as letras e números nas celas braille, tornando legível o conteúdo ao deslize dos dedos por cima da linha braille. Costumam ser utilizadas por pessoas surdocegas, pois permitem que acessem de forma tátil as informações faladas pelo *Jaws*.

- Lupas eletrônicas (ou ampliadores de texto ou imagem): aparelhos compostos por câmera e monitor de vídeo. Coloca-se o item que se quer ampliar na parte abaixo do monitor (de base fixa ou móvel), e as informações do material selecionado são captadas pela câmera e transmitidas para o monitor. Ao ampliar as informações, as lupas regulam automaticamente o foco, evitando que as imagens fiquem embaçadas ou ilegíveis. Podem ampliar até 600 vezes o tamanho natural, e algumas oferecem fundos coloridos para um contraste mais confortável para leitura (preto, branco, verde etc), além de marcadores de conteúdos, que possibilitam destacar ou selecionar apenas o trecho que se está lendo, escurecendo os demais espaços ocupados na tela. Exemplo: *Smartview Xtend*.
- Mesas táteis: equipamentos que possuem telas sensíveis ao toque e permitem integração com arquivos em áudio. Criam-se textos em áudio para apresentar conteúdos referentes às imagens ou aos gráficos que estão sendo exibidos, e ao tocar na tela, o áudio correspondente ao lugar onde se tocou é executado. Exemplo: T3.
- *Softwares* reconhecedores de caracteres ópticos (OCR): permitem digitalizar imagens de textos, através de um escâner, transformando-as em textos editáveis. Quando estão integrados aos leitores de tela, pode-se ouvir os textos com voz sintetizada ou salvá-los em arquivos (conforme a preferência). Exemplos: *OPENBook*, *Omnipage PRO* e *Recognita PLUS*.
- *Softwares* transcritores de textos em braille (ou *softwares* tradutores de braille): *softwares* que preparam textos digitados diretamente neles ou importados de editores de textos, para impressão em braille. Exemplos: *Braille Fácil*, *Winbraille*, *Braille Creator* e *Duxbury Braille Translator*.
- Teclados com caracteres ampliados: semelhantes aos teclados comuns no tamanho e na funcionalidade, possuem as letras impressas nas teclas em tamanho aproximadamente 400% maior que o tradicional e contraste mais intenso devido às cores das teclas. Podem

ser, por exemplo, de cor preta com as teclas pretas e caracteres em branco, ou de cor preta com as teclas em amarelo e os caracteres em preto. Exemplo: *Keys-U-See*.

- Termofusoras: equipamentos que reproduzem em relevo as imagens ou textos já desenhados ou impressos em tinta em uma folha de papel emborrachado. A folha entra pela termofusora (semelhante a passar um fax), e, ao entrar em contato com o calor, dentro dela, as linhas desenhadas com grafite ou tinta preta ganham relevo (quanto mais grossas as linhas, maior o relevo), liberando depois a folha já modificada. Exemplo: *ZY-Fuse Heater*.

A lupa eletrônica, por exemplo, é um recurso muito útil para pessoas com baixa visão, pois além de facilitar a leitura, proporciona autonomia para essas pessoas. Seu funcionamento e algumas de suas vantagens são expostos a seguir:

Nelson Katayama, editor dos livros falados produzidos pela [Biblioteca Louis] Braille [do Centro Cultural São Paulo], afirma que a lupa pode ajudar muito quem tem baixa visão e até mesmo quem enxerga bem. ‘Com ela você consegue ler até bula de remédio sem maiores problemas’, brinca. A facilidade se dá por conta da capacidade de ampliação que chega a 67 vezes o tamanho normal.

Para Nelson, que utiliza o equipamento diariamente, o uso da lupa permite ao portador de deficiência visual ser mais independente. ‘Se você recebe uma conta, o seu holerite ou qualquer particularidade sua que você não quer dar pra ninguém ler, é só vir aqui e ler’.

Edvaldo [dos Santos, funcionário da mesma biblioteca citada] acrescenta que um portador de deficiência visual que mora sozinho pode utilizar o equipamento para ver suas contas, sem ter que pedir que ninguém faça isso por ele. Além disso, [...] destaca o fato de a lupa ser, muitas vezes a abertura para a leitura. ‘Uma pessoa que tem visão parcial e não sabe Braille, não tem contato com as letras. Então, se ela tiver acesso ao aparelho, pode comprar um livro, colocar na lupa e ver como essas palavras são escritas e ter a independência de ler um livro’. Outra questão importante é a possibilidade de tirar as próprias conclusões sobre a leitura. ‘Muitas vezes, alguém lê com má vontade ou interpreta um texto errado e você fica com uma informação equivocada’. (LIVRE ACESSO).

O MEC, em sua “Portaria Ministerial do MEC nº 3.284”, de 7 de novembro de 2003, determina a garantia de equipamentos e TIC para pessoas com deficiência visual, como compromisso a ser honrado pela instituição de ensino em que estiverem matriculadas, quando solicitado por elas, além de considerar a adoção de um “plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico em braille e de fitas sonoras para uso didático” (BRASIL, 2006, p. 84).

Torres, Mazzoni e Mello (2007, p. 377-379) apresentam que em relação às pessoas com deficiência visual, superadas as dificuldades referentes à aprendizagem básica (ler, escrever, calcular, orientar-se espacialmente e deslocar-se com autonomia), constatam-se como as maiores dificuldades o acesso à informação e à comunicação, relacionadas às áreas citadas.

Hoje, muitas das limitações foram eliminadas com os atuais recursos tiflológicos, e, quando as pessoas têm acesso a mais de um deles, acabam por estabelecer preferências entre eles: alguns se sentem mais ativos com leitores de tela do que com gravações sonoras ou preferem ler em braille somente textos pequenos, e outros preferem realizar a leitura no computador por esse permitir que assinalem nos textos pontos de interesse, façam cópias e anotações, além de realizar buscas de termos específicos no texto, construir índices e pesquisar por meio deles, dentre outras possibilidades. A preferência, segundo os autores, não é resultante da vontade da pessoa, mas está condicionada às capacidades dela.

Dentro desse novo contexto tecnológico, o acesso a textos digitais com o uso de ajudas técnicas específicas e a estrutura de organização do documento, tais como títulos, subtítulos e marcadores, utilizados como metadados, facilitam a leitura em leitores de tela e também a montagem de índices e sistemas de buscas que permitem localização de informações específicas, atuando favoravelmente nos processos de pesquisa e constituição de conhecimento.

PARTE II – ABORDAGEM DO TERRENO

4 A ACESSIBILIDADE À INFORMAÇÃO NA PRÁTICA

4.1 Casos apontados na literatura

Para Jacinto (2008, p. 98; 101-102), quando a biblioteca pública adapta toda sua estrutura para atender às pessoas com deficiência, inclusive seu acervo, viabiliza o exercício de seus direitos, possibilitando a diminuição das diferenças causadas pelo isolamento que a própria sociedade impõe às pessoas citadas. A autora afirma que a sociedade em que vivemos divide as pessoas em classes (as que têm e as que não têm acesso à informação), e nesse sentido a biblioteca pública age como neutralizadora dessa divisão, tornando-se um espaço onde as pessoas da comunidade queiram estar, seja para estudar, ler, se informar ou apenas para lazer.

Passos (2010, p. 136-137) revela que a biblioteca não é vista por seus entrevistados como um espaço acolhedor, pois é um espaço sem adequação física e tecnológica, em relação à acessibilidade, para receber o usuário com deficiência visual, levando-se em conta aspectos como acervo, sinalização tátil, catálogo eletrônico e outros. Um dos entrevistados cita que os sumários poderiam estar digitalizados, para que pudessem ser lidos por leitores de tela, evitando perda de tempo e conseguindo selecionar melhor os materiais que serão úteis, de forma mais independente, sem precisar de colegas de curso e profissionais da biblioteca para isso. A falta de um recurso como esse (disponibilizar o sumário de forma acessível) e de iniciativas acolhedoras de atendimento a esses usuários, revelam que há uma barreira atitudinal na biblioteca, seja por desconhecimento ou por falta de iniciativa da equipe, além da carência de informação acessível. A autora cita como pode-se transformar esse cenário, em diversos aspectos, e citaremos abaixo algumas das sugestões de mudanças em relação à infraestrutura e às políticas (na dimensão das barreiras de acessibilidade informacional), por estarem mais diretamente relacionadas ao contexto de nossa pesquisa:

Infraestrutura

- IES [Instituições de Ensino Superior] e Bibliotecas com ambientes acessíveis a todos os tipos de deficiência;
- Desenvolvimento de catálogos bibliográficos digitais acessíveis e com informações mais completas sobre o conteúdo das obras;
- Instalação de ferramentas de acessibilidade básicas (*softwares* leitores de tela, *softwares* de digitalização);
- Aquisição de equipamentos e ferramentas de acessibilidade que ampliem os níveis de acessibilidade (computador, *scanner*, *discman*);

- Desenvolvimento de produtos acessíveis como bases de dados referenciais locais sumarizadas e digitalização de livros e textos;
- Desenvolvimento de coleções em Braille, em livro digital acessível, em livro falado;
- Implantação, por parte das bibliotecas, de serviços de revisão bibliográfica dos trabalhos acadêmicos. (PASSOS, 2010, p. 151).

[...]

Políticas

- Promoção de políticas e ações governamentais para que o Deficiente visual tenha garantias mínimas de acessibilidade informacional e de infraestrutura em escolas, universidades e bibliotecas públicas;
- Desenvolvimento, por parte das bibliotecas, de canais de cooperação com editoras para disponibilização de livros em arquivo com extensão txt ou PDF desprotegido, para uso exclusivo de deficientes visuais;
- Desenvolvimento, por parte das bibliotecas, de canais de cooperação com Fundações e ONGs [organizações não-governamentais] especializadas em programas voltados para deficientes visuais. (PASSOS, 2010, p. 152).

González (2002) afirma que não é difícil adequar bibliotecas para que sejam acessíveis, e cita quais ações poderiam se realizadas para isso:

Primeiramente, é necessário trabalhar com as questões relacionadas ao desenho universal, ou seja, colocação de rampas, maçanetas tipo alavancas, mesas e terminais de consulta na altura correta. Em segundo lugar, o treinamento da equipe é fundamental para o atendimento adequado das pessoas com deficiência. Devem saber distinguir os diferentes tipos de deficiência, como se comportar com os usuários e manipular as tecnologias assistivas. Em terceiro lugar, começa o processo de equipar a biblioteca com tecnologias assistivas de primeira necessidade, ou seja, sintetizadores de voz, teclados e mouses adaptados. Pode ser deixado por último o serviço virtual pois não é difícil de ser desenvolvido, bastando, no mínimo, apenas um *e-mail* para contato com a biblioteca. (GONZÁLEZ, 2002, p. 64-65).

Na obra “Educação inclusiva: o que o professor tem a ver com isso?”, cita-se como a biblioteca ou a sala de leitura de um ambiente escolar pode ser acessível, além de destacar a importância da comunicação visual acessível a pessoas com todos os tipos de deficiência. A biblioteca deve contar com:

- acesso físico sem desnível ou catracas;
- mesas onde se encaixam cadeiras de rodas;
- acesso virtual (via computador e *Internet*);
- acervo em braile, fitas cassete e CD-ROM;
- serviço de orientação estimulante e adequado às necessidades dos diversos tipos de usuários;
- prazo prolongado para devolução;
- cartões de autorização para que terceiros retirem e devolvam livros;
- assistentes para acesso ao acervo;
- assistentes para leitura (letores de livros para cegos);
- lupas ou lentes de aumento;

- intérprete de Língua Brasileira de Sinais [LIBRAS];
- salas de vídeo com televisores com sistema de legendas ocultas para seus usuários surdos. A maioria dos novos modelos de TV já sai de fábrica com esse dispositivo de acionamento opcional chamado “*closed caption*”, através do qual tudo o que é dito aparece legendado na tela. Porém, ainda não são todas as emissoras de TV que oferecem o serviço de legendagem em sua programação. (EDUCAÇÃO..., p. 34-35).

Em exemplos de várias cidades brasileiras, presentes na literatura estudada, pudemos perceber estudos de caso e iniciativas diversas realizadas para tornar acessível a informação para pessoas com deficiência visual, indo além dos já citados IBC e FDNC, que produzem livros em braille e falados. Grande parte da literatura trata de comissões, programas e/ou laboratórios de acessibilidade criados em bibliotecas universitárias, mas há também referência a espaços e/ou setores braille de bibliotecas tradicionais públicas e de escolas, além de catálogos e serviços especializados, como alguns que citamos a seguir:

- Acervo Bibliográfico Especializado do Instituto Benjamin Constant – IBC, Rio de Janeiro-RJ (FERREIRA; OLIVEIRA; PINTO, 2006);
- Acervo Braille da Biblioteca Álvares de Azevedo, São Paulo-SP (página da Biblioteca no site do Sistema Municipal de Bibliotecas);
- Acervo Braille da Biblioteca Mário Schenberg, São Paulo-SP (página da Biblioteca no site do Sistema Municipal de Bibliotecas);
- Acervo Braille da Biblioteca Padre José de Anchieta, São Paulo-SP (página da Biblioteca no site do Sistema Municipal de Bibliotecas);
- Acervo Braille da Biblioteca Paulo Setúbal, São Paulo-SP (página da Biblioteca no site do Sistema Municipal de Bibliotecas);
- Acervo Braille da Biblioteca Pedro da Silva Nava, São Paulo-SP (página da Biblioteca no site do Sistema Municipal de Bibliotecas);
- Acervo Braille da Biblioteca Prefeito Prestes Maia, São Paulo-SP (página da Biblioteca no site do Sistema Municipal de Bibliotecas);
- Audioteca Sal & Luz, Rio de Janeiro-RJ (DALLABRIDA; LUNARDI, 2008);
- Audioteca Virtual de Letras da Universidade Federal de Pelotas – UFPel, Pelotas-RS (FONTANA; VERGARA NUNES, 2006);
- Biblioteca Braille José Álvares de Azevedo do Centro Cultural Marieta Teles Machado, Goiânia-GO (BARBOZA; MACEDO; FERREIRA, 2005)

- Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, *campus* de Trindade, Florianópolis-SC (MAZZONI et al, 2001);
- Biblioteca Circulante de Livro Falado da Fundação Dorina Nowill para Cegos, São Paulo-SP (FUNDAÇÃO DORINA NOWILL PARA CEGOSb);
- Biblioteca da Escola José Álvares de Azevedo – Rio Grande-RS (JAEGER; DE CUARTAS; PIZZATTI, 1985);
- Biblioteca de São Paulo, São Paulo-SP (página da Biblioteca no site do Sistema Municipal de Bibliotecas);
- Biblioteca Digital e Sonora da Universidade de Brasília – UnB, Brasília-DF (BIBLIOTECA DIGITAL...);
- Biblioteca do Instituto Santa Luzia, Porto Alegre-RS (ESTABEL; MORO, 2004)
- Biblioteca Infantil do Instituto Benjamin Constant – IBC, Rio de Janeiro-RJ (FERREIRA; OLIVEIRA; PINTO, 2006);
- Biblioteca Louis Braille do Centro Cultural São Paulo – CCSP, São Paulo-SP (LUNA, 2007; LIVRE ACESSO; página da Biblioteca no site do Sistema Municipal de Bibliotecas);
- Biblioteca Louis Braille do Instituto Benjamin Constant – IBC, Rio de Janeiro-RJ (ALENCAR; GALDINO, 2007; FERREIRA, A., 2008; FERREIRA; OLIVEIRA; PINTO, 2006);
- Biblioteca Nacional de Brasília – BNB, Brasília-DF (MIRANDA; LEITE; SUAIDEN, 2008);
- Catálogo Coletivo de Livros em Braille e Livros Falados (CCL/Braille), São Paulo-SP (CATÁLOGO...);
- Centro de Acessibilidade ao aluno Deficiente Visual da Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC-Camp, Campinas-SP (CARVALHO; ARANHA; MORAES, 2001);
- Centro de Apoio ao Deficiente Visual – CADV e desenvolvimento de acervo especializado na Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte-MG (FONTANA; VERGARA NUNES, 2006; SILVEIRA, 2006);
- Clube da Boa Leitura – Rio de Janeiro-RJ (ANDRADE, 1995)
- Comissão Permanente de Apoio aos Alunos Portadores de Deficiência – CODE e Coleção braille da Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina-PR (FERNANDES; AGUIAR, 2000);
- Divisão Braille da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, Belo Horizonte-MG (ESTEVES, 1975; RABELLO, 1989);

- Espaço Braille da Biblioteca do Centro Universitário SENAC, *campus* de Santo Amaro, São Paulo-SP (PASSOS; VEIRA, 2008; PASSOS; VIEIRA; SAHEKI, 2008);
- Laboratório de Acessibilidade da Biblioteca Central da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR, Curitiba-PR (O USUÁRIO...)
- Laboratório de Acessibilidade da Biblioteca Central Cesar Lattes, da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Campinas-SP (PUPO; MELO; PÉREZ FÉRREZ, 2006);
- Laboratório de Ensino e Material Didático do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo-SP (SILVEIRA, 2006, p. 4);
- Programa de Atendimento a Grupos Especiais de Usuários Deficientes Visuais – PROVER, parceria entre Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, FESC e Sistema Integrado de Bibliotecas do Município de São Carlos – SIBI-São Carlos, São Carlos-SP (MORAES, 2008);
- Programa de Promoção de Acessibilidade – PPA e Serviço de informação ao usuário da Biblioteca Universitária da Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul, Florianópolis-SC (SOUZA; MANOEL, 2008);
- Programa Disque Braille (COUTTO, 2001; SILVEIRA, 2006);
- Programa Interdisciplinar de Pesquisa e Apoio a Excepcionalidade – PROPAE, da Universidade Estadual de Maringá – UEM, Maringá-PR (MAZZONI, TORRES, ANDRADE, 2001)
- Sala de Acesso à Informação e Laboratório de Apoio Didático para Portadores de Necessidades Especiais da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas-SP (SOUTO, 2003);
- Seção Braille da Biblioteca Central Prof. Clodoaldo Beckmann da Universidade Federal do Pará – UFPA, Belém-PA (MOREIRA, 2008);
- Serviço Braille da Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, João Pessoa-PB (HENRIQUES; PEREIRA, 1998; PEREIRA; CHAGAS, 1998);
- Serviço especial de informação para deficientes visuais da Faculdade de Ciências e Letras (FCLAr) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, Araraquara-SP (BATISTA et al, 2008);
- Setor Braille da Biblioteca Central da Universidade de Uberaba – UNIUBE, Uberaba-MG (SOUTO, 2003; SOUTO; ROSA, 2003);
- Setor Braille da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, Florianópolis-SC (MACHADO; OBIRA, 1998);

- Setor Braille do Núcleo de Educação Especial (NEDESP) do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, João Pessoa-PB (AZEVEDO; BONIFÁCIO, 1999).

4.2 Bibliotecas públicas da cidade de São Paulo: três exemplos

Entre as várias bibliotecas públicas da cidade de São Paulo, escolhemos visitar três, que apresentam características distintas entre si. As visitas aconteceram no final do mês de outubro de 2010. As informações foram recolhidas de suas páginas na *internet* e durante as visitas, e os dados relativos às quantidades de acervo e empréstimo são médias ou do mês de setembro ou outubro de 2010.

Nosso objetivo, ao visitar as bibliotecas selecionadas, foi conhecer as possibilidades de acesso à informação em bibliotecas públicas paulistanas, considerando inclusive os tipos de recursos informacionais e equipamentos presentes. Gostaríamos também de ter podido conversar com vários usuários dessas bibliotecas, mas isso não foi possível por indisponibilidade de tempo. Encontramos um usuário numa das bibliotecas, e conversamos brevemente com ele, mas o mesmo não pôde acontecer nas outras.

Há um contrato do Sistema Municipal de Bibliotecas com a Fundação Dorina Nowill, que tem duração de 5 anos, e trata da aquisição de 40 títulos por ano (selecionados pelos representantes das bibliotecas). Esse contrato e as doações recebidas dos usuários e instituições é que tornam possível o crescimento permanente dos acervos, além de sua atualização.

Primeiramente visitamos a Biblioteca Mário Schenberg, que possui tanto o tradicional acervo em tinta das bibliotecas públicas como em braille (em menor proporção). Depois, visitamos a Biblioteca Louis Braille, que possui acervo destinado exclusivamente às pessoas com deficiência visual, com obras em braille e áudio. Ao final, fomos à Biblioteca de São Paulo, de inauguração recente e acessível desde seu projeto, que possui também uma coleção de livros em braille e em áudio, além do acervo em tinta.

Durante as visitas descobrimos que os catálogos eletrônicos das três não são acessíveis, e que ainda não há uma alternativa para mudar essa situação. Não há empréstimo entre as bibliotecas e outras, ficando sob responsabilidade de cada usuário seu deslocamento ou contato com a unidade que tiver a obra e o empréstimo, sem qualquer mediação.

Os três locais nos pareceram espacialmente acessíveis para pessoas com deficiência visual chegarem até seus acervos braille e falado, contando com rampas, escadas e elevadores para chegarem até ele (somente o acervo infantil da Biblioteca de São Paulo está no térreo, dispensando o uso de elevador).

4.2.1 Biblioteca Mário Schenberg

Inaugurada em 1953 na Rua Doze de Outubro, como Biblioteca Francisco Pati, mudou-se para seu atual prédio em 1966, na Rua Catão. Em 6 de outubro de 2005 seu nome foi alterado para Biblioteca Pública Mário Schenberg⁸⁵, época em que passou a ser temática de Ciências, entre outros motivos, por sua proximidade à Estação Ciência da USP.

Essa biblioteca possui dois acervos além do geral, comum a todas às bibliotecas da rede municipal: um temático de Ciências e o do Núcleo de Apoio ao Deficiente Visual (NADEVI). Os três acervos totalizam mais de 60 mil volumes, sendo que o do NADEVI possui cerca de 700 títulos em braille (livros e periódicos) e livros falados, incluindo os periódicos que ainda não foram catalogados no sistema.

O Núcleo de Apoio à Pessoa com Deficiência Visual (NADEVI)⁸⁶, em 1990, foi fundado por Leila Bernaba Jorge Klas, funcionária que nele permanece até hoje. Está integrado, no mesmo espaço, com o telecentro e a sala de empréstimos.

⁸⁵BIBLIOTECA MÁRIO SCHENBERG. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bibliotecas/bibliotecas_bairro/bibliotecas_m_z/marioschenberg/index.php?p=169>. Acesso em: 20 out. 2010.

⁸⁶NÚCLEO DE APOIO AO DEFICIENTE VISUAL – NADEVI. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bibliotecas/bibliotecas_bairro/bibliotecas_m_z/marioschenberg/index.php?p=175>. Acesso em: 15 out. 2010.

Os empréstimos dos itens do acervo do NADEVI podem ser feitos pessoalmente ou por envio pelo cecograma (quando solicitados por telefone ou carta, por usuários cadastrados moradores de São Paulo ou de outras cidades brasileiras), podendo ser renovados desde que não haja reservas, ou consultados no local. Os empréstimos do mês de outubro foram: 35 livros em braille, 82 livros falados, 15 periódicos em braille, e as consultas totalizaram 40.

Durante a conversa com a funcionária que nos recebeu, foi citado que a maioria do acervo tem suas obras disponíveis nos dois suportes (áudio e impresso em braille), e a preferência dos 50 a 55 usuários que frequentam a biblioteca mensalmente recai sobre a versão em áudio.

Antigamente nesse espaço havia voluntários leitores, que liam livros infantis para que a funcionária pudesse transcrevê-los para o braille, atendendo às solicitações de usuários. Atualmente tal serviço não é necessário, pois o convênio do Sistema Municipal de Bibliotecas com a FDNC supre essa necessidade, disponibilizando os livros em braille e em áudio.

O acervo é composto por vários periódicos em braille, como Diário de Notícias (português), Diário Braille, as revistas Ponto a Ponto, Poliedro (portuguesa), Rosa dos Ventos, Pontinhos (infantil) e Revista Brasileira para Cegos – as duas últimas publicadas pelo IBC. Do Diário Braille possuem uma edição em letras ampliadas, para pessoas com baixa visão. Entre os livros, há didáticos, dicionários especializados e de língua portuguesa e estrangeira, literatura nacional e estrangeira. Há duas versões da Bíblia nesse acervo: a impressa em braille, editada em 2000, com 39 partes publicadas em 33 volumes⁸⁷; e em audiolivro, em dois formatos, com 18 unidades de CD em formato áudio e 6 em formato MP3.

Quando alguma obra que um usuário procura não faz parte do acervo, a funcionária consulta o catálogo das outras bibliotecas do Sistema Integrado de Bibliotecas e também de outras que possam ter. Hoje os itens que compõem o acervo já vêm tratados tecnicamente (o processamento técnico é feito de forma centralizada, fora das bibliotecas), então a funcionária, por ter deficiência visual, coloca identificações adicionais em braille nas capas para que possa identificar o acervo pelo tato, tais como: localização, título e autor.

⁸⁷Para ilustrarmos novamente, citaremos as dimensões somente do 1º volume da 1ª parte: 33 cm de altura, 25 cm de largura e aproximadamente 3,5 cm de espessura.

Os recursos presentes na sala do NADEVI, além do acervo citado, são: 2 computadores adaptados (1 deles com *Virtual Vision* e o outro com *Linux*), 1 lupa eletrônica, 3 máquinas de datilografia braille, diversas regletes e punções, além do alfabraille⁸⁸. Um dos computadores foi doado e o outro foi comprado.

Nessa biblioteca conseguimos presenciar a visita de um usuário com baixa visão, com quem conversamos um pouco. Ele relatou que gosta de ir a todas as bibliotecas que forem possíveis, inclusive de municípios próximos, mesmo as que não possuem livros em braille ou falados. Disse que encontra diferentes atendimentos, mas que na maioria das vezes é atendido de forma acolhedora, pois os funcionários se prontificam a fazer cópias em xerox dos itens que tiverem em tinta (para que depois ele possa ler com um ledor), ou mesmo ler as informações presentes nos itens escolhidos durante a sua visita (atuando como leitores). Foram raras as vezes em que sugeriram que ele fosse para uma outra biblioteca. Em relação às suas preferências, diz que prefere o livro falado em fita cassete para fazer leituras de lazer, mas quando a finalidade de sua leitura é didática prefere o braille, inclusive porque o ajuda a relembrar a grafia das palavras; quanto ao livro digital, diz que não possui acesso por não contar com computador adequado para isso em casa, e mesmo para *internet*. Comentou conosco também que solicitou um livro para a FDNC, mas que terá que aguardar por 9 meses, pois não existe ainda no catálogo (quando já existe na coleção, o tempo diminui para 1 mês de espera)⁸⁹.

Nesse local se oferecem também aulas de braille⁹⁰, para pessoas com e sem deficiência visual que ainda não usam esse sistema. O curso é oferecido pela funcionária do NADEVI, que é cega, e as aulas são individuais e marcadas conforme a disponibilidade de tempo do aluno, sem duração pré-estabelecida, variando conforme o ritmo de aprendizagem. Os videntes compõem a maioria dos interessados, tanto por curiosidade como por desejarem ser voluntários (desses, a maioria é composta por senhoras aposentadas). Os poucos voluntários

⁸⁸Recurso didático usado para ensino do braille, para que o usuário se familiarize com os pontos da cela braille. É composto por uma tábua retangular de madeira, que em toda superfície possui furos grandes, que são preenchidos ou não por pinos de metal com cabeça arredondada, compondo as letras e números na cela braille, organizados em ordem alfabética e numérica.

⁸⁹Passos (2010, p. 134) revela que a ausência de material em braille atualizado acaba tornando a informação que está em formato digital mais acessível, como relatam alguns de seus entrevistados. No caso desse usuário com quem conversamos, como prefere usar materiais didáticos em braille e também tem dificuldade para acessar a informação em formato digital, acaba sendo duplamente prejudicado por esse contexto em relação ao acesso à informação.

⁹⁰Há um curso *on-line* gratuito de braille para videntes, o Braille Virtual. Ele é oferecido pela Faculdade de Educação da USP e está disponível em: <<http://www.braillevirtual.fe.usp.br>>.

que colaboram com a Biblioteca atuam como leitores de livros (gravam livros falados em casa) ou convertem as obras que ainda estão em fita cassete para CD, e ninguém atualmente atua como leitor presencialmente na biblioteca.

4.2.2 Biblioteca Louis Braille do Centro Cultural São Paulo

A Biblioteca Louis Braille do CCSP⁹¹, única de acervo completamente destinado a pessoas com deficiência visual, entre as unidades municipais de São Paulo, foi idealizada por Dorina Nowill e inaugurada em 29 de abril de 1947, por Lenyra Fraccarolli, que viabilizou que esse ideal de Dorina se realizasse. Visando inicialmente atender ao público infantil, transcrevendo as obras em tinta do acervo da Biblioteca Monteiro Lobato (da qual Lenyra era diretora) para o braille.

Aos poucos foi diversificando e ampliando seu acervo, incluindo obras didáticas e literárias (para incluir também adultos), e também seus serviços: além das transcrições de obras para o braille, gravações em áudio, atividades de integração e vivências artísticas. Em 1986 foi incorporada como uma das coleções especiais da Divisão de Bibliotecas do CCSP, devido inclusive à sua localização (mais acessível), ficando estabelecida na Rua Vergueiro. Desde 2007 está instalada próximo à Biblioteca Sérgio Milliet (de acervo generalista), e conta com elevador acessível junto à sua entrada.

É considerada a maior do gênero no Brasil. Seu acervo dispõe de 1.295 títulos de audiolivros e 4.986 de livros em braille, além de periódicos nacionais em braille e falados. Obras didáticas e paradidáticas (para alunos do ensino fundamental, médio e universitário), literatura brasileira, portuguesa e infanto-juvenil são a maioria do acervo, que conta com doações do IBC, da FDNC, da Audioteca Sal & Luz e das entidades religiosas espíritas Grupo Espírita Emmanuel (GEEM) e Sociedade Pró-Livro Espírita em Braille (SPLEB).

⁹¹Fontes: BIBLIOTECA LOUIS BRAILLE. Disponível em: <http://www.centrocultural.sp.gov.br/biblioteca_louis_braille.asp>. Acesso em: 20 out. 2010.; LIVRE ACESSO – Programa de acessibilidade do Centro Cultural São Paulo. **Sobre a Braille**. Disponível em: <<http://www.centrocultural.sp.gov.br/acessibilidade/braille.htm>>. Acesso em: 20 out. 2010.

Alguns itens de seu acervo são descartados todo mês, por já não apresentarem condições de uso (os em braille perderam a legibilidade ou as fitas não estão mais audíveis), mas outros também são integrados ao acervo: no mês anterior, foram descartados 31 antigos e entraram 40 novos volumes.

Atendeu cerca de 240 usuários em setembro (em média 9 por dia para a biblioteca e 8 para utilizar *internet*), realizando cerca de 250 empréstimos de todo o seu acervo, que têm duração de 15 dias para audiolivros e 30 dias para os impressos em braille, com uma renovação, além dos didáticos poderem ser emprestados durante o ano letivo. Seus cadastrados totalizam 1.409 usuários, em todo o Brasil. A maioria das visitas são para consultas às obras didáticas em braille, e dos empréstimos a maioria é de obras também em braille (quase 75% do total).

Em 2003 a Biblioteca passou a oferecer acesso à *internet*, quando o projeto “Abrindo os olhos”, em parceria com a IBM Brasil (*International Business Machines* do Brasil), doou 17 computadores adaptados. Doações da IBM, da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência (SMPED) e da Sociedade Amigos da Biblioteca Braille é que ajudam a manter essa biblioteca e a Biblioteca Sérgio Milliet bem equipadas. Pode-se encontrar recursos como lupa eletrônica (somente na Sérgio Milliet), linha braille, escâneres, *headsets* (fones de ouvido com microfone acoplado) e *softwares Virtual Vision, OPENBook, Braille Fácil, Accessibility Works e MAGic*.

Atua também como editora, transcrevendo os livros tradicionais para o braille e gravando audiolivros no estúdio do CCSP, além de realizar atividades culturais, desenvolvidas periodicamente, como exposições e palestras. Até 2007 oferecia cursos de braille, ministrados por seus funcionários (dos 14 funcionários apenas 4 são videntes). Conta com o apoio de 47 voluntários videntes, que atuam como leitores de obras em tinta para a confecção das cópias únicas em braille (digitadas pelas funcionárias cegas na máquina braille) ou para as gravações dos livros falados⁹², ajudam no escaneamento e revisão dos textos que servirão como matrizes para posteriores impressões em papel, e fazem encadernação dos livros em braille.

⁹²Realizam a “leitura branca”.

4.2.3 Biblioteca de São Paulo

Em seu site⁹³, a Biblioteca de São Paulo apresenta que sua estrutura foi planejada para oferecer conforto, autonomia e atenção ao usuário, que é considerado o elemento central da biblioteca. Seu edifício está localizado próximo à estação Carandiru do Metrô, na Avenida Cruzeiro do Sul. Foi inaugurada em fevereiro de 2010.

Conta com uma equipe de acessibilidade, formada por monitores para fazerem atendimento e orientação sobre o espaço (desde a recepção), além de instruírem os usuários em relação ao uso das tecnologias assistivas disponíveis. A biblioteca atende cerca de 1.100 pessoas diariamente, entre crianças, jovens, adultos e idosos (nesses inclusos cerca de 50 pessoas com deficiência ao mês), e seu prédio está adaptado para dar mobilidade e conforto a todos, contando com mapa tátil do espaço como um todo (na entrada), legendas em braille para sinalização de esculturas, elevadores, escadas e espaços fechados (salas, seções e auditórios), além de letras em relevo nos balcões, para que sejam tocados.

A acessibilidade é um dos itens do menu principal do site, e em seu texto de apresentação há a citação de que essa biblioteca está alinhada com as diretrizes da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Dispõe de algumas tecnologias assistivas e mobiliário ergonômico que auxiliam a leitura de pessoas com deficiência visual e cadeirantes. As mesas têm altura regulável e apoiadores que se estendem lateralmente, tornando o apoio mais confortável, além de contar com suportes para livros e prendedores de metal que auxiliam na fixação temporária das páginas no suporte. No futuro pretendem ter folheadores automáticos, visando atender pessoas que não possuem mobilidade nos braços.

Coleções de quadrinhos, livros, revistas e jornais nacionais e internacionais compõem 30 mil títulos no acervo para adultos e 5 mil no infanto-juvenil⁹⁴, ambos contendo parte das publicações de livros e periódicos em braille e em áudio, o que revela a preocupação em atender pessoas com deficiência visual de diferentes idades. O acervo para pessoas com deficiência visual foi em parte doado pela FDNC e em parte comprado da mesma instituição,

⁹³BIBLIOTECA DE SÃO PAULO. Disponível em: <<http://www.bibliotecadesaopaulo.org.br/>>. Acesso em: 20 out. 2010.

⁹⁴Não foram fornecidas as quantidades de livros e periódicos em braille e audiolivros, e nem o total de empréstimos desses itens.

e recebe doações correntes também, como as de periódicos (revistas Ponto a Ponto e Revista Brasileira para Cegos). O acervo para esse público dispõe de atlas, periódicos e obras literárias em braille e áudio. Realizam empréstimos de até 10 itens em braille ou audiolivros, por 30 dias, podendo haver 1 renovação.

Entre as tecnologias assistivas disponíveis, há 4 computadores com teclados com caracteres ampliados (1 na seção infanto-juvenil e 3 na de adultos), instalados com os *softwares* NVDA, DOSVOX e *Window-Eyes*, além de 2 lupas eletrônicas, 1 impressora braille, 1 linha braille, 2 escâneres *Poet Compact*, 1 termofusora e 1 mesa tátil. A biblioteca pretende, no futuro, também poder produzir audiolivros e materiais em braille, mas no momento ainda não dispõe de condições para isso.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na abordagem crítica da literatura selecionada para este trabalho e nas informações recolhidas nas visitas às bibliotecas citadas, podemos perceber que a acessibilidade ainda não foi totalmente incorporada aos serviços dedicados às pessoas com deficiência visual, apesar de possuírem recursos informacionais acessíveis, tecnologias assistivas e, principalmente, equipes acessíveis, acolhedoras às pessoas com deficiência.

Tal problema ficou evidenciado nas bibliotecas visitadas: seus catálogos eletrônicos são uma barreira de acesso à informação à distância, pois não são acessíveis, e a ausência de empréstimo entre bibliotecas também se revela como um fator negativo, apesar da possibilidade de envio por correio dos itens selecionados ser um serviço que facilita bastante a vida do usuário, evitando que se desloque até a biblioteca somente para fazer o empréstimo. Quando o usuário vai presencialmente a esses espaços encontra informação acessível, mas somente dessa forma, pois nenhuma delas possui biblioteca virtual (o acesso só pode ser presencial para consulta).

As bibliotecas que possuem os dois tipos de acervo (em tinta e em braille e áudio) possuem um acervo considerável, mas em relação ao acervo em tinta, a quantidade de obras que possuem ainda não é tão representativa e atualizada em relação às em tinta. Mas ao considerarmos que a maioria das bibliotecas públicas não possui esse acervo acessível, redirecionando os usuários que as procuram para bibliotecas como essas (não os considerando como público-alvo, nem oferecendo a possibilidade de empréstimo de obras de outra unidade sem deslocamento do usuário, fazendo com que ele precise ir até a outra unidade para conseguir a obra), já é uma vantagem haver pelo menos uma biblioteca com acervo acessível em cada região da cidade, apesar de não serem grandes seus acervos.

Muitos dos exemplos citados na literatura não dispunham de tecnologias assistivas e acervo acessível no começo, e, ao se depararem com o primeiro usuário com deficiência visual, se mobilizaram e transformaram a situação da forma como puderam: comprando tecnologias assistivas e recursos informacionais acessíveis, escaneando obras em tinta para que fossem legíveis no computador ou impressas em braille, gravando livros falados etc. Suas equipes foram se sensibilizando e preparando melhor, pesquisando e conhecendo mais sobre os

recursos e atitudes possíveis nesse contexto. O que facilitou também esse processo é que o tema e a legislação apontam para a necessidade urgente da acessibilidade numa sociedade que se pretende inclusiva, então hoje há muitas fontes para se informar sobre isso.

Catálogos integrados, como o CCL/Braille e o da Prefeitura, também facilitam a consulta desde que sejam legíveis por diferentes leitores de tela, pois proporcionam que se saiba à distância onde estão localizadas fisicamente as obras que se buscam, e seriam ideais se pudessem estar integrados com outras bibliotecas brasileiras, em rede. Nesse contexto ideal, seria possível um empréstimo via correio, por existir o cecograma (como duas das bibliotecas visitadas por nós realizam), e o usuário selecionaria antes os itens que quisesse, consultando os sumários e já efetuando seu pedido.

Pequenos detalhes, como os sumários digitalizados, escaneados ou digitados de livros e periódicos impressos em tinta (disponíveis nos catálogos das bibliotecas, fossem em arquivos produzidos por ela ou em citações de *links* que direcionassem aos sumários nos *sites* dos editores), podem estar disponíveis nos catálogos. Com sumários legíveis por leitores de tela, evitariam deslocamento desnecessário do usuário com deficiência visual até a biblioteca para selecionar quais materiais são interessantes para sua pesquisa, além de, inclusive, precisarem contar com leitores no momento de sua visita para saber o conteúdo de cada recurso informacional (colegas de curso, familiares ou profissionais da biblioteca). Esse detalhe revela ausência de autonomia e independência no acesso à informação no momento da busca e também posteriormente, pois os itens selecionados precisariam ser lidos por leitores ou equipamentos que fizessem a leitura ou transformassem a informação, para que se tornasse acessível. Se puderem ser escolhidos a distância e pedidos por telefone ou *e-mail*, poderiam, se o usuário assim preferisse e os materiais estivessem impressos em braille, ser enviados por correio, criando uma situação favorável à autonomia e à independência.

Alguns dos *softwares* que citamos são gratuitos e muitos dos equipamentos são caros, mas há que se levar em conta que todos são importantes, e assim devem ser considerados pelas bibliotecas, para que seus usuários com deficiência visual possam sentir-se de fato usuários. Impressoras braille são mais rápidas e produtivas que máquinas manuais de datilografia braille, e escâneres com recursos de transformar o texto em tinta para áudio ou arquivo legível por leitor de tela são alternativas para transformar, no próprio local, uma obra em tinta em uma obra acessível para esses usuários, por exemplo. O custo inicial de compra desses

equipamentos pode ser alto, mas do ponto de vista de benefícios, melhoram significativamente a acessibilidade e o atendimento a esses usuários, de forma realmente inclusiva. Dependendo do equipamento, de sua durabilidade e do uso que dele se faz, basta ter uma unidade, e ela pode não precisar ser substituída por muitos anos.

Em relação às tecnologias assistivas, as três bibliotecas visitadas possuem itens de qualidade, em número suficiente para o uso que é feito deles diariamente, mas consideramos que não sejam suficientes caso muitos dos usuários cadastrados fossem usá-los simultaneamente. Os números relativos à frequência de usuários e empréstimos são altos em relação aos usuários frequentadores, mas baixos ao considerarmos o total de registrados na biblioteca para realizar esse serviço. Considerando os mais de 687 mil moradores de São Paulo que possuem deficiência visual e o total de acervos e recursos disponíveis nas bibliotecas públicas paulistanas, percebemos que uma minoria é frequentadora desses espaços, seja por desconhecimento ou outros motivos. Se toda essa população se tornasse usuária assídua dessas bibliotecas, seria evidente a necessidade de expansão de acervos, tecnologias assistivas, espaço físico, equipes habilitadas e empréstimos.

Obviamente, a situação ideal pressupõe que todas as bibliotecas públicas pudessem disponibilizar equipamentos, equipes e acervos acessíveis, tornando-se de fato públicas e inclusivas, não segregando os acervos em setores, seções ou bibliotecas especializadas, criando espaços exclusivos para o público com deficiência visual. Nessa impossibilidade, entretanto, a existência de pelo menos uma biblioteca especializada como a Louis Braille em cada região da cidade, em um local de fácil acesso e com acervo de fato representativo, já tornaria o acesso à informação muito melhor, tanto no sentido de facilitar o deslocamento do usuário até ela quanto de encontrar informação de forma autônoma e independente na biblioteca.

Muitos livros literários são impressos em braille ou gravados em áudio, mas nem todos os didáticos, por exemplo, estão na mesma condição de publicação e disseminação. Há que se esperar meses para tê-los se ainda não estiverem acessíveis, e se pudessemos contar com recursos em todas as bibliotecas, poderia haver uma rede de bibliotecas que compartilhasse seus acervos, podendo produzir as obras em seus espaços e emprestando-as entre suas unidades, constituindo um acervo de fato compartilhado e acessível, sem que o usuário

precisasse aguardar tanto tempo e se deslocar até outra biblioteca para tal (atuando em rede de fato, por ser parte de um todo, e não somente por compartilharem um catálogo comum).

Além dessa integração entre as bibliotecas, devemos apontar também a necessidade de criar um diálogo com os editores, que pudessem ceder os arquivos digitais das obras que publicam, facilitando muitíssimo o acesso à informação. Se fossem cedidos facilmente, poderiam estar disponibilizados em todas as bibliotecas da rede e ser lidos pelos leitores de tela ou impressos em braille em qualquer das unidades.

Sem acesso não pode haver apropriação da informação. O acesso é condição essencial para a apropriação, e negá-lo, seja por questões pessoais ou por falta de recursos tecnológicos ou financeiros, é impedir que muitas pessoas acessem o conhecimento registrado e impresso em tinta, não podendo compartilhar as mesmas leituras com pessoas videntes de forma simultânea, nem dialogar e construir seu conhecimento dentro e fora de sala de aula. Muitas dessas pessoas não dispõem de recursos para leitura em casa (computadores, por exemplo), ou nem mesmo podem contar com leitores, na maioria das vezes. Se nas bibliotecas isso for possível, seu acesso à informação estará minimamente assegurado.

Encontrar toda informação ou obra que se busca, de forma acessível, pronta para ser lida de forma tátil ou por tecnologia assistiva, ainda é uma realidade distante, mas não impossível para as pessoas com deficiência visual, como podemos perceber.

6 REFERÊNCIAS

ABREU, Elza Maria de Araújo Carvalho et al. **Braille?!**: o que é isso?. São Paulo: Fundação Dorina Nowill para Cegos, 2008. (Série Dorina Nowill).

AGUILERA, João Vítor; AMARAL, Sérgio Tibiriçá. Sociedade, segregação social e deficiente visual. **Encontro de Iniciação Científica das Faculdades Integradas Antonio Eufrásio De Toledo**, Presidente Prudente, v. 4, n. 4, 2008. Disponível em: <<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/view/1737/1654>>. Acesso em: 02 maio 2010.

ALEGRE, Maria José. **A deficiência visual**. 1995. Disponível em: <<http://deficienciavisual.com.sapo.pt/txt-adeficienciavisual.htm>>. Acesso em: 11 ago. 2010.

ALENCAR, Marcelo Sampaio de; GALDINO, Josenildo Ferreira. Evolução dos sistemas de acessibilidade para os invisuais. In: ENCONTRO DE EXTENSÃO DA UFCG, 4., 2007; MUCA – MOSTRA UNIVERSITÁRIA DE CIÊNCIA, CULTURA E ARTE, 4., 2007. **Anais eletrônicos...** Campina Grande: Universidade Federal de Campina Grande, 2007. Disponível em: <http://www.ufcg.edu.br/~proex/iv_enc_ext/Artigos/Tecnologia/EVOLU%C7%C3O%20DOS%20SISTEMAS%20DE%20ACESSIBILIDADE%20PARA%20OS%20INVISUAIS.pdf>. Acesso em: 02 maio 2010.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco. Informação pública: conceitos e espaços. In: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (Org.). **Atuação profissional na área de informação**. São Paulo: Polis, 2004. p. 73-81. (Palavra-chave, 14).

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco. Leitura, mediação e apropriação da informação. In: SANTOS, Jussara Pereira (Org.). **A leitura como prática pedagógica na formação do profissional da informação**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação, Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil, 2007. p. 33-45.

AMORIM, Célia Maria de; NASSIF, Maria Christina; ALVES, Maria Glicélia. **Escola e deficiência visual**: como auxiliar seu filho. São Paulo: Fundação Dorina Nowill para Cegos, 2009. (Série Dorina Nowill).

ANDRADE, Elora de Souza Leão. A experiência do Clube da Boa Leitura no Rio de Janeiro. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS BRAILLE - SENABRAILLE, 1., 1995, João Pessoa. **Bibliotecas Braille**: os desafios do século XXI. Organização de Marília Mesquita Guedes Pereira. João Pessoa: UFPB Editora Universitária, 1998. p. 100-101. Publicado em: REVISTA BRASILEIRA DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO. São Paulo: FEBAB, v. 26-28, 1995-1997.

ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. O fenômeno informacional na Ciência da Informação: abordagem teórico-conceitual. In: CASTRO, César Augusto (Org.). **Ciência da Informação e Biblioteconomia: múltiplos discursos**. São Luís: EDUFMA; EDFAMA, 2002. p. 11-34.

ASSOCIAÇÃO DE DEFICIENTES VISUAIS E AMIGOS – ADEVA. Textos interessantes. **Visão subnormal**. [s. d.] Disponível em: <http://www.adeva.org.br/textosinteressantes/visao_subnormal.htm>. Acesso em: 06 nov. 2010.

AZEVEDO, Maria Carolina Albuquerque de; BONIFÁCIO, Valéria Amaral Veras. Experiências e dificuldades do setor Braille do NEDESP. **Revista Benjamin Constant**, n. 14, dez. 1999. Disponível em: <http://200.156.28.7/Nucleus/media/common/Nossos_Meios_RBC_RevOut1999_Relato.doc>. Acesso em: 25 ago. 2010.

BAPTISTA, Maria Isabel S. Dias. Convivendo com as diferenças. In: PUPO, Deise Tallarico; MELO, Amanda Meincke; PÉREZ FERRÉS, Sofia (Org.). **Acessibilidade: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas**. Campinas: UNICAMP/Biblioteca Central Cesar Lattes, 2006. p. 13-16. Disponível em: <http://styx.nied.unicamp.br:8080/todosnos/artigos-cientificos/livro_acessibilidade_bibliotecas.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2009.

BARANAUSKAS, Maria Cecília Calani. Prefácio. In: PUPO, Deise Tallarico; MELO, Amanda Meincke; PÉREZ FERRÉS, Sofia (Org.). **Acessibilidade: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas**. Campinas: UNICAMP/Biblioteca Central Cesar Lattes, 2006. p. 08-09. Disponível em: <http://styx.nied.unicamp.br:8080/todosnos/artigos-cientificos/livro_acessibilidade_bibliotecas.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2009.

BARBOZA, Maria Eunice Soares; MACEDO, Murillo de Melo; FERREIRA, Bruna Dias Ferreira. Catálogo de assunto informatizado através do Programa Fichavox. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS BRAILLE - SENABRAILLE, 4., 2005, São Paulo. **A inclusão social do deficiente visual: educação, digital e emprego**. São Paulo: SENAC, 2005. Disponível em <http://www.sp.senac.br/downloads/cas/trabalhos_apresentados_iv_senabraille.doc>. Acesso em: 25 abr. 2010.

BATISTA, Eliane Martiniano Teixeira et al. Implantação de serviço especial de informação para deficientes visuais: ações na biblioteca universitária. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 15., 2008, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: CRUESP Bibliotecas, 2008. Disponível em: <<http://www.sbu.unicamp.br/snbu2008/anais/site/pdfs/2953.pdf>>. Acesso em: 02 maio 2010.

BIBLIOTECA ACESSÍVEL. Disponível em: <<http://www.acessobrasil.org.br/CMS08/seo-principal-71.htm>>. Acesso em: 10 out. 2010.

BIBLIOTECA CIRCULANTE DO LIVRO FALADO. **Informação** (mensagem pessoal). Mensagem recebida por <grazielajackyman@yahoo.com.br> em 10 nov. 2010.

BIBLIOTECA CIRCULANTE DO LIVRO FALADO. **LIDA** (mensagem pessoal). Mensagem recebida por <grazielajackyman@yahoo.com.br> em 10 nov. 2010.

BIBLIOTECA DE SÃO PAULO. Disponível em: <<http://www.bibliotecadesaopaulo.org.br/>>. Acesso em: 20 out. 2010.

BIBLIOTECA DIGITAL E SONORA. Disponível em: <<http://bds.bce.unb.br/>>. Acesso em: 10 out. 2010.

BIBLIOTECA LOUIS BRAILLE. Disponível em: <http://www.centrocultural.sp.gov.br/biblioteca_louis_braille.asp>. Acesso em: 20 out. 2010.

BIBLIOTECA MÁRIO SCHENBERG. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bibliotecas/bibliotecas_bairro/bibliotecas_m_z/marioschenberg/index.php?p=169>. Acesso em: 20 out. 2010.

BORGES, José Antonio. Acesso do deficiente visual ao livro escrito através do Sistema DOSVOX. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS BRAILLE - SENABRAILLE, 1., 1995, João Pessoa. **Bibliotecas Braille**: os desafios do século XXI. Organização de Marília Mesquita Guedes Pereira. João Pessoa: UFPB Editora Universitária, 1998. p. 69-71. Publicado em: REVISTA BRASILEIRA DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO. São Paulo: FEBAB, v. 26-28, 1995-1997.

BORGES, José Antonio. Ampliadores de tela de computador: uma visão geral. **Revista Benjamin Constant**, Rio de Janeiro, n. 8, dez. 1997. Disponível em <http://www.ibc.gov.br/media/common/Nossos_Meios_RBC_RevDez1997_Artigo3.doc>. Acesso em: 25 abr. 2010.

BORGES, José Antonio. **DOSVOX**: um novo acesso dos cegos à cultura e ao trabalho. [s.d.] Disponível em: <<http://www.ibc.gov.br/?itemid=100>>. Acesso em: 02 maio 2010.

BRAILLE virtual. Disponível em: <<http://www.braillevirtual.fe.usp.br/>>. Acesso em: 30 out. 2010.

BRASIL. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. **Acessibilidade**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006. Disponível em: <http://www.apilms.org/menu/downloads/livro_acessibilidade.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2010. Coletânea da legislação brasileira referente à acessibilidade.

BRASIL. LEI N.º 9.045, de 18 de maio de 1995. Autoriza o MEC e o MinC a disciplinarem a obrigatoriedade de reprodução, pelas editoras de todo o País, em regime de proporcionalidade, de obras em caracteres braille, e a permitir a reprodução, sem finalidade lucrativa, de obras já divulgadas, para uso exclusivo de cegos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 de maio

de 1995. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L9045.htm>>. Acesso em: 12 ago. 2010.

BRASIL. LEI N.º 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 de fev. 1998. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L9610.htm>>. Acesso em: 12 ago. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Normas técnicas para a produção de textos em Braille**. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12671%3Anormas-tecnicas-para-a-producao-de-textos-em-braille&catid=192%3Aseesp-esducacao-especial&Itemid=860>. Acesso em: 21 ago. 2010.

BRASIL. Secretaria dos Direitos Humanos. Portaria nº 2.344/2010, de 03 de novembro de 2010. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 05 de novembro de 2010. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.gov.br/pessoas-com-deficiencia-1/conade/Portaria_n_2.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2010.

CAIADO, Katia Regina Moreno. **Aluno deficiente visual na escola: lembranças e depoimentos**. Campinas: Editora Autores Associados; PUC-Campinas, 2003. (Educação Contemporânea).

CARVALHO, José Oscar Fontanini de et al. Uma taxonomia para os dispositivos de acesso à informação voltados para o deficiente visual. In: SEMINÁRIO ACESSIBILIDADE, TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E INCLUSÃO DIGITAL – ATIID, 2., 2003, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: Universidade de São Paulo/Faculdade de Saúde Pública, 2003. Disponível em: <<http://www.fsp.usp.br/acessibilidade>>. Acesso em: 02 maio 2010.

CARVALHO, José Oscar Fontanini de. A tecnologia apoiando os deficientes visuais no ensino superior – a experiência da PUC Campinas. In: BARZOTTO, Valdir Heitor; GHILARDI, Maria Inês (Org.). **Mídia, educação e leitura**. São Paulo: Anhembi Morumbi, Associação de Leitura do Brasil, 1999. p. 229-240.

CARVALHO, José Oscar Fontanini de; ARANHA, Maria Cristina Luz Fraga Moreira; MORAES, Mônica Cristina Martinez de. Apoiando os deficientes visuais no ensino superior: o projeto de acessibilidade aos alunos da PUC Campinas. In: SEMINÁRIO ACESSIBILIDADE, TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E INCLUSÃO DIGITAL – ATIID, 1., 2001, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001. Disponível em: <<http://www.fsp.usp.br/acessibilidade>>. Acesso em: 25 abr. 2010.

CARVALHO, Sílvia Helena Rodrigues de. Recursos de informática para pessoas com baixa visão. In: PUPO, Deise Tallarico; MELO, Amanda Meincke; PÉREZ FERRÉS, Sofia (Org.).

Acessibilidade: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas. Campinas: UNICAMP/Biblioteca Central Cesar Lattes, 2006. p. 74-80. Disponível em: <http://styx.nied.unicamp.br:8080/todosnos/artigos-cientificos/livro_acessibilidade_bibliotecas.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2009.

CATÁLOGO COLETIVO DE LIVROS EM BRAILLE E LIVROS FALADOS – CCL/Braille. Disponível em: <<http://dedalus.usp.br:4500/ALEPH/por/BRL/BRL/BRAILLE>>. Acesso em: 06 nov. 2010.

CERQUINHO, Helena Olímpia Herrmann. **Equipamentos especiais para serviços de informação aos portadores de deficiência visual:** revisão de literatura. 1993. 68 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

CORREIOS. **Cecograma.** Disponível em: <http://www.correios.gov.br/produtos_servicos/catalogo/mensagens/cecograma.cfm>. Acesso em: 25 set. 2010.

CORTES, Márcia Della Flora; LOPES, Marilisa Leite. As bibliotecas universitárias federais brasileiras e a acessibilidade das informações em seus *websites*. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 117-129, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://revista.acbsc.org.br/index.php/racb/article/view/552/677>>. Acesso em: 02 maio 2010.

COSTA, Gabriela Rodrigues Veloso da; MAIOR, Izabel Maria Madeira de Loureiro; LIMA, Niusarete Margarida de. Acessibilidade no Brasil: uma visão histórica. In: SEMINÁRIO ACESSIBILIDADE, TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E INCLUSÃO DIGITAL – ATIID, 3., 2005, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.fsp.usp.br/acessibilidade>>. Acesso em: 07 dez. 2009.

COUTTO, Mariza Leal de Meirelles do. Catálogo coletivo de livros em braille e livros falados. In: SEMINÁRIO ACESSIBILIDADE, TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E INCLUSÃO DIGITAL – ATIID, 1., 2001, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001. Disponível em: <<http://www.fsp.usp.br/acessibilidade>>. Acesso em: 02 maio 2010.

CUNHA, Marlíria Flávia Coelho da. A expressão corporal e o deficiente visual. **Revista Benjamin Constant**, ano 10, n. 28, ago. 2004. Disponível em: <http://www.ibc.gov.br/media/common/Nossos_Meios_RBC_RevAgo2004_Artigo_2.rtf>. Acesso em: 25 ago. 2010.

DALLABRIDA, Adarzilse Mazzuco; LUNARDI, Geovana Mendonça. O acesso negado e a reiteração da dependência: a biblioteca e o seu papel no processo formativo de indivíduos cegos. **Cadernos Cedex**, Campinas, v. 28, n. 75, p. 191-208, maio/ago. 2008. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v28n75/v28n75a04.pdf>>. Acesso em: 07 dez. 2009.

DE PAULA, Sonia Nascimento. **Acessibilidade à informação em bibliotecas universitárias e a formação do bibliotecário**. 2009. 118 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2009.

DECLARAÇÃO universal dos direitos do homem. Disponível em: <<http://www.boes.org/un/porhr-b.html>>. Acesso em: 13 ago. 2010.

DEFICIÊNCIA visual. Organização Marta Gil. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria da Educação a distância, 2000. (Cadernos da TV Escola, 1) Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me000344.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2010.

FUNDAÇÃO DORINA NOWILL PARA CEGOS. **Dia Nacional do Livro**: Dia Nacional do Livro e os livros na Fundação. São Paulo: Fundação Dorina Nowill para Cegos, [atual.] mar. 2010. Texto enviado n mensagem: BIBLIOTECA CIRCULANTE DO LIVRO FALADO. **Informação** (mensagem pessoal). Mensagem recebida por <grazielajackyman@yahoo.com.br> em 10 nov. 2010.

DORINA DAISY READER. Disponível em: <<http://www.fundacaodorina.org.br/ddreader>>. Acesso em: 06 nov. 2010.

DUDU DA BREKA. Disponível em: <http://www.fundacaodorina.org.br/FDNC/email_mkt/dudu/dudu.html>. Acesso em: 06 nov. 2010.

DUTRA, Claudia Pereira. Parecer sobre a grafia da palavra “braille”. **Revista Benjamin Constant**, Rio de Janeiro, ano 11, n. 31, p. 27, ago. 2005. Disponível em: <http://www.ibr.gov.br/media/common/Nossos_Meios_RBC_RevAgo2005_Informe.doc>. Acesso em: 14 out. 2010.

EDUCAÇÃO inclusiva: o que o professor tem a ver com isso?. Coordenação Marta Gil. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Ashoka Brasil, 2005.

ESPERANÇA, Fabiano Boghossian. **O que é o sorobã**. Disponível em: <<http://intervox.nce.ufrj.br/~fabiano/soroba.htm>>. Acesso em: 13 set. 2010.

ESTABEL, Lizandra Brasil; MORO, Eliane Lourdes da Silva. O uso das tecnologias de informação e de comunicação na pesquisa escolar: um estudo de caso com os PNEEs com limitação visual. **Revista Renote**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, 2004. Disponível em: <http://www.cinted.ufrgs.br/renote/nov2004/artigos/a10_tecnologias_pnees.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2010.

ESTABEL, Lizandra; MORO, Eliane Lourdes da Silva. Capacitação de bibliotecários com limitação visual pela educação à distância em ambientes virtuais de aprendizagem. **Ciência**

da Informação, Brasília, v. 35, n. 3, p. 209-217, set./dez. 2006. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/810/652>>. Acesso em: 02 maio 2010.

ESTEVES, Thereza Maria Sotto-Maior. O setor braille da Biblioteca Pública de Minas Gerais “Prof. Luis de Bessa”. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, p. 273-277, set. 1975.

FERNANDES, Dirce Missae Suzuki; AGUIAR, Izabel Maria de. O deficiente visual e a Biblioteca Central da UEL: relato de experiência. SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 11., 2000, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2000. Disponível em: <<http://snbu.bvs.br/snbu2000/docs/pt/doc/t061.doc>>. Acesso em: 02 maio 2010.

FERREIRA, Ana Fátima Berquó Carneiro. Biblioteca Louis Braille do Instituto Benjamin Constant: assegurando ao deficiente visual acesso ao conhecimento. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 282-290, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://revista.acb.org.br/index.php/racb/article/view/554/679>>. Acesso em: 02 maio 2010.

FERREIRA, Ana Fátima Berquó Carneiro; OLIVEIRA, Maria Isabel da Silva; PINTO, Mariane Costa. Biblioteca Louis Braille: os olhos para aquele que não vê. **Revista Benjamin Constant**, n. 35, dez. 2006. Disponível em: <http://200.156.28.7/Nucleus/media/common/Nossos_Meios_RBC_RevDez2006_Artigo3.doc>. Acesso em: 06 abr. 2010.

FERREIRA, Rubens da Silva. A sociedade da informação no Brasil: um ensaio sobre os desafios do Estado. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 36-41, jan./abr. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v32n1/15971.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2010.

FLEXA, Raimunda Miguelina Alves. Disque Braille/USP. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS BRAILLE - SENABRAILLE, 1., 1995, João Pessoa. **Bibliotecas Braille: os desafios do século XXI**. Organização de Marília Mesquita Guedes Pereira. João Pessoa: UFPB Editora Universitária, 1998. p. 43-48. Publicado em: REVISTA BRASILEIRA DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO. São Paulo: FEBAB, v. 26-28, 1995-1997.

FONTANA, Marcus Vinícius Liessem; VERGARA NUNES, Elton. Educação e inclusão de pessoas cegas: da escrita braille à internet. **Revista Fafibe On-line**, Bebedouro, ano 2, n. 2, maio 2006. Disponível em: <http://www.fafibe.br/revistaonline/arquivos/marcusfontana_educacaoeinclusaodepessoascegas.pdf>. Acesso em: 02 maio 2010.

FRANCO, João Roberto; DIAS, Tárzia Regina da Silveira. A pessoa cega no processo histórico: um breve percurso. **Revista Benjamin Constant**, ano 11, n. 30, p. 03-09, 2005. Disponível em: <http://www.ibc.gov.br/media/common/Nossos_Meios_RBC_RevAbr2005_Artigo%201.doc>. Acesso em: 06 abr. 2010.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Biblioteca pública:** princípios e diretrizes. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2000. (Documentos técnicos, 6)

FUNDAÇÃO DORINA NOWILL PARA CEGOS [a]. Produtos. **Livros e revistas falados.** Disponível em: <<http://www.fundacaodorina.org.br/FDNC/produtos.html>>. Acesso em: 25 abr. 2010. A página contém informações também sobre a Biblioteca Circulante do Livro Falado da Fundação Dorina Nowill para Cegos.

FUNDAÇÃO DORINA NOWILL PARA CEGOS [b]. **Serviços.** Disponível em: <<http://www.fundacaodorina.org.br/FDNC/servicos.html>>. Acesso em: 06 nov. 2010.

FUNDAÇÃO DORINA NOWILL PARA CEGOS. Biblioteca Circulante do Livro Falado. **Regulamento.** São Paulo: Fundação Dorina Nowill para Cegos, jan. 2010.

GARCEZ, Eliane Maria Stuart; RADOS, Gregório J. Varvakis. Biblioteca híbrida: um novo enfoque no suporte à educação à distância. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 44-51, maio/ago. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v31n2/12907.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2010.

GONÇALVES, Ana Lúcia Palma. **A voz do ator vidente:** o caminho sonoro para o ator com deficiência visual. 2009. Disponível em: <<http://www.livrofalado.pro.br/artigo-a-voz.html>>. Acesso em: 25 abr. 2010.

GONZÁLEZ, Camilla Juliana. **Biblioteca acessível:** serviços de informação para usuários com deficiência. 2002. 77 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

GRANDI, Antonio Carlos; NORONHA, Paulo. **Informática e deficiência visual:** uma relação possível?. São Paulo: Fundação Dorina Nowill para Cegos, 2010. (Série Dorina Nowill).

HALEWEEL, Laurence. O livro para cegos. In: **O livro no Brasil:** sua história. Tradução Maria da Penha Villalobos, Lólio Lourenço de Oliveira e Geraldo Gerson de Souza. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005. p. 749-751. Localizado dentro do § 216 do capítulo 21, intitulado “Na nova república”.

HENRIQUES, Eduardo José da Silva; PEREIRA, Marília Mesquita Guedes. Automação no Serviço Braille da Biblioteca Central da UFPB. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS BRAILLE - SENABRAILLE, 1., 1995, João Pessoa. **Bibliotecas Braille:** os desafios do século XXI. Organização de Marília Mesquita Guedes Pereira. João Pessoa: UFPB Editora Universitária, 1998. p. 49-57. Publicado em: REVISTA BRASILEIRA DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO. São Paulo: FEBAB, v. 26-28, 1995-1997.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001. 1 CD-ROM.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **IBGE e CORDE abrem encontro internacional de estatísticas sobre pessoas com deficiência**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=438&id_pagina=1>. Acesso em: 21 ago. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Tabela 1.4.1 - População residente, por tipo de deficiência, segundo a situação do domicílio e os grupos de idade – Brasil**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/populacao/deficiencia_Censo2000.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2010.

JACINTO, Solange de Oliveira. A biblioteca pública e os deficientes físicos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 89-104, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.febab.org.br/rbbd/ojs-2.1.1/index.php/rbbd/article/viewFile/92/146>>. Acesso em: 02 maio 2010.

JAEGER, Leyla Gama; DE CUARTAS, Enriqueta G. D.; PIZZATTI, Margaret Germano. Uma biblioteca de livre acesso para cegos. **Biblios**, Rio Grande, v. 1, p. 09-21, 1985.

LEMOS, Edison Ribeiro; CERQUEIRA, Jonir Bechara. O sistema braille no Brasil. **Revista Benjamin Constant**, Rio de Janeiro, n. 2, jan. 1996. Disponível em <<http://www.ibc.gov.br/?itemid=99>>. Acesso em: 25 abr. 2010.

LIRA, Miriam Cristina Frey de; SCHLINDWEIN, Luciane Maria. A pessoa cega e a inclusão: um olhar a partir da psicologia histórico-cultural. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 28, n. 75, p. 171-190, maio/ago. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v28n75/v28n75a03.pdf>>. Acesso em: 06 abr. 2010.

LIVRE ACESSO – Programa de acessibilidade do Centro Cultural São Paulo. **Sobre a Braille**. Disponível em: <<http://www.centrocultural.sp.gov.br/acessibilidade/braille.htm>>. Acesso em: 20 out. 2010.

LIVRO DIGITAL ACESSÍVEL – LIDA. Disponível em: <<http://www.lida.org.br/>>. Acesso em: 25 abr. 2010.

LUNA, Cláudia Nunes de. **Acessibilidade à informação e cultura**: reflexões sobre políticas públicas inclusivas. 2007. 86 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MACHADO, Alzemi; OBIRA, Maria Lourdes Blatt. Comunidade dos deficientes visuais da Grande Florianópolis e o Setor Braille da Biblioteca Pública do Estado de SC [Santa Catarina]. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS BRAILLE - SENABRAILLE, 1., 1995, João Pessoa. **Bibliotecas Braille: os desafios do século XXI**. Organização de Marília Mesquita Guedes Pereira. João Pessoa: UFPB Editora Universitária, 1998. p. 111-123. Publicado em: REVISTA BRASILEIRA DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO. São Paulo: FEBAB, v. 26-28, 1995-1997.

MARQUES, Vítor Alberto da Silva. Problemas e perspectivas no acesso à informação para cegos. **Boletim ABDF**, Brasília, v. 7, n. 3, p. 40-42, jul./set. 1984.

MAZZONI, Alberto Angel et al. Aspectos que interferem na construção da acessibilidade em bibliotecas universitárias. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 30, n. 2, p. 29-34, maio/ago. 2001. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/184/163>>. Acesso em: 06 abr. 2010.

MAZZONI, Alberto Angel; TORRES, Elisabeth Fátima. A percepção dos alunos com deficiência visual acerca das barreiras existentes no ambiente universitário e seu entorno. **Revista Benjamin Constant**, ano 11, n. 30, p. 10-17, abr. 2005. Disponível em: <http://www.ibr.gov.br/media/common/Nossos_Meios_RBC_RevAbr2005_Artigo%202.doc>. Acesso em: 02 maio 2010.

MAZZONI, Alberto Angel; TORRES, Elisabeth Fátima; ANDRADE, José Marcos Bastos. Admissão e permanência de estudantes com necessidades educativas especiais no ensino superior. **Acta Scientiarum**, Maringá, v. 23, n. 1, p. 121-126, 2001. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/viewFile/2751/1890>>. Acesso em: 02 maio 2010.

MELO, Amanda Meincke. Acessibilidade e design universal. In: PUPO, Deise Tallarico; MELO, Amanda Meincke; PÉREZ FERRÉS, Sofia (Org.). **Acessibilidade: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas**. Campinas: UNICAMP/Biblioteca Central Cesar Lattes, 2006. p. 17-20. Disponível em: <http://styx.nied.unicamp.br:8080/todosnos/artigos-cientificos/livro_acessibilidade_bibliotecas.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2009.

MÍDIA e deficiência. Coordenação de Veet Vivarta. Brasília: Andi; Fundação Banco do Brasil, 2003. (Diversidade, 2). Disponível em: <http://www.andi.org.br/_pdfs/Midia_e_deficiencia.pdf>. Acesso em: 02 maio 2010.

MIRANDA, Antonio. **Ter ou não ter, eis a questão: algumas reflexões em torno da disponibilidade e acessibilidade documentária**. 2005. Disponível em: <http://www.antoniomiranda.com.br/ciencia_informacao/art_terounaoter.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2009.

MIRANDA, Antonio; LEITE, Cecília; SUAIDEN, Emir. A biblioteca híbrida na estratégia da inclusão digital na Biblioteca Nacional de Brasília. **Inclusão social**, Brasília, v. 3, n. 1, p. 17-23, out. 2007/mar. 2008. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/inclusao/index.php/inclusao/article/viewFile/116/112>>. Acesso em: 02 maio 2010.

MORAES, Lourdes de Souza. Espaço Braille: leitura e informação para a cidadania. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 251-258, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://revista.acbsc.org.br/index.php/racb/article/view/563/687>>. Acesso em: 02 maio 2010.

MOREIRA, Silvia Maria Bitar de Lima. Acessibilidade à informação aos deficientes visuais na Biblioteca Central Clodoaldo Beckmann da UFPA. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 15., 2008, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: CRUESP/Bibliotecas, 2008. Disponível em: <<http://www.sbu.unicamp.br/snbu2008/anais/site/pdfs/3581.pdf>>. Acesso em: 02 maio 2010.

MORIGI, Valdir José; PAVAN, Cleusa. Tecnologias de informação e comunicação: novas sociabilidades nas bibliotecas universitárias. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 1, p. 117-125, jan./abril 2004. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/72/69>>. Acesso em: 24 ago. 2010.

NEGRÃO, May Brooking. Reflexões sobre bibliotecas e serviços especiais braille nos estados unidos brasileiros, 1995-2001: sugestões de um caminho a percorrer. In: INTEGRAR - CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, BIBLIOTECAS, CENTROS DE DOCUMENTACAO E MUSEUS, 1, 2002, São Paulo. **Textos**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002, p. 319-333.

NÚCLEO DE APOIO AO DEFICIENTE VISUAL – NADEVI. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bibliotecas/bibliotecas_bairro/bibliotecas_m_z/marioschenberg/index.php?p=175>. Acesso em: 15 out. 2010.

O QUE as empresas podem fazer pela inclusão das pessoas com deficiência. Coordenação Marta Gil. São Paulo: Instituto Ethos, 2002. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/download/responsabilidade_social/MnPortDeficiencia.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2010.

O USUÁRIO DEFICIENTE VISUAL. Disponível em: <<http://usuariodeficientevisual.blogspot.com>>. Acesso em: 25 set. 2010.

OLIVEIRA, Regina Fátima Caldeira de; CERQUEIRA, Jonir Bechara. Por que os livros em braille são necessários?. **Revista Benjamin Constant**, Rio de Janeiro, n. 34, ago. 2006. Disponível em <http://200.156.28.7/Nucleus/media/common/Nossos_Meios_RBC_RevAgo2006_Palavra_Final.doc>. Acesso em: 25 abr. 2010.

ONG, Walter J. *Orality and literacy: the technologizing of the word*. London: Routledge, 2002.

PARAGUAY, Ana Isabel Bruzzi Bezerra; SPELTA, Lêda Lúcia; SIMOFUSA, Miriam Hitomi. DTB (*Digital Talking Book*), LDF (Livros Digitais Falados), DAISY (*Digital Accessible Information System*) ou Livros Digitais DAISY – uma (outra) maneira de se ler. In: SEMINÁRIO ACESSIBILIDADE, TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E INCLUSÃO DIGITAL – ATIID, 3., 2005, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.fsp.usp.br/acessibilidade>>. Acesso em: 07 dez. 2009.

PASSOS, Jeane dos Reis. **A Information Literacy e os deficientes visuais: um caminho para a autonomia?** 2010. 174 f. Tese (Mestrado em Ciências da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2010.

PASSOS, Jeane dos Reis; FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto. **O deficiente visual e o acesso à memória coletiva do conhecimento dos primórdios à era digital: estudo de acessibilidades e fontes informacionais acadêmicas brasileiras.** [s.d.] Disponível em: <<http://dci2.ccsa.ufpb.br:8080/jspui/bitstream/123456789/445/1/GT%205%20Txt%2012-%20FERREIRA,%20S.%20M.%20S.%20P.,PASSOS,%20J.%20dos%20R.%20O%20deficiente...pdf>>. Acesso em: 02 maio 2010.

PASSOS, Jeane dos Reis; VIEIRA, Ricardo Quintão; SAHEKI, Yuka. Leitores de telas: ferramenta de documentos acessíveis. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 15., 2008, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: CRUESP/Bibliotecas, 2008. Disponível em: <<http://www.sbu.unicamp.br/snbu2008/anais/site/pdfs/2141.pdf>>. Acesso em: 02 maio 2010.

PEREIRA, Marília Mesquita Guedes; CHAGAS, Paulo da Silva. Retrospectiva do Serviço Braille da Biblioteca Central da UFPB. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS BRAILLE - SENABRAILLE, 1., 1995, João Pessoa. **Bibliotecas Braille: os desafios do século XXI.** Organização de Marília Mesquita Guedes Pereira. João Pessoa: UFPB Editora Universitária, 1998. p. 103-109. Publicado em: REVISTA BRASILEIRA DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO. São Paulo: FEBAB, v. 26-28, 1995-1997.

PÉREZ FERRÉS, Sofia. Acessibilidade física. In: PUPO, Deise Tallarico; MELO, Amanda Meincke; PÉREZ FERRÉS, Sofia (Org.). **Acessibilidade: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas.** Campinas: UNICAMP/Biblioteca Central Cesar Lattes, 2006. p. 21-32. Disponível em: <http://styx.nied.unicamp.br:8080/todosnos/artigos-cientificos/livro_acessibilidade_bibliotecas.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2009.

PERROTTI, Edmir. A aventura de conhecer: entre a falta e o excesso de informações. **Salto para o futuro**, s. l., ano 18, n. 15, p. 03-08, set. 2008. Disponível em: <<http://www.tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/173714Aventura.pdf>>. Acesso em: 09 maio 2010.

PIERUCCINI, Ivete. Biblioteca escolar, pesquisa e construção do conhecimento. In: ROMÃO, Lucília Maria Souza (Org.). **Sentidos da biblioteca escolar**. São Carlos: Alfabeta Editora, 2008. p. 41-69.

PROJETO LIVRO FALADO. Disponível em: <<http://www.livrofalado.pro.br/index.php/>>. Acesso em: 25 ago. 2010.

PUPPO, Deise Tallarico [2006a]. Acessibilidade e inclusão: o que isso tem a ver com os bibliotecários? In: PUPPO, Deise Tallarico; MELO, Amanda Meincke; PÉREZ FERRÉS, Sofia (Org.). **Acessibilidade: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas**. Campinas: UNICAMP/Biblioteca Central Cesar Lattes, 2006. p. 10-12. Disponível em: <http://styx.nied.unicamp.br:8080/todosnos/artigos-cientificos/livro_acessibilidade_bibliotecas.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2009.

PUPPO, Deise Tallarico [2006b]. Cumprindo a legislação. In: PUPPO, Deise Tallarico; MELO, Amanda Meincke; PÉREZ FERRÉS, Sofia (Org.). **Acessibilidade: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas**. Campinas: Unicamp/Biblioteca Central Cesar Lattes, 2006. p. 39-50. Disponível em: <http://styx.nied.unicamp.br:8080/todosnos/artigos-cientificos/livro_acessibilidade_bibliotecas.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2009.

PUPPO, Deise Tallarico [2006c]. Laboratório de acessibilidade. In: PUPPO, Deise Tallarico; MELO, Amanda Meincke; PÉREZ FERRÉS, Sofia (Org.). **Acessibilidade: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas**. Campinas: Unicamp/Biblioteca Central Cesar Lattes, 2006. p. 51-61. Disponível em: <http://styx.nied.unicamp.br:8080/todosnos/artigos-cientificos/livro_acessibilidade_bibliotecas.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2009.

PUPPO, Deise Tallarico; CARVALHO, Sílvia Helena Rodrigues de; BONILHA, Fabiana Fator Gouvêa. O uso das TICs em biblioteca universitária e a inclusão de deficientes visuais: tudo a ver, nada a temer!. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 21., 2005, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Centro de Convenções, 2005. Disponível em: <http://styx.nied.unicamp.br:8080/todosnos/artigos-cientificos/O_uso_das_TICs_em.doc>. Acesso em: 02 maio 2010.

PUPPO, Deise Tallarico; CARVALHO, Sílvia Helena Rodrigues de; OLIVEIRA, Vanessa Cristina. Educação inclusiva e bibliotecas acessíveis. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 256-267, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://styx.nied.unicamp.br:8080/todosnos/artigos-cientificos/pdf-educacao-inclusiva-e-bibliotecas-acessiveis-na-teoria-e-na-pratica-atendimento-a-alunos-com-deficiencia-visual-na-biblioteca-central-cesar-lattes-da-unicamp/view>>. Acesso em: 02 maio 2010.

RABELLO, Odília Clark Peres. O deficiente visual e a Biblioteca Pública Estadual “Luiz de Bessa”. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 18, n. 1, p.39-60, mar. 1989.

RANGANATHAN, Shiyali Ramamrita. **As cinco leis da Biblioteconomia**. Tradução Tarcisio Zandonade. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2009.

REILY, Lucia. O braile na escola inclusiva. In: _____. **Escola inclusiva: linguagem e mediação**. Campinas: Papyrus, 2004. p. 139-165. (Série Educação Especial).

REILY, Lucia. Oralidade, leitura e escrita na escola inclusiva. . In: _____. **Escola inclusiva: linguagem e mediação**. Campinas: Papyrus, 2004. p. 89-111. (Série Educação Especial).

SÁ, Elizabet Dias de. Acessibilidade: as pessoas cegas no itinerário da cidadania. **Revista Benjamin Constant**, Rio de Janeiro, n. 24, abr. 2003. Disponível em <www.ibr.gov.br/?catid=4&itemid=66>. Acesso em: 25 abr. 2010.

SAMPAIO, Márcio de Oliveira. **Direitos autorais e deficientes visuais**. 2005. Disponível em: <<http://www.ferreiraemello.com.br/DetailsPage.asp?idSubItemMenu=11>>. Acesso em: 25 out. 2010.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Como chamar as pessoas que têm deficiência?**. 2009. Disponível em: <<http://www.planetaeducacao.com.br/portal/artigo.asp?artigo=1855>>. Acesso em: 13 out. 2010.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Conceito de acessibilidade**. [s.d.] Disponível em: <<http://www.bengalalegal.com/romeusasaki.php>>. Acesso em: 13 out. 2010.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. In: MÍDIA E DEFICIÊNCIA. Coordenação Veet Vivarta. Brasília: Andi; Fundação Banco do Brasil, 2003. (Diversidade, 2). Disponível em: <http://www.andi.org.br/_pdfs/Midia_e_deficiencia.pdf>. Acesso em: 02 maio 2010.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Terminologia sobre deficiência na era da inclusão**. 2010. Disponível em: <<http://www.fiemg.com.br/ead/pne/Terminologias.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2010. Versão atualizada do texto homônimo de 2003.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Vida independente na era da sociedade inclusiva**. São Paulo: RNR, 2004.

SCHWEITZER, Fernanda. A sociedade e a informação para os deficientes visuais: relato de pesquisa. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p.

273-285, jul./dez. 2007. Disponível em: <<http://revista.acb.org.br/index.php/racb/article/download/485/623>>. Acesso em: 02 maio 2010.

SILVA, Chirley Cristiane Mineiro da; TURATTO, Jaqueline; MACHADO, Lizete Helena. Os deficientes visuais e o acesso à informação. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 7, n. 1, p. 09-19, 2002. Disponível em: <<http://revista.acb.org.br/index.php/racb/article/view/368/439>>. Acesso em: 07 ago. 2010.

SILVEIRA, Júlia Gonçalves da. **Biblioteca inclusiva?:** repensando barreiras de acesso aos deficientes físicos e visuais no Sistema de Bibliotecas da UFMG e revendo trajetória institucional na busca de soluções. 2006. Disponível em: <<http://www.sociedadeinclusiva.pucminas.br/anaispdf/bibliotecainclusiva.pdf>>. Acesso em: 06 abr. 2010.

SISTEMA MUNICIPAL DE BIBLIOTECAS (São Paulo). **Acervos Especiais – Braille**. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bibliotecas/acervos_especiais/braille/index.php?p=230>. Acesso em: 18 out. 2010.

SISTEMA MUNICIPAL DE BIBLIOTECAS (São Paulo). **Catálogo geral on-line**. Disponível em: <<http://bibliotecas.prefeitura.sp.gov.br/>>. Acesso em: 15 out. 2010.

SMIT, Johanna W. Informação. In: LIMA, Yêdda Dias; SMIT, Johanna W. (Org.). **Organização de arquivos – XIV Curso de Especialização:** introdução à Arquivologia. 1 ed. São Paulo: USP/IEB, 2000. p. 19-31. v. 1.

SONZA, Andréa Poletto; SANTAROSA, Lucila Maria Costi. Ambientes digitais virtuais: acessibilidade aos deficientes visuais. **Revista Novas tecnologias na Educação**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 01-11, fev. 2003. Disponível em: <http://www.cinted.ufrgs.br/renote/fev2003/artigos/andrea_ambientes.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2010.

SOUTO, Leonardo Fernandes. Acesso à informação digital para portadores de necessidades especiais em bibliotecas universitárias: questão de ética e cidadania. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL, INFORMAÇÃO E ÉTICA – CIBERÉTICA, 2., 2003, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Associação Catarinense de Bibliotecários, 2003. Disponível em: <<http://www.ciberetica.org.br/trabalhos/anais/46-71-p1-71.pdf>>. Acesso em: 02 maio 2010.

SOUTO, Leonardo Fernandes; ROSA, Rosemar. Deficientes visuais e o acesso à informação: quando a parceria funciona. In: SEMINÁRIO SOBRE EDUCAÇÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, 4.; CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL (COLE), 14., 2003, Campinas. **Anais eletrônicos...** Campinas: Associação de Leitura do Brasil, 2003. Disponível em: <<http://www.alb.com.br/anais14/Sem10/C10012.doc>>. Acesso em: 23 jul. 2010.

SOUZA, Olga Solange Herval. **Acessibilidade:** problematizando a integração do DV no contexto escolar. [s.d.] Disponível em: <<http://intervox.nce.ufrj.br/~abedev/Texto-Olga.doc>>. Acesso em: 18 jul. 2010.

SOUZA, Salete Cecília de; MANOEL, Vanessa de Andrade. Praticando acessibilidade comunicacional: cooperação entre biblioteca universitária e programa de promoção de acessibilidade. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 07-17, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://revista.acbsc.org.br/index.php/racb/article/view/550/675>>. Acesso em: 02 maio 2010.

SUAIDEN, Emir José. **Biblioteca pública e informação à comunidade**. São Paulo: Global, 1995.

TOJAL, Amanda. Inclusão social de públicos especiais em museus e instituições culturais. In: SEMANA DOS MUSEUS, 5., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. 1 CD-ROM.

TORRES, Elisabeth Fátima; MAZZONI, Alberto Angel; ALVES, João Bosco da Mota. A acessibilidade à informação no espaço digital. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 3, p. 83-91, set./dez. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v31n3/a09v31n3.pdf>>. Acesso em: 07 dez. 2009.

TORRES, Elisabeth Fátima; MAZZONI, Alberto Angel; MELLO, Anahi Guedes de. Nem toda pessoa cega lê em braille nem toda pessoa surda se comunica em língua de sinais. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 369-385, mai./ago. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v33n2/a13v33n2.pdf>>. Acesso em: 06 abr. 2010.

VIEIRA, Ricardo Quintão. **Portador de deficiência visual:** o papel da biblioteca e inclusão deste usuário na sociedade da informação. 2005. 35 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

VOGEL, Vera Lúcia de Oliveira. Acessibilidade à informação pelo deficiente visual. **Revista Benjamin Constant**, Rio de Janeiro, n. 2, jan. 1996. Disponível em <www.ibc.gov.br/?catid=4&itemid=43>. Acesso em: 25 abr. 2010.

7 BIBLIOGRAFIA

ABREU, Elza Maria de Araújo Carvalho et al. **Braille?!: o que é isso?!**. São Paulo: Fundação Dorina Nowill para Cegos, 2008. (Série Dorina Nowill).

AGUILERA, João Vítor; AMARAL, Sérgio Tibiriçá. Sociedade, segregação social e deficiente visual. **Encontro de Iniciação Científica das Faculdades Integradas Antonio Eufrásio De Toledo**, Presidente Prudente, v. 4, n. 4, 2008. Disponível em: <<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/view/1737/1654>>. Acesso em: 02 maio 2010.

ALEGRE, Maria José. **A deficiência visual**. 1995. Disponível em: <<http://deficienciavisual.com.sapo.pt/txt-adeficienciavisual.htm>>. Acesso em: 11 ago. 2010.

ALENCAR, Marcelo Sampaio de; GALDINO, Josenildo Ferreira. Evolução dos sistemas de acessibilidade para os invisuais. In: ENCONTRO DE EXTENSÃO DA UFCG, 4., 2007; MUCA – MOSTRA UNIVERSITÁRIA DE CIÊNCIA, CULTURA E ARTE, 4., 2007. **Anais eletrônicos...** Campina Grande: Universidade Federal de Campina Grande, 2007. Disponível em: <http://www.ufcg.edu.br/~proex/iv_enc_ext/Artigos/Tecnologia/EVOLU%C7%C3O%20DOS%20SISTEMAS%20DE%20ACESSIBILIDADE%20PARA%20OS%20INVISUAIS.pdf>. Acesso em: 02 maio 2010.

ALFABETO braille. São Paulo: Fundação Dorina Nowill para Cegos, s. d.. 1 fôlder.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco. Informação pública: conceitos e espaços. In: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (Org.). **Atuação profissional na área de informação**. São Paulo: Polis, 2004. p. 73-81. (Palavra-chave, 14).

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco. Leitura, mediação e apropriação da informação. In: SANTOS, Jussara Pereira (Org.). **A leitura como prática pedagógica na formação do profissional da informação**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação, Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil, 2007. p. 33-45.

AMORIM, Célia Maria de; NASSIF, Maria Christina; ALVES, Maria Glicélia. **Escola e deficiência visual: como auxiliar seu filho**. São Paulo: Fundação Dorina Nowill para Cegos, 2009. (Série Dorina Nowill).

ANDRADE, Elora de Souza Leão. A experiência do Clube da Boa Leitura no Rio de Janeiro. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS BRAILLE - SENABRAILLE, 1., 1995, João Pessoa. **Bibliotecas Braille: os desafios do século XXI**. Organização de Marília Mesquita Guedes Pereira. João Pessoa: UFPB Editora Universitária, 1998. p. 100-101. Publicado em: REVISTA BRASILEIRA DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO. São Paulo: FEBAB, v. 26-28, 1995-1997.

ANDRADE, Marcus Vinícius Mendonça; SANTOS, Ana Rosa dos. Acesso a usuários portadores de necessidades especiais em bibliotecas universitárias: revisão de literatura. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 13., Natal, 2004. **Anais eletrônicos...** Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2004. Disponível em: <http://www.ndc.uff.br/textos/marcos_vinicius_acesso.pdf>. Acesso em: 02 maio 2010.

ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. O fenômeno informacional na Ciência da Informação: abordagem teórico-conceitual. In: CASTRO, César Augusto (Org.). **Ciência da Informação e Biblioteconomia: múltiplos discursos**. São Luís: EDUFMA; EDFAMA, 2002. p. 11-34.

ARNONI, Silvana Regina Bindilatti. **Uso do Dosvox para o portador de deficiência visual**. [s.d.] Disponível em: <<http://www.unimep.br/phpg/mostraacademica/anais/4mostra/pdfs/109.pdf>>. Acesso em: 02 maio 2010.

ASSOCIAÇÃO DE DEFICIENTES VISUAIS E AMIGOS – ADEVA. Textos interessantes. **Visão subnormal**. [s. d.] Disponível em: <http://www.adeva.org.br/textosinteressantes/visao_subnormal.htm>. Acesso em: 06 nov. 2010.

AZEVEDO, Maria Carolina Albuquerque de; BONIFÁCIO, Valéria Amaral Veras. Experiências e dificuldades do setor Braille do NEDESP. **Revista Benjamin Constant**, n. 14, dez. 1999. Disponível em: <http://200.156.28.7/Nucleus/media/common/Nossos_Meios_RBC_RevOut1999_Relato.doc>. Acesso em: 25 ago. 2010.

BAPTISTA, Maria Isabel S. Dias. Convivendo com as diferenças. In: PUPO, Deise Tallarico; MELO, Amanda Meincke; PÉREZ FERRÉS, Sofia (Org.). **Acessibilidade: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas**. Campinas: Unicamp/Biblioteca Central Cesar Lattes, 2006. p. 13-16. Disponível em: <http://styx.nied.unicamp.br:8080/todosnos/artigos-cientificos/livro_acessibilidade_bibliotecas.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2009.

BARANAUSKAS, Maria Cecília Calani. Prefácio. In: PUPO, Deise Tallarico; MELO, Amanda Meincke; PÉREZ FERRÉS, Sofia (Org.). **Acessibilidade: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas**. Campinas: Unicamp/Biblioteca Central Cesar Lattes, 2006. p. 08-09. Disponível em: <http://styx.nied.unicamp.br:8080/todosnos/artigos-cientificos/livro_acessibilidade_bibliotecas.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2009.

BARBOZA, Maria Eunice Soares; MACEDO, Murillo de Melo; FERREIRA, Bruna Dias Ferreira. Catálogo de assunto informatizado através do Programa Fichavox. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS BRAILLE - SENABRAILLE, 4., 2005, São Paulo. **A inclusão social do deficiente visual: educação, digital e emprego**. São Paulo: SENAC, 2005. Disponível em <http://www.sp.senac.br/downloads/cas/trabalhos_apresentados_iv_senabraille.doc>. Acesso em: 25 abr. 2010.

BATISTA, Eliane Martiniano Teixeira et al. Implantação de serviço especial de informação

para deficientes visuais: ações na biblioteca universitária. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 15., 2008, São Paulo. **Anais eletrônico...** São Paulo: CRUESP Bibliotecas, 2008. Disponível em: <<http://www.sbu.unicamp.br/snbu2008/anais/site/pdfs/2953.pdf>>. Acesso em: 02 maio 2010.

BIBLIOTECA ACESSÍVEL. Disponível em: <<http://www.acessobrasil.org.br/CMS08/seoprinicipal-71.htm>>. Acesso em: 10 out. 2010.

BIBLIOTECA CIRCULANTE DO LIVRO FALADO. **Informação** (mensagem pessoal). Mensagem recebida por <grazielajackyman@yahoo.com.br> em 10 nov. 2010.

BIBLIOTECA CIRCULANTE DO LIVRO FALADO. **LIDA** (mensagem pessoal). Mensagem recebida por <grazielajackyman@yahoo.com.br> em 10 nov. 2010.

BIBLIOTECA DE SÃO PAULO. Disponível em: <<http://www.bibliotecadesaopaulo.org.br/>>. Acesso em: 20 out. 2010.

BIBLIOTECA DIGITAL E SONORA. Disponível em: <<http://bds.bce.unb.br/>>. Acesso em: 10 out. 2010.

BIBLIOTECA LOUIS BRAILLE. Disponível em: <http://www.centrocultural.sp.gov.br/biblioteca_louis_braille.asp>. Acesso em: 20 out. 2010.

BIBLIOTECA MÁRIO SCHENBERG. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bibliotecas/bibliotecas_bairro/bibliotecas_m_z/marioschenberg/index.php?p=169>. Acesso em: 20 out. 2010.

BORGES, José Antonio. Acesso do deficiente visual ao livro escrito através do Sistema DOSVOX. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS BRAILLE - SENABRAILLE, 1., 1995, João Pessoa. **Bibliotecas Braille: os desafios do século XXI**. Organização de Marília Mesquita Guedes Pereira. João Pessoa: UFPB Editora Universitária, 1998. p. 69-71. Publicado em: REVISTA BRASILEIRA DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO. São Paulo: FEBAB, v. 26-28, 1995-1997.

BORGES, José Antonio. Ampliadores de tela de computador: uma visão geral. **Revista Benjamin Constant**, Rio de Janeiro, n. 8, dez. 1997. Disponível em <http://www.ibc.gov.br/media/common/Nossos_Meios_RBC_RevDez1997_Artigo3.doc>. Acesso em: 25 abr. 2010.

BORGES, José Antonio. **DOSVOX: um novo acesso dos cegos à cultura e ao trabalho**. [s.d.] Disponível em: <<http://www.ibc.gov.br/?itemid=100>>. Acesso em: 02 maio 2010.

BRAGA, Maria de Fátima Almeida. Meios e modos de apropriação da informação e do

conhecimento. In: CASTRO, César Augusto (Org.). **Ciência da Informação e Biblioteconomia: múltiplos discursos**. São Luís: EDUFMA; EDFAMA, 2002. p. 109-119.

BRaille virtual. Disponível em: <<http://www.braillevirtual.fe.usp.br>>. Acesso em: 30 out. 2010.

BRASIL. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. **Acessibilidade**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006. Disponível em: <http://www.apilms.org/menu/downloads/livro_acessibilidade.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2010. Coletânea da legislação brasileira referente à acessibilidade.

BRASIL. LEI N.º 9.045, de 18 de maio de 1995. Autoriza o MEC e o MinC a disciplinarem a obrigatoriedade de reprodução, pelas editoras de todo o País, em regime de proporcionalidade, de obras em caracteres braille, e a permitir a reprodução, sem finalidade lucrativa, de obras já divulgadas, para uso exclusivo de cegos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 de maio de 1995. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L9045.htm>>. Acesso em: 12 ago. 2010.

BRASIL. LEI N.º 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 de fev. 1998. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L9610.htm>>. Acesso em: 12 ago. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Normas técnicas para a produção de textos em Braille**. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12671%3Anormas-tecnicas-para-a-producao-de-textos-em-braille&catid=192%3Aseesp-esducao-especial&Itemid=860>. Acesso em: 21 ago. 2010.

BRASIL. Secretaria dos Direitos Humanos. Portaria nº 2.344/2010, de 03 de novembro de 2010. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 05 de novembro de 2010. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.gov.br/pessoas-com-deficiencia-1/conade/Portaria_n_2.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2010.

CAIADO, Katia Regina Moreno. **Aluno deficiente visual na escola: lembranças e depoimentos**. Campinas: Editora Autores Associados; PUC-Campinas, 2003. (Educação Contemporânea).

CARVALHO, José Oscar Fontanini de et al. Uma taxonomia para os dispositivos de acesso à informação voltados para o deficiente visual. In: SEMINÁRIO ACESSIBILIDADE, TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E INCLUSÃO DIGITAL – ATIID, 2., 2003, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: Universidade de São Paulo/Faculdade de Saúde Pública, 2003. Disponível em: <<http://www.fsp.usp.br/acessibilidade>>. Acesso em: 02 maio 2010.

CARVALHO, José Oscar Fontanini de. A tecnologia apoiando os deficientes visuais no ensino superior – a experiência da PUC Campinas. In: BARZOTTO, Valdir Heitor; GHILARDI, Maria Inês (Org.). **Mídia, educação e leitura**. São Paulo: Anhembi Morumbi, Associação de Leitura do Brasil, 1999. p. 229-240.

CARVALHO, José Oscar Fontanini de; ARANHA, Maria Cristina Luz Fraga Moreira; MORAES, Mônica Cristina Martinez de. Apoiando os deficientes visuais no ensino superior: o projeto de acessibilidade aos alunos da PUC Campinas. In: SEMINÁRIO ACESSIBILIDADE, TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E INCLUSÃO DIGITAL – ATIID, 1., 2001, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001. Disponível em: <<http://www.fsp.usp.br/acessibilidade>>. Acesso em: 25 abr. 2010.

CARVALHO, Sílvia Helena Rodrigues de. Recursos de informática para pessoas com baixa visão. In: PUPO, Deise Tallarico; MELO, Amanda Meincke; PÉREZ FERRÉS, Sofia (Org.). **Acessibilidade: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas**. Campinas: Unicamp/Biblioteca Central Cesar Lattes, 2006. p. 74-80. Disponível em: <http://styx.nied.unicamp.br:8080/todosnos/artigos-cientificos/livro_acessibilidade_bibliotecas.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2009.

CATÁLOGO COLETIVO DE LIVROS EM BRAILLE E LIVROS FALADOS – CCL/Braille. Disponível em: <<http://dedalus.usp.br:4500/ALEPH/por/BRL/BRL/BRAILLE>>. Acesso em: 06 nov. 2010.

CERQUINHO, Helena Olímpia Herrmann. **Equipamentos especiais para serviços de informação aos portadores de deficiência visual**: revisão de literatura. 1993. 68 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

CORREIOS. **Cecograma**. Disponível em: <http://www.correios.gov.br/produtos_servicos/catalogo/mensagens/cecograma.cfm>. Acesso em: 25 set. 2010.

CORTES, Márcia Della Flora; LOPES, Marilisa Leite. As bibliotecas universitárias federais brasileiras e a acessibilidade das informações em seus *websites*. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 117-129, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://revista.acbsc.org.br/index.php/racb/article/view/552/677>>. Acesso em: 02 maio 2010.

COSTA, Gabriela Rodrigues Veloso da; MAIOR, Izabel Maria Madeira de Loureiro; LIMA, Niusarete Margarida de. Acessibilidade no Brasil: uma visão histórica. In: SEMINÁRIO ACESSIBILIDADE, TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E INCLUSÃO DIGITAL – ATIID, 3., 2005, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.fsp.usp.br/acessibilidade>>. Acesso em: 07 dez. 2009.

COUTTO, Mariza Leal de Meirelles do. Catálogo coletivo de livros em braille e livros

falados. In: SEMINÁRIO ACESSIBILIDADE, TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E INCLUSÃO DIGITAL – ATIID, 1., 2001, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001. Disponível em: <<http://www.fsp.usp.br/acessibilidade>>. Acesso em: 02 maio 2010.

CUNHA, Marlíria Flávia Coelho da. A expressão corporal e o deficiente visual. **Revista Benjamin Constant**, ano 10, n. 28, ago. 2004. Disponível em: <http://www.ibc.gov.br/media/common/Nossos_Meios_RBC_RevAgo2004_Artigo_2.rtf>. Acesso em: 25 ago. 2010.

DALLABRIDA, Adarzilse Mazzuco; LUNARDI, Geovana Mendonça. O acesso negado e a reiteração da dependência: a biblioteca e o seu papel no processo formativo de indivíduos cegos. **Cadernos Cedex**, Campinas, v. 28, n. 75, p. 191-208, maio/ago. 2008. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v28n75/v28n75a04.pdf>>. Acesso em: 07 dez. 2009.

DE PAULA, Sonia Nascimento. **Acessibilidade à informação em bibliotecas universitárias e a formação do bibliotecário**. 2009. 118 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2009.

DECLARAÇÃO Universal dos Direitos do Homem. Disponível em: <<http://www.boes.org/un/porhr-b.html>>. Acesso em: 13 ago. 2010.

DEFICIÊNCIA visual. Organização Marta Gil. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria da Educação a distância, 2000. (Cadernos da TV Escola, 1) Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me000344.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2010.

DORINA DAISY READER. Disponível em: <<http://www.fundacaodorina.org.br/ddreader>>. Acesso em: 06 nov. 2010.

DUDU DA BREKA. Disponível em: <http://www.fundacaodorina.org.br/FDNC/email_mkt/dudu/dudu.html>. Acesso em: 06 nov. 2010.

DUMONT, Lígia Maria Moreira. Leitura, via de acesso ao conhecimento: algumas reflexões. In: SANTOS, Jussara Pereira (Org.). **A leitura como prática pedagógica na formação do profissional da informação**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação, Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil, 2007. p. 65-76.

DUTRA, Claudia Pereira. Parecer sobre a grafia da palavra “braille”. **Revista Benjamin Constant**, Rio de Janeiro, ano 11, n. 31, p. 27, ago. 2005. Disponível em: <http://www.ibc.gov.br/media/common/Nossos_Meios_RBC_RevAgo2005_Informe.doc>. Acesso em: 14 out. 2010.

EDUCAÇÃO inclusiva: o que o professor tem a ver com isso?. Coordenação Marta Gil. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Ashoka Brasil, 2005.

ESPERANÇA, Fabiano Boghossian. **O que é o sorobã**. Disponível em: <<http://intervox.nce.ufrj.br/~fabiano/soroba.htm>>. Acesso em: 13 set. 2010.

ESTABEL, Lizandra Brasil; MORO, Eliane Lourdes da Silva. O uso das tecnologias de informação e de comunicação na pesquisa escolar: um estudo de caso com os PNEEs com limitação visual. **Revista Renote**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, 2004. Disponível em: <http://www.cinted.ufrgs.br/renote/nov2004/artigos/a10_tecnologias_pnees.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2010.

ESTABEL, Lizandra; MORO, Eliane Lourdes da Silva. Capacitação de bibliotecários com limitação visual pela educação à distância em ambientes virtuais de aprendizagem. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 3, p. 209-217, set./dez. 2006. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/810/652>>. Acesso em: 02 maio 2010.

ESTEVES, Thereza Maria Sotto-Maior. O setor braille da Biblioteca Pública de Minas Gerais “Prof. Luis de Bessa”. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, p. 273-277, set. 1975.

FERNANDES, Dirce Missae Suzuki; AGUIAR, Izabel Maria de. O deficiente visual e a Biblioteca Central da UEL: relato de experiência. SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 11., 2000, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2000. Disponível em: <<http://snbu.bvs.br/snbu2000/docs/pt/doc/t061.doc>>. Acesso em: 02 maio 2010.

FERREIRA, Ana Fátima Berquó Carneiro. Biblioteca Louis Braille do Instituto Benjamin Constant: assegurando ao deficiente visual acesso ao conhecimento. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 282-290, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://revista.acbsc.org.br/index.php/racb/article/view/554/679>>. Acesso em: 02 maio 2010.

FERREIRA, Ana Fátima Berquó Carneiro; OLIVEIRA, Maria Isabel da Silva; PINTO, Mariane Costa. Biblioteca Louis Braille: os olhos para aquele que não vê. **Revista Benjamin Constant**, n. 35, dez. 2006. Disponível em: <http://200.156.28.7/Nucleus/media/common/Nossos_Meios_RBC_RevDez2006_Artigo3.doc>. Acesso em: 06 abr. 2010.

FERREIRA, Rubens da Silva. A sociedade da informação no Brasil: um ensaio sobre os desafios do Estado. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 36-41, jan./abr. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v32n1/15971.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2010.

FERREIRA, Simone Bacellar Leal et al. **Panorama da acessibilidade na web brasileira**. Disponível em: <http://blog.bento.ifrs.edu.br/Upload_Outubro_2009/PanoramaAcessibilidade>

WebBrasileira.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2010.

FLEXA, Raimunda Miguelina Alves. Disque Braille/USP. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS BRAILLE - SENABRAILLE, 1., 1995, João Pessoa. **Bibliotecas Braille: os desafios do século XXI**. Organização de Marília Mesquita Guedes Pereira. João Pessoa: UFPB Editora Universitária, 1998. p. 43-48. Publicado em: REVISTA BRASILEIRA DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO. São Paulo: FEBAB, v. 26-28, 1995-1997.

FONTANA, Marcus Vinícius Liessem; VERGARA NUNES, Elton. Educação e inclusão de pessoas cegas: da escrita braille à *internet*. **Revista Fafibe On-line**, Bebedouro, ano 2, n. 2, maio 2006. Disponível em: <http://www.fafibe.br/revistaonline/arquivos/marcusfontana_educacaoeinclusaodepessoascegas.pdf>. Acesso em: 02 maio 2010.

FRANCO, João Roberto; DIAS, Tércia Regina da Silveira. A pessoa cega no processo histórico: um breve percurso. **Revista Benjamin Constant**, ano 11, n. 30, p. 03-09, 2005. Disponível em: <http://www.ibc.gov.br/media/common/Nossos_Meios_RBC_RevAbr2005_Artigo%201.doc>. Acesso em: 06 abr. 2010.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Biblioteca pública: princípios e diretrizes**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2000. (Documentos técnicos, 6)

FUNDAÇÃO DORINA NOWILL PARA CEGOS. Biblioteca Circulante do Livro Falado. **Regulamento**. São Paulo: Fundação Dorina Nowill para Cegos, jan. 2010.

FUNDAÇÃO DORINA NOWILL PARA CEGOS. **Dia Nacional do Livro: Dia Nacional do Livro e os livros na Fundação**. São Paulo: Fundação Dorina Nowill para Cegos, [atual.] mar. 2010. Texto enviado na mensagem: BIBLIOTECA CIRCULANTE DO LIVRO FALADO. **Informação** (mensagem pessoal). Mensagem recebida por <grazielajackyman@yahoo.com.br> em 10 nov. 2010.

FUNDAÇÃO DORINA NOWILL PARA CEGOS. **Fundação Dorina Nowill para Cegos**. São Paulo: Fundação Dorina Nowill para Cegos, s. d.. 1 fôlder. Folheto disponível no Anexo B.

FUNDAÇÃO DORINA NOWILL PARA CEGOS. Produtos. **Livros e revistas falados**. Disponível em: <<http://www.fundacaodorina.org.br/FDNC/produtos.html>>. Acesso em: 25 abr. 2010. A página contém informações também sobre a Biblioteca Circulante do Livro Falado da Fundação Dorina Nowill para Cegos.

FUNDAÇÃO DORINA NOWILL PARA CEGOS. **Serviços**. Disponível em: <<http://www.fundacaodorina.org.br/FDNC/servicos.html>>. Acesso em: 06 nov. 2010.

GARCEZ, Eliane Maria Stuart; RADOS, Gregório J. Varvakis. Biblioteca híbrida: um novo

ênfoque no suporte à educação à distância. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 44-51, maio/ago. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v31n2/12907.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2010.

GOMES, Sandra Lúcia Rebel. O acesso à informação em bibliotecas virtuais: princípios e valores. In: MIRANDA, Antônio; SIMEÃO, Elmira (Org.). **Alfabetização digital e acesso ao conhecimento**. Brasília: Universidade de Brasília/ Departamento de Ciência da Informação e Documentação, 2006. p. 109-128. (Série Comunicação da Informação Digital, 4).

GONÇALVES, Ana Lúcia Palma. **A voz do ator vidente**: o caminho sonoro para o ator com deficiência visual. 2009. Disponível em: <<http://www.livrofalado.pro.br/artigo-a-voz.html>>. Acesso em: 25 abr. 2010.

GONZÁLEZ, Camilla Juliana. **Biblioteca acessível**: serviços de informação para usuários com deficiência. 2002. 77 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

GRANDI, Antonio Carlos; NORONHA, Paulo. **Informática e deficiência visual**: uma relação possível?. São Paulo: Fundação Dorina Nowill para Cegos, 2010. (Série Dorina Nowill).

HALEWEEL, Laurence. O livro para cegos. In: **O livro no Brasil**: sua história. Tradução Maria da Penha Villalobos, Lólio Lourenço de Oliveira e Geraldo Gerson de Souza. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005. p. 749-751. Localizado dentro do § 216 do capítulo 21, intitulado “Na nova república”.

HENRIQUES, Eduardo José da Silva; PEREIRA, Marília Mesquita Guedes. Automação no Serviço Braille da Biblioteca Central da UFPB. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS BRAILLE - SENABRAILLE, 1., 1995, João Pessoa. **Bibliotecas Braille**: os desafios do século XXI. Organização de Marília Mesquita Guedes Pereira. João Pessoa: UFPB Editora Universitária, 1998. p. 49-57. Publicado em: REVISTA BRASILEIRA DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO. São Paulo: FEBAB, v. 26-28, 1995-1997.

HOGETOP, Luisa; SANTAROSA, Lucila Maria Costi. **Tecnologias assistivas/ adaptativas**: viabilizando a acessibilidade ao potencial individual. Disponível em: <http://www.nied.unicamp.br/~proinesp/material/arquivos/Semana%201/Leituras/Tecnologias%20Assistivas/tec_assist.pdf>. Acesso em: 02 maio 2010. p. 01-19.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001. 1 CD-ROM.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **IBGE e CORDE abrem encontro internacional de estatísticas sobre pessoas com deficiência**. Disponível

em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=438&id_pagina=1>. Acesso em: 21 ago. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Tabela 1.4.1 - População residente, por tipo de deficiência, segundo a situação do domicílio e os grupos de idade – Brasil**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/populacao/deficiencia_Censo2000.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2010.

JACINTO, Solange de Oliveira. A biblioteca pública e os deficientes físicos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 89-104, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.febab.org.br/rbbd/ojs-2.1.1/index.php/rbbd/article/viewFile/92/146>>. Acesso em: 02 maio 2010.

JAEGER, Leyla Gama; DE CUARTAS, Enriqueta G. D.; PIZZATTI, Margaret Germano. Uma biblioteca de livre acesso para cegos. **Biblios**, Rio Grande, v. 1, p. 09-21, 1985.

LE MOS, Edison Ribeiro; CERQUEIRA, Jonir Bechara. O sistema braille no Brasil. **Revista Benjamin Constant**, Rio de Janeiro, n. 2, jan. 1996. Disponível em <<http://www.ibc.gov.br/?itemid=99>>. Acesso em: 25 abr. 2010.

LIRA, Ana Karina Morais de. O projeto de acessibilidade na UFC: uso de computadores na educação de pessoas cegas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2., 2004, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos...** Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2004. Disponível em: <<http://www.ufmg.br/congrext/Educa/educa123.pdf>>. Acesso em: 02 maio 2010.

LIRA, Miriam Cristina Frey de; SCHLINDWEIN, Luciane Maria. A pessoa cega e a inclusão: um olhar a partir da psicologia histórico-cultural. **Cadernos Cedex**, Campinas, v. 28, n. 75, p. 171-190, maio/ago. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v28n75/v28n75a03.pdf>>. Acesso em: 06 abr. 2010.

LIVRE ACESSO – PROGRAMA DE ACESSIBILIDADE DO CENTRO CULTURAL SÃO PAULO. **Sobre a Braille**. Disponível em: <<http://www.centrocultural.sp.gov.br/acessibilidade/braille.htm>>. Acesso em: 20 out. 2010.

LIVRO DIGITAL ACESSÍVEL – LIDA. Disponível em: <<http://www.lida.org.br/>>. Acesso em: 25 abr. 2010.

LUNA, Cláudia Nunes de. **Acessibilidade à informação e cultura: reflexões sobre políticas públicas inclusivas**. 2007. 86 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MACHADO, Alzemi; OBIRA, Maria Lourdes Blatt. Comunidade dos deficientes visuais da Grande Florianópolis e o Setor Braille da Biblioteca Pública do Estado de SC [Santa Catarina]. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS BRAILLE - SENABRAILLE, 1., 1995, João Pessoa. **Bibliotecas Braille: os desafios do século XXI**. Organização de Marília Mesquita Guedes Pereira. João Pessoa: UFPB Editora Universitária, 1998. p. 111-123. Publicado em: REVISTA BRASILEIRA DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO. São Paulo: FEBAB, v. 26-28, 1995-1997.

MACIEL, Maria Regina Cazzaniga. Portadores de deficiência: a questão da inclusão social. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 51-56, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n2/9788.pdf>>. Acesso em: 07 dez. 2009.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér; BARANAUSKAS, Maria Cecília Calani. Acesso aos estudos superiores de alunos com deficiência. In: FORO: HACIA UNA EDUCACION SUPERIOR INCLUSIVA, 2007, Bogotá. **Anales...** Bogotá: Asociación Colombiana de Universidades – ASCUN, 2007. Disponível em: <http://www.todosnos.unicamp.br:8080/lab/producao/Colombia_2007.doc/view>. Acesso em: 09 maio 2010.

MARQUES, Vítor Alberto da Silva. Problemas e perspectivas no acesso à informação para cegos. **Boletim ABDF**, Brasília, v. 7, n. 3, p. 40-42, jul./set. 1984.

MAZZONI, Alberto Angel et al. Aspectos que interferem na construção da acessibilidade em bibliotecas universitárias. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 30, n. 2, p. 29-34, maio/ago. 2001. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/184/163>>. Acesso em: 06 abr. 2010.

MAZZONI, Alberto Angel; TORRES, Elisabeth Fátima. A percepção dos alunos com deficiência visual acerca das barreiras existentes no ambiente universitário e seu entorno. **Revista Benjamin Constant**, ano 11, n. 30, p. 10-17, abr. 2005. Disponível em: <http://www.ibc.gov.br/media/common/Nossos_Meios_RBC_RevAbr2005_Artigo%202.doc>. Acesso em: 02 maio 2010.

MAZZONI, Alberto Angel; TORRES, Elisabeth Fátima; ANDRADE, José Marcos Bastos. Admissão e permanência de estudantes com necessidades educativas especiais no ensino superior. **Acta Scientiarum**, Maringá, v. 23, n. 1, p. 121-126, 2001. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/viewFile/2751/1890>>. Acesso em: 02 maio 2010.

MELO, Amanda Meincke. Acessibilidade e design universal. In: PUPO, Deise Tallarico; MELO, Amanda Meincke; PÉREZ FERRÉS, Sofia (Org.). **Acessibilidade: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas**. Campinas: Unicamp/Biblioteca Central Cesar Lattes, 2006. p. 17-20. Disponível em: <http://styx.nied.unicamp.br:8080/todosnos/artigos-cientificos/livro_acessibilidade_bibliotecas.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2009.

MÍDIA e deficiência. Coordenação de Veet Vivarta. Brasília: Andi; Fundação Banco do Brasil, 2003. (Diversidade, 2). Disponível em: <http://www.andi.org.br/_pdfs/Midia_e_deficiencia.pdf>. Acesso em: 02 maio 2010.

MIRANDA, Antonio. **Ter ou não ter, eis a questão:** algumas reflexões em torno da disponibilidade e acessibilidade documentária. 2005. Disponível em: <http://www.antonimiranda.com.br/ciencia_informacao/art_terounaoter.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2009.

MIRANDA, Antonio; LEITE, Cecília; SUAIDEN, Emir. A biblioteca híbrida na estratégia da inclusão digital na Biblioteca Nacional de Brasília. **Inclusão social**, Brasília, v. 3, n. 1, p. 17-23, out. 2007/mar. 2008. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/inclusao/index.php/inclusao/article/viewFile/116/112>>. Acesso em: 02 maio 2010.

MORAES, Lourdes de Souza. Espaço Braille: leitura e informação para a cidadania. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 251-258, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://revista.acb.org.br/index.php/racb/article/view/563/687>>. Acesso em: 02 maio 2010.

MOREIRA, Silvia Maria Bitar de Lima. Acessibilidade à informação aos deficientes visuais na Biblioteca Central Clodoaldo Beckmann da UFPA. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 15., 2008, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: CRUESP/Bibliotecas, 2008. Disponível em: <<http://www.sbu.unicamp.br/snbu2008/anais/site/pdfs/3581.pdf>>. Acesso em: 02 maio 2010.

MORIGI, Valdir José; PAVAN, Cleusa. Tecnologias de informação e comunicação: novas sociabilidades nas bibliotecas universitárias. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 1, p. 117-125, jan./abril 2004. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/72/69>>. Acesso em: 24 ago. 2010.

MOTTA, Livia Maria Villela de Mello. **Deficiência visual:** raízes históricas e linguagem do preconceito. Disponível em: <<http://www.bengalalegal.com/deficienciavisual.php>>. Acesso em: 24 ago. 2010.

NEGRÃO, May Brooking. Reflexões sobre bibliotecas e serviços especiais braile nos estados unidos brasileiros, 1995-2001: sugestões de um caminho a percorrer. In: INTEGRAR - CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, BIBLIOTECAS, CENTROS DE DOCUMENTACAO E MUSEUS, 1, 2002, São Paulo. **Textos**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002, p. 319-333.

NÚCLEO DE APOIO AO DEFICIENTE VISUAL – NADEVI. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bibliotecas/bibliotecas_bairro/bibliotecas_m_z/marioschenberg/index.php?p=175>. Acesso em: 15 out. 2010.

O QUE as empresas podem fazer pela inclusão das pessoas com deficiência. Coordenação Marta Gil. São Paulo: Instituto Ethos, 2002. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/download/responsabilidade_social/MnPortDeficiencia.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2010.

O QUE você pode fazer quando encontrar uma pessoa cega. São Paulo: Fundação Dorina Nowill para Cegos, s. d.. 1 fôlder.

O USUÁRIO DEFICIENTE VISUAL. Disponível em: <<http://usuariodeficientevisual.blogspot.com>>. Acesso em: 25 set. 2010.

OLIVEIRA, Regina Fátima Caldeira de; CERQUEIRA, Jonir Bechara. Por que os livros em braille são necessários?. **Revista Benjamin Constant**, Rio de Janeiro, n. 34, ago. 2006. Disponível em <http://200.156.28.7/Nucleus/media/common/Nossos_Meios_RBC_RevAgo2006_Palavra_Final.doc>. Acesso em: 25 abr. 2010.

ONG, Walter J. **Orality and literacy: the technologizing of the word**. London: Routledge, 2002.

PARAGUAY, Ana Isabel Bruzzi Bezerra; SPELTA, Lêda Lúcia; SIMOFUSA, Miriam Hitomi. DTB (Digital Talking Book), LDF (Livros Digitais Falados), DAISY (Digital Accessible Information SYstem) ou Livros Digitais DAISY – uma (outra) maneira de se ler. In: SEMINÁRIO ACESSIBILIDADE, TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E INCLUSÃO DIGITAL – ATIID, 3., 2005, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.fsp.usp.br/acesibilidade>>. Acesso em: 07 dez. 2009.

PASSOS, Jeane dos Reis. **A Information Literacy e os deficientes visuais: um caminho para a autonomia?** 2010. 174 f. Tese (Mestrado em Ciências da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2010.

PASSOS, Jeane dos Reis; FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto. **O deficiente visual e o acesso à memória coletiva do conhecimento dos primórdios à era digital: estudo de acessibilidades e fontes informacionais acadêmicas brasileiras**. [s.d.] Disponível em: <<http://dci2.ccsa.ufpb.br:8080/jspui/bitstream/123456789/445/1/GT%205%20Ttxt%2012-%20FERREIRA,%20S.%20M.%20S.%20P.,PASSOS,%20J.%20dos%20R.%20O%20deficie nte...pdf>>. Acesso em: 02 maio 2010.

PASSOS, Jeane dos Reis; VIEIRA, Ricardo Quintão. Desenvolvendo competências em informação para deficientes visuais: estudo de caso. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 276-281, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://revista.acbsc.org.br/index.php/racb/article/view/559>>. Acesso em: 02 maio 2010.

PASSOS, Jeane dos Reis; VIEIRA, Ricardo Quintão; SAHEKI, Yuka. Leitores de telas: ferramenta de documentos acessíveis. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS

UNIVERSITÁRIAS, 15., 2008, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: CRUESP/Bibliotecas, 2008. Disponível em: <<http://www.sbu.unicamp.br/snbu2008/anais/site/pdfs/2141.pdf>>. Acesso em: 02 maio 2010.

PEREIRA, Marília Mesquita Guedes; CHAGAS, Paulo da Silva. Retrospectiva do Serviço Braille da Biblioteca Central da UFPB. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS BRAILLE - SENABRAILLE, 1., 1995, João Pessoa. **Bibliotecas Braille: os desafios do século XXI.** Organização de Marília Mesquita Guedes Pereira. João Pessoa: UFPB Editora Universitária, 1998. p. 103-109. Publicado em: REVISTA BRASILEIRA DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO. São Paulo: FEBAB, v. 26-28, 1995-1997.

PÉREZ FERRÉS, Sofia. Acessibilidade física. In: PUPO, Deise Tallarico; MELO, Amanda Meincke; PÉREZ FERRÉS, Sofia (Org.). **Acessibilidade: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas.** Campinas: Unicamp/Biblioteca Central Cesar Lattes, 2006. p. 21-32. Disponível em: <http://styx.nied.unicamp.br:8080/todosnos/artigos-cientificos/livro_acessibilidade_bibliotecas.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2009.

PERROTTI, Edmir. A aventura de conhecer: entre a falta e o excesso de informações. **Salto para o futuro**, s. l., ano 18, n. 15, p. 03-08, set. 2008. Disponível em: <<http://www.tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/173714Aventura.pdf>>. Acesso em: 09 maio 2010.

PERROTTI, Edmir; PIERUCCINI, Ivete. Infoeducação: saberes e fazeres da contemporaneidade. In: LARA, Marilda Lopes Ginez de; FUJINO, Asa; NORONHA, Daisy Pires (Org.). **Informação e contemporaneidade: perspectivas.** Recife: Néctar, 2008. p. 47-96.

PIERUCCINI, Ivete. Biblioteca escolar, pesquisa e construção do conhecimento. In: ROMÃO, Lucília Maria Souza (Org.). **Sentidos da biblioteca escolar.** São Carlos: Alfabeta Editora, 2008. p. 41-69.

POLÍTICAS PÚBLICAS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, 4.; CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL (COLE), 14., 2003, Campinas. **Anais eletrônicos...** Campinas: Associação de Leitura do Brasil, 2003. Disponível em: <<http://www.alb.com.br/anais14/Sem10/C10012.doc>>. Acesso em: 23 jul. 2010.

PROJETO LIVRO FALADO. Disponível em: <<http://www.livrofalado.pro.br/index.php/>>. Acesso em: 25 ago. 2010.

PUPO, Deise Tallarico [2006 a]. Acessibilidade e inclusão: o que isso tem a ver com os bibliotecários? In: PUPO, Deise Tallarico; MELO, Amanda Meincke; PÉREZ FERRÉS, Sofia (Org.). **Acessibilidade: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas.** Campinas: Unicamp/Biblioteca Central Cesar Lattes, 2006. p. 10-12. Disponível em: <http://styx.nied.unicamp.br:8080/todosnos/artigos-cientificos/livro_acessibilidade_>

bibliotecas.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2009.

PUPO, Deise Tallarico [2006 b]. Cumprindo a legislação. In: PUPO, Deise Tallarico; MELO, Amanda Meincke; PÉREZ FERRÉS, Sofia (Org.). **Acessibilidade: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas**. Campinas: Unicamp/Biblioteca Central Cesar Lattes, 2006. p. 39-50. Disponível em: <http://styx.nied.unicamp.br:8080/todosnos/artigos-cientificos/livro_acessibilidade_bibliotecas.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2009.

PUPO, Deise Tallarico [2006 c]. Laboratório de acessibilidade. In: PUPO, Deise Tallarico; MELO, Amanda Meincke; PÉREZ FERRÉS, Sofia (Org.). **Acessibilidade: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas**. Campinas: Unicamp/Biblioteca Central Cesar Lattes, 2006. p. 51-61. Disponível em: <http://styx.nied.unicamp.br:8080/todosnos/artigos-cientificos/livro_acessibilidade_bibliotecas.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2009.

PUPO, Deise Tallarico; CARVALHO, Sílvia Helena Rodrigues de; BONILHA, Fabiana Fator Gouvêa. O uso das TICs em biblioteca universitária e a inclusão de deficientes visuais: tudo a ver, nada a temer!. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 21., 2005, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Centro de Convenções, 2005. Disponível em: <http://styx.nied.unicamp.br:8080/todosnos/artigos-cientificos/O_uso_das_TICs_em.doc>. Acesso em: 02 maio 2010.

PUPO, Deise Tallarico; CARVALHO, Silvia Helena Rodrigues de; OLIVEIRA, Vanessa Cristina. Educação inclusiva e bibliotecas acessíveis. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 256-267, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://styx.nied.unicamp.br:8080/todosnos/artigos-cientificos/pdf-educacao-inclusiva-e-bibliotecas-acessiveis-na-teoria-e-na-pratica-atendimento-a-alunos-com-deficiencia-visual-na-biblioteca-central-cesar-lattes-da-unicamp/view>>. Acesso em: 02 maio 2010.

PUPO, Deise Tallarico; VICENTINI, Regina Aparecida Blanco. A integração do usuário portador de deficiência às atividades de ensino e pesquisa: o papel das bibliotecas virtuais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 10., 1998, Fortaleza. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?view=1122>>. Acesso em: 14 ago. 2010.

RABELLO, Odília Clark Peres. O deficiente visual e a Biblioteca Pública Estadual “Luiz de Bessa”. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 18, n. 1, p.39-60, mar. 1989.

RANGANATHAN, Shiyali Ramamrita. **As cinco leis da Biblioteconomia**. Tradução Tarcisio Zandonade. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2009.

REILY, Lucia. O braille na escola inclusiva. In: _____. **Escola inclusiva: linguagem e mediação**. Campinas: Papyrus, 2004. p. 139-165. (Série Educação Especial).

REILY, Lucia. Oralidade, leitura e escrita na escola inclusiva. . In: _____. **Escola inclusiva:**

linguagem e mediação. Campinas: Papyrus, 2004. p. 89-111. (Série Educação Especial).

RIBEIRO, Valéria Cristina Gomes. **O direito à inclusão social das pessoas portadoras de deficiência**: um caminho para o exercício da democracia. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=2546>>. Acesso em: 02 maio 2010.

SÁ, Elizabet Dias de. Acessibilidade: as pessoas cegas no itinerário da cidadania. **Revista Benjamin Constant**, Rio de Janeiro, n. 24, abr. 2003. Disponível em <www.ibc.gov.br/?catid=4&itemid=66>. Acesso em: 25 abr. 2010.

SAMPAIO, Márcio de Oliveira. **Direitos autorais e deficientes visuais**. 2005. Disponível em: <<http://www.ferreiraemello.com.br/DetailsPage.asp?idSubItemMenu=11>>. Acesso em: 25 out. 2010.

SANTOS, Daniela Ragazzi dos; BORGES, Sérgio Ricardo. Tecnologias de informação voltadas para pessoas com deficiência visual. **Revista Fafibe On-Line**, Bebedouro, n. 3, ago. 2007. Disponível em: <http://www.fafibe.br/revistaonline/arquivos/sergio_tecnologias_de_informacao_deficiencia_visual.pdf>. Acesso em: 02 maio 2010.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Como chamar as pessoas que têm deficiência?** 2009. Disponível em: <<http://www.planetaeducacao.com.br/portal/artigo.asp?artigo=1855>>. Acesso em: 13 out. 2010.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Conceito de acessibilidade**. [s.d.] Disponível em: <<http://www.bengalalegal.com/romeusasaki.php>>. Acesso em: 13 out. 2010.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. In: **MÍDIA E DEFICIÊNCIA**. Coordenação Veet Vivarta. Brasília: Andi; Fundação Banco do Brasil, 2003. (Diversidade, 2). Disponível em: <http://www.andi.org.br/_pdfs/Midia_e_deficiencia.pdf>. Acesso em: 02 maio 2010.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Terminologia sobre deficiência na era da inclusão**. 2010. Disponível em: <<http://www.fiemg.com.br/ead/pne/Terminologias.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2010. [Versão atualizada do texto homônimo de 2003]

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Vida independente na era da sociedade inclusiva**. São Paulo: RNR, 2004.

SCHWEITZER, Fernanda. A sociedade e a informação para os deficientes visuais: relato de

pesquisa. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 273-285, jul./dez. 2007. Disponível em: <<http://revista.acbsc.org.br/index.php/racb/article/download/485/623>>. Acesso em: 02 maio 2010.

SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS BRAILLE - SENABRAILLE, 1., 1995, João Pessoa. **Bibliotecas Braille: os desafios do século XXI**. Organização de Marília Mesquita Guedes Pereira. João Pessoa: UFPB Editora Universitária, 1998. Publicado em: REVISTA BRASILEIRA DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO. São Paulo: FEBAB, v. 26-28, 1995-1997.

SERRAI, Alfredo. História da Biblioteca como evolução de uma idéia e de um sistema. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, p.141-161, set. 1975.

SERVIÇO NACIONAL DA INDÚSTRIA – SENAI. O sistema braille no Brasil. Disponível em: <<http://www.senai.br/braille/brasil.htm>>. Acesso em: 12 ago. 2010.

SILVA, Chirley Cristiane Mineiro da; TURATTO, Jaqueline; MACHADO, Lizete Helena. Os deficientes visuais e o acesso à informação. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 7, n. 1, p. 09-19, 2002. Disponível em: <<http://revista.acbsc.org.br/index.php/racb/article/view/368/439>>. Acesso em: 07 ago. 2010.

SILVEIRA, Júlia Gonçalves da. **Biblioteca inclusiva?: repensando barreiras de acesso aos deficientes físicos e visuais no Sistema de Bibliotecas da UFMG e revendo trajetória institucional na busca de soluções**. 2006. Disponível em: <<http://www.sociedadeinclusiva.pucminas.br/anaispdf/bibliotecainclusiva.pdf>>. Acesso em: 06 abr. 2010.

SISTEMA MUNICIPAL DE BIBLIOTECAS (São Paulo). **Acervos Especiais – Braille**. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bibliotecas/acervos_especiais/braille/index.php?p=230>. Acesso em: 18 out. 2010.

SISTEMA MUNICIPAL DE BIBLIOTECAS (São Paulo). **Catálogo geral on-line**. Disponível em: <<http://bibliotecas.prefeitura.sp.gov.br/>>. Acesso em: 15 out. 2010.

SMIT, Johanna W. Informação. In: LIMA, Yêdda Dias; SMIT, Johanna W. (Org.). **Organização de arquivos – XIV Curso de Especialização: introdução à Arquivologia**. 1 ed. São Paulo: USP/IEB, 1999. p. 19-31. v. 1.

SONZA, Andréa Poletto; SANTAROSA, Lucila Maria Costi. Ambientes digitais virtuais: acessibilidade aos deficientes visuais. **Revista Novas tecnologias na Educação**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 01-11, fev. 2003. Disponível em: <http://www.cinted.ufrgs.br/renote/fev2003/artigos/andrea_ambientes.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2010.

SOUTO, Leonardo Fernandes. Acesso à informação digital para portadores de necessidades especiais em bibliotecas universitárias: questão de ética e cidadania. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL, INFORMAÇÃO E ÉTICA – CIBERÉTICA, 2., 2003, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Associação Catarinense de Bibliotecários, 2003. Disponível em: <<http://www.ciberetica.org.br/trabalhos/anais/46-71-p1-71.pdf>>. Acesso em: 02 maio 2010.

SOUTO, Leonardo Fernandes; ROSA, Rosemar. Deficientes visuais e o acesso à informação: quando a parceria funciona. In: SEMINÁRIO SOBRE EDUCAÇÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, 4.; CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL (COLE), 14., 2003, Campinas. **Anais eletrônicos...** Campinas: Associação de Leitura do Brasil, 2003. Disponível em: <<http://www.alb.com.br/anais14/Sem10/C10012.doc>>. Acesso em: 23 jul. 2010.

SOUZA, Francisco das Chagas de. **Ética e Deontologia em profissões de informação**. Disponível em: <<http://www.ced.ufsc.br/bibliote/dep/etica.rtf>>. Acesso em: 25 set. 2010.

SOUZA, Olga Solange Herval. **Acessibilidade**: problematizando a integração do DV no contexto escolar. [s.d.] Disponível em: <<http://intervox.nce.ufrj.br/~abedev/Texto-Olga.doc>>. Acesso em: 18 jul. 2010.

SOUZA, Salete Cecília de; MANOEL, Vanessa de Andrade. Praticando acessibilidade comunicacional: cooperação entre biblioteca universitária e programa de promoção de acessibilidade. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 07-17, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://revista.acbsc.org.br/index.php/racb/article/view/550/675>>. Acesso em: 02 maio 2010.

SPELTA, Leda Lucia; SIMOFUSA, Miriam Hitomi. Oficina 1: Acessibilidade na *web* - leitores de tela e recomendações técnicas para criação de páginas *web* acessíveis. In: SEMINÁRIO ACESSIBILIDADE, TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E INCLUSÃO DIGITAL – ATIID, 3., 2005, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: Universidade de São Paulo/Faculdade de Saúde Pública, 2005. Disponível em: <<http://www.fsp.usp.br/acessibilidade>>. Acesso em: 07 dez. 2009.

SPUDEIT, Daniela Fernanda Assis de Oliveira; VIAPIANA, Noeli; VITORINO, Elizete Vieira. Bibliotecário e educação à distância (EAD): mediando os instrumentos do conhecimento. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 54-70, jan./jun. 2010. Disponível em: <<http://revista.acbsc.org.br/index.php/racb/article/viewArticle/695>>. Acesso em: 18 jul. 2010.

SUAIDEN, Emir José. **Biblioteca pública e informação à comunidade**. São Paulo: Global, 1995.

THEODORO, Ciro Luís; ITO, Márcia. Análise das características dos sistemas de informação

para deficientes visuais no Brasil baseado na norma NBR ISO/IEC 9126. In: WORKSHOP DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA, 1., 2006, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: Centro Paula Souza, 2006. Disponível em: <<http://www.centropaulasouza.sp.gov.br/pos-graduacao/workshop-de-pos-graduacao-e-pesquisa/anais/2006/comunicacao-oral/gestao-e-desenvolvimento-de-tecnologias-da-informacao-aplicadas/THEODORO,%20Ciro%20Lu%C3%ADs.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2010.

TOJAL, Amanda. Inclusão social de públicos especiais em museus e instituições culturais. In: SEMANA DOS MUSEUS, 5., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. 1 CD-ROM.

TORRES, Elisabeth Fátima; MAZZONI, Alberto Angel. Conteúdos digitais multimídia: o foco na usabilidade e acessibilidade. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 2, p. 152-160, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v33n2/a16v33n2.pdf>>. Acesso em: 07 dez. 2009.

TORRES, Elisabeth Fátima; MAZZONI, Alberto Angel; ALVES, João Bosco da Mota. A acessibilidade à informação no espaço digital. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 3, p. 83-91, set./dez. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v31n3/a09v31n3.pdf>>. Acesso em: 07 dez. 2009.

TORRES, Elisabeth Fátima; MAZZONI, Alberto Angel; MELLO, Anahi Guedes de. Nem toda pessoa cega lê em braille nem toda pessoa surda se comunica em língua de sinais. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 369-385, mai./ago. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v33n2/a13v33n2.pdf>>. Acesso em: 06 abr. 2010.

UNESCO. Declaração de Salamanca. In: CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS. Salamanca, 1994. Disponível em: <<http://www.cedipod.org.br/salamanc.htm>>. Acesso em: 30 mar. 2010.

UNESCO. Manifesto da UNESCO 1994 para Bibliotecas Públicas. Tradução Fundação Biblioteca Nacional. In: MACEDO, Neusa Dias de; SEMEGHINI-SIQUEIRA, Idméa. **Biblioteca pública/Biblioteca escolar de país em desenvolvimento: diálogo entre bibliotecária e professora para reconstrução de significados com base no Manifesto da UNESCO**. São Paulo: Conselho Regional de Biblioteconomia – 8ª Região; Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2000. p. 50-53.

VIEIRA, Ricardo Quintão. **Portador de deficiência visual: o papel da biblioteca e inclusão deste usuário na sociedade da informação**. 2005. 35 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

VOGEL, Vera Lúcia de Oliveira. Acessibilidade à informação pelo deficiente visual. **Revista Benjamin Constant**, Rio de Janeiro, n. 2, jan. 1996. Disponível em

<www.ibr.gov.br/?catid=4&itemid=43>. Acesso em: 25 abr. 2010.

ANEXO A

ANEXO B

ANEXO C

Dia Nacional do Livro

Dia Nacional do Livro e os livros na Fundação

O dia 29 de outubro foi escolhido como Dia Nacional do Livro em homenagem à fundação da Biblioteca Nacional, que ocorreu em 1810. Só a partir de 1808, quando D. João VI fundou a Imprensa Régia, o movimento editorial começou no Brasil. O primeiro livro publicado aqui foi Marília de Dirceu, de Tomás Antônio Gonzaga, mas nessa época, a imprensa sofria a censura do Imperador. Só na década de 1930 houve um crescimento editorial, após a fundação da Companhia Editora Nacional pelo escritor Monteiro Lobato, em outubro de 1925.

A Origem do Livro

Os textos impressos mais antigos foram orações budistas feitas no Japão por volta do ano 770. Mas desde o século II, a China já sabia fabricar papel, tinta e imprimir usando mármore entalhado. Foi então, na China, que apareceu o primeiro livro, no ano de 868. Na Idade Média, livros feitos à mão eram produzidos por monges que usavam tinta e bico de pena para copiar os textos religiosos em latim. Um pequeno livro levava meses para ficar pronto, e os monges trabalhavam em um local chamado Scriptorium.

Quem foi Gutenberg?

O ourives culto e curioso Johannes Gutenberg (1398-1468) nasceu em Mainz, na Alemanha e, é considerado o criador da imprensa em série. Ele criou a prensa tipográfica, onde colocava letras que eram cunhadas em madeira e presas em fôrmas para compor uma página. Essa tecnologia sobreviveu até o século XIX com poucas mudanças. Por volta de 1456, foi publicado o primeiro livro impresso em série: a Bíblia de 42 linhas. Conhecida como Bíblia de Gutenberg, a obra tinha 642 páginas e 200 exemplares, dos quais existem apenas 48 espalhados pelo mundo hoje em dia. A invenção de Gutenberg marcou a passagem do Mundo Medieval para a Idade Moderna: era de divulgação do conhecimento.

Os livros e a Fundação Dorina

Os primeiros livros produzidos pela imprensa braille da Fundação Dorina foram A História de Minha Vida de Hellen Keller e o Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa, impressos no início da década de 50 (1950/1951). Vinte anos depois, em 1972, foi gravado o primeiro livro

falado O Coronel e o Lobisomem de José Cândido de Carvalho lido por Estênio Garcia. Em 1989, foram distribuídas as primeiras revistas Veja falada e, finalmente, em 2007, foi lançado o primeiro livro digital acessível , Elementos da Teoria Geral do Estado de Dalmo Dallari.

Hoje, o acervo da Fundação Dorina é composto por:

- 928 Livros em Braille
- 1410 Livros Falados
- 700 Livros digitais Acessíveis

FUNDAÇÃO DORINA NOWILL PARA CEGOS. **Dia Nacional do Livro:** Dia Nacional do Livro e os livros na Fundação. São Paulo: Fundação Dorina Nowill para Cegos, [atual.] mar. 2010. Texto enviado na mensagem: BIBLIOTECA CIRCULANTE DO LIVRO FALADO. **Informação** (mensagem pessoal). Mensagem recebida por <grazielajackyman@yahoo.com.br> em 10 nov. 2010.